



Quinta do Bispo - Área mineira a reabilitar



Argozelo - Sondagem carotada



Aljustrel - Recuperação de Galeria



Gavião - Testemunho de sondagem com minério

Relatório e Contas do Exercício de 2018

Handwritten blue ink marks, including a stylized signature or initials and the number '20'.

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

Relatório e Contas

do

Exercício de 2018

Março de 2019



CORPOS SOCIAIS DA EDM

(Mandato 2016-2018)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

Presidente – Rui da Silva Rodrigues

Vogal – Zélia do Rosário do Vale Estevão

Fiscal Único

ROC Efetivo – “António Borges & Associados”, SROC nº 69 representada por Nuno Duarte da Silva Magro, ROC nº 1165

ROC Suplente – Miguel Macedo Pinto Nunes Correia, ROC nº 1761

Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979

Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º Dtº – 1070-248 LISBOA

Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44

Índice

	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	12
2. ENVOLVENTE EXTERNA	15
2.1. CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL	15
2.2. A ECONOMIA PORTUGUESA	18
2.3. ENVOLVENTE SECTORIAL	20
3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	27
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	32
4.1. NO DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS	32
4.2. NO DOMÍNIO AMBIENTAL	48
4.3. AÇÕES NO DOMÍNIO DA MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	67
4.4. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	72
4.5. PARTICIPADA EDMI - EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS	74
5. RECURSOS HUMANOS	75
6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	75
7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	78
7.1. “1-OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO”	78
7.2. “2-GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO”	85
7.3. “3-LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO”	86
7.4. “4-EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)”	86
7.5. “5-DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2017”	87
7.6. “6-REMUNERAÇÕES (APÊNDICE 1)”	87
7.7. “7-APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO”	92
7.8. “8-APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP”	93
7.9. “9-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES NOS TERMOS DO Nº 2 DA RCM Nº 18/2014”	93
7.10. “10-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO”	93
7.11. “11-CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5M€”	94
7.12. “12-MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS”	94
7.13. “13-MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS”	95
7.14. “14-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO”	98
7.15. “15-DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS”	99
7.16. “16-DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTF”	99

7.17. APÊNDICES	101
8. PERSPETIVAS FUTURAS	107
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	111
10. AGRADECIMENTOS	112
11. MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	113
12. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	119

15
28

Índice Remissivo

	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	12
2. ENVOLVENTE EXTERNA.....	15
2.1. CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL	15
2.2. A ECONOMIA PORTUGUESA	18
2.3. ENVOLVENTE SECTORIAL.....	20
METALS AND MINERALS	21
PRECIOUS METALS.....	22
INVESTIMENTO EM PROSPEÇÃO E PESQUISA	23
EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES	23
3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	27
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	32
4.1. NO DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS.....	32
4.1.1. Prospeção e Pesquisa.....	33
Elaboração de um Portefólio de Oportunidades.....	33
Argozelo.....	33
Escádia Grande	34
Rosário.....	35
Joint Venture ESAN/EDM (Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças).....	38
Lagoa Salgada	41
4.1.2. Avaliação e Exploração Mineira.....	41
Gavião.....	41
Semblana	43
4.1.3. Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	44
Investigação e Desenvolvimento	44
Roteiro de Minas	45
Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”	47
4.2. NO DOMÍNIO AMBIENTAL	48
4.2.1. Trabalhos de Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras.....	48
Antiga Área Mineira da Urgeiriça – Fase final	53
Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1 e Fase 2.....	54
Antiga Área Mineira de Mondego Sul.....	56
Antiga Área Mineira de Mortórios	57
Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar.....	58
Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo.....	59
Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos	60

4.2.2. Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção	61
Atuações de Segurança	61
Intervenção não cofinanciada por fundos estruturais	62
Extinção do foco de combustão nas escombreyras das antigas minas de carvão de Pejão-Germunde	62
4.2.3. Trabalhos de Monitorização e Manutenção	64
4.2.4. Investigação, promoção e parcerias	65
4.2.5. Sustentabilidade Territorial	66
4.3. AÇÕES NO DOMÍNIO DA MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	67
4.3.1. Estrutura e Organização	67
4.3.2. Capital Humano	68
4.3.3. Novas Áreas de Negócio	68
Certificação de Uso de Solos	68
Avaliação de Radão nos Edifícios	69
4.3.4. Stock de Urânio	70
4.4. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	72
4.5. PARTICIPADA EDMI - EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS	74
5. RECURSOS HUMANOS	75
6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	75
7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	78
7.1. "1-OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO"	78
7.1.1. Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2018	80
7.1.2. Princípios Financeiros de Referência	81
7.1.3. Investimento	84
7.1.4. Quadro de Pessoal	84
7.1.5. Nível de Endividamento	85
7.2. "2-GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO"	85
7.3. "3-LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO"	86
7.4. "4-EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)"	86
7.5. "5-DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2017"	87
7.6. "6-REMUNERAÇÕES (APÊNDICE 1)"	87
7.6.1. Órgãos Sociais	87
Mesa da Assembleia Geral	88
Conselho de Administração	88
Fiscal Único/ROC	91
7.6.2. Auditor Externo	92
7.6.3. Restantes Trabalhadores	92
7.7. "7-APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO"	92
7.8. "8-APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP"	93
7.9. "9-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES NOS TERMOS DO Nº 2 DA RCM Nº 18/2014"	93

Handwritten signature

7.10. "10-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO"	93
7.11. "11-CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5M€"	94
7.12. "12-MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS"	94
7.13. "13-MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS"	95
7.14. "14-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOUREARIA DO ESTADO"	98
7.15. "15-DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS"	99
7.16. "16-DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTF"	99
7.17. APÊNDICES	101
7.17.1. Apêndice 1	101
"1-Mesa da Assembleia Geral"	101
"2-Conselho de Administração"	101
"3-Fiscalização"	104
"4-Auditor Externo"	105
7.17.2. Apêndice 2	105
8. PERSPETIVAS FUTURAS	107
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	111
10. AGRADECIMENTOS	112
11. MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	113
Balço	113
Demonstração dos Resultados por Naturezas	113
Demonstração de Resultados por Funções	113
Demonstração de Fluxos de Caixa	113
Demonstração das Alterações ao Capital Próprio	113
12. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	119
"1. Identificação"	119
"2. Referencial Contabilístico"	119
"3. Principais Políticas Contabilísticas"	120
"4. Fluxos de Caixa"	125
"5. Partes Relacionadas"	125
"6. Ativos Fixos Tangíveis"	126
"7. Ativos Intangíveis / Em Curso"	127
"8. Outros Investimentos Financeiros"	127
"9. Créditos a Receber" - não corrente	128
"10. Ativos por Impostos Diferidos"	128
"11. Inventários - Mercadorias"	128
"12. Clientes"	129

“13. Estado e Outros Entes Públicos”	129
“14. Outros Créditos a Receber”- corrente	129
“15. Diferimentos”	129
“16. Caixa e Depósitos Bancários”	130
“17. Capital Subscrito”	130
“18. Outros Instrumentos de Capital Próprio”	130
“19. Reserva Legal”	130
“20. Outras Reservas”	131
“21. Resultados Transitados”	131
“22. Ajustamentos em Ativos Financeiros”	131
“23. Excedente de Revalorização”	132
“24. Provisões”	132
“25. Outras Dívidas a Pagar”	133
“26. Fornecedores”	133
“27. Vendas e Prestação de Serviços”	133
“28. Trabalhos para a Própria Entidade”	133
“29. Fornecimentos e Serviços Externos”	134
“30. Gastos com Pessoal”	134
“31. Imparidades”	135
“32. Outros Rendimentos”	135
“33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas”	135
“34. Outros Gastos”	136
“35. Gastos de Depreciação e Amortização”	136
“36. Juros e Outros Rendimentos Similares”	136
“37. Imposto sobre o Rendimento”	136
“38. Compromissos”	136
“39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal”	137
“40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental”	138
“41. Acontecimentos após a data de balanço”	139

ANEXOS

- **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**
- **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**
- **RELATÓRIO DE AUDITORIA**
- **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS**



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2018.

Handwritten signature or initials in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2018 prosseguiu-se a implementação da estratégia definida na proposta do contrato de gestão e na proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2018 nos seguintes termos:

- No âmbito dos projetos de **RECURSOS MINEIROS**:
 - Deu-se continuidade aos 2 únicos projetos autónomos de prospeção e pesquisa da empresa - ESCÁDIA GRANDE e ROSÁRIO;
 - Dado o potencial associado à área do ROSÁRIO, a exigir investimentos de maior complexidade, lançou-se uma consulta ao mercado para desenvolvimento do projeto em consórcio o qual aguarda aprovação;
 - Procedeu-se ao acompanhamento dos projetos de prospeção e pesquisa em parceria designadamente com a ESAN, envolvendo as áreas de MONTE das MESAS, ALCÁCER e S. PEDRO das CABEÇAS e com a REDCORP no que respeita à área de LAGOA SALGADA;
 - Acompanhou-se o pedido de continuidade dos trabalhos no projeto de ARGOZELO;
 - Retomou-se o acompanhamento do projeto do GAVIÃO, em parceria com a ALMINA, assegurando-se a realização de uma campanha de sondagens adicionais necessárias à avaliação do jazigo;
 - Acompanhou-se o projeto da SEMBLANA, no quadro do Acordo de Parceria com a SOMINCOR, visando o estudo das condições de arranque;
 - Acompanharam-se os trabalhos de lançamento de concursos para prospeção e pesquisa de lítio, na sequência da RCM nº 22/2018 de 31/1;
 - Assegurou-se a presença no PDAC 2018, em Toronto, Canada, com um stand próprio e agendou-se a participação no PDAC_2019;
 - E procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa a apresentar em 2019, designadamente relacionadas com a área de JALES E GRALHEIRA e com a FAIXA PIRITOSA IBÉRICA.

17
28

- No âmbito da **REMEDIÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS**:
 - Acelerou-se a execução das candidaturas aprovadas no POSEUR;
 - Procedeu-se à receção provisória das obras do “CASTELEJO, FORMIGA, VALE VIDEIRA, VALES e POVOA DE CERVÃES”;
 - Desenvolveram-se as ações relativas ao projeto da “URGEIRIÇA-fase final”;
 - Procedeu-se à receção provisória da obra do projeto de “S. DOMINGOS - FASE 1” que, associado à FASE 2, permitirá a recuperação do sistema de canais das duas margens do vale da área mineira de S. DOMINGOS;
 - Iniciaram-se as candidaturas do 2º aviso de 2016 do POSEUR referentes ao “MONDEGOSUL” e “S. DOMINGOS-FASE 2”;
 - Contrataram-se e iniciaram-se os seguintes 5 projetos de recuperação ambiental do 3º aviso de 2017 do POSEUR: “QUINTA DO BISPO - FASE 1”, “MORTÓRIOS”, “RIBEIRA DO BÔCO, PICOTO e CANTO DO LAGAR”, e “FASE COMPLEMENTAR de DESCONTAMINAÇÃO de SOLOS e ÁGUAS DE MINA na URGEIRIÇA, CUNHA BAIXA, BICA, VALE D'ARCA, VALE DA ABRUTIGA, PRADO VELHO, FREIXIOSA e CASTELEJO”;
 - Dinamizou-se uma estratégia de concretização de ACORDOS DE PARCERIA com os Municípios onde se efetuaram intervenções;
 - Procedeu-se à atualização do “DOCUMENTO ENQUADRADOR-ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO 2014-2020” que foi homologado pelo Secretário de Estado da Energia em 28/3/2018;
 - Desenvolveram-se diversas AÇÕES DE SEGURANÇA para eliminação ou minimização de riscos para a segurança e saúde públicas, quer em antigas áreas mineiras quer em infraestruturas e ex-anexos mineiros dessas antigas explorações;
 - Procedeu-se a uma intervenção de extinção de focos de combustão nas escombrelas das antigas minas de carvão do PEJÃO-GERMUNDE, decorrente dos incêndios de outubro de 2017, atuação que ainda prossegue em 2019 face à complexidade dos materiais aí depositados;
 - Manteve-se o acompanhamento e dinamização das ações do ROTEIRO DE MINAS E LOCAIS DE INTERESSE MINEIRO E GEOLÓGICO DE PORTUGAL desenvolvido em cooperação com a Direção Geral de Energia e Geologia e mais de 35 Parceiros;



Sublinhe-se que durante o ano se registaram dois factos que condicionaram o ritmo de realização das atividades:

- o primeiro referente à não conclusão do pedido de autorização para admissão de 5 novos técnicos, 3 dos quais em substituição dos que haviam saído em finais de 2016;
- o segundo referente à não substituição de um dos vogais do Conselho de Administração, que por ter assumido outras funções públicas apresentou a renúncia em 2017.

Em 4 de outubro de 2018 e a solicitação do acionista comunicada em 13 de setembro, procedeu-se à apresentação de uma nova versão do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, ajustando a versão de 7 de dezembro de 2017 com a introdução dos dados reais de 2017 que só estiveram disponíveis com o encerramento de contas em março de 2018. Ficou-se assim na expectativa, que não se veio a concretizar, de que seria possível apreciar e eventualmente aprovar o PAO_2018 e conseqüentemente autorizar as propostas nele inseridas designadamente relativas à contratação de 5 novos técnicos antes referida e à substituição de 3 viaturas, face à sua antiguidade e precárias condições de segurança.

Com a atuação desenvolvida em 2018, que o presente Relatório e Contas descreve, perspectiva-se que a intervenção da EDM no futuro permita um desenvolvimento mais acelerado da valorização dos recursos mineiros e uma atuação sustentável na remediação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas e proporcione ao acionista a concretização das orientações definidas para a empresa.

Finalmente um agradecimento ao acionista em particular ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Energia na sua qualidade de tutela setorial pelo apoio concedido, aos trabalhadores da empresa pela dedicação demonstrada na realização das suas tarefas e às entidades com quem se relacionou durante o ano.

Rui da Silva Rodrigues

Presidente

17
28

2. ENVOLVENTE EXTERNA

2.1. Conjuntura macroeconómica internacional

A *Atividade Económica e o Comércio mundiais* mantiveram em 2018 taxas de crescimento positivas. As estimativas mais atuais apontam acréscimos de + 3,7% da Economia mundial em 2018 (face às subidas de + 3,7% em 2017 e de + 3,2% em 2016) e de + 4,0% do Comércio mundial (face aos aumentos de + 5,3% em 2017 e de + 2,6% em 2016).

Nos *Países Asiáticos* a Atividade Económica manteve-se dinâmica, com uma taxa de crescimento no PIB de + 6,5% (que compara com + 6,5% em 2017 e + 6,3% em 2016), com realce para a China, com uma taxa de crescimento de + 6,6% (+ 6,9% em 2017 e + 6,7% em 2016) e para a Índia, com uma taxa de crescimento de +7,3% (+ 6,7% em 2017 e + 7,1% em 2016), ambas impulsionadas pelo comportamento positivo das respetivas procuras internas.

Na *América Latina e Caraíbas* registou-se um acréscimo do Produto de + 1,1%, face ao crescimento de 2017 (+ 1,3%) e ao decréscimo de 2016 (- 1,5%), com comportamentos diferenciados das quatro principais economias da região: Chile (+3,9%), México (+2,1%), Argentina (- 2,8%) e Brasil (+ 1,3%).

Nos *Países da Europa Central e de Leste* a Atividade Económica em 2018 assinalou um acréscimo de + 3,1% (face aos + 4,0% de 2017 e + 1,7% de 2016), sublinhando-se o prosseguimento da retoma do crescimento na Rússia de + 1,7% (face ao crescimento de + 1,5% em 2017 e ao decréscimo de - 0,2% em 2016) e a desaceleração do ritmo de crescimento na Turquia para + 3,5% (face aos + 7,4% em 2017 e + 3,2% em 2016).

As perspetivas económicas para 2019 e 2020 indiciam uma ligeira desaceleração das taxas de crescimento da economia mundial, com ritmos diferentes consoante as regiões: os “*países emergentes e em desenvolvimento*” a apresentarem-se relativamente dinâmicos, graças sobretudo aos incrementos na procura interna, com crescimentos previstos para 2019 e 2020 de + 4,5% e + 4,9% respetivamente,

enquanto nas “*economias avançadas*” o crescimento será menos acentuado (+2,0% para 2019 e + 1,7% para 2020). As projeções mais recentes estimam para 2019 um crescimento de + 3,5% do Produto mundial e de + 4,0% do Comércio mundial e para 2020 uma subida de + 3,6% e de + 4,0% respetivamente para o Produto e Comércio mundiais. Mantêm-se, contudo, elevadas incertezas devidas por um lado às hipotéticas interrupções no prosseguimento das políticas monetárias de estímulo à economia por parte do FED (Federal Reserve System-USA) e do BCE (Banco Central Europeu), e por outro aos impactos económicos, oriundos na instabilidade e nas associadas tensões geopolíticas, no Médio Oriente, em particular na Síria, no Iraque, na Arábia Saudita e no Irão e à manutenção de um crescimento menos acentuado da economia chinesa com repercussão no comércio mundial. Acrescem ainda a estas incertezas os riscos ligados à persistência de perturbações nos mercados financeiros (associadas ao elevado nível das dívidas soberanas de um grande número de países), às elevadas taxas de desemprego, à baixa do consumo, à fraca confiança dos agentes económicos, à volatilidade do comportamento dos preços de algumas matérias-primas e do petróleo a nível global e aos impactos económicos da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*).

Ainda no que respeita às *Economias Emergentes* é de sublinhar, face às relações preferenciais com a economia portuguesa, o decréscimo em 2018 na economia de *Angola* (-0,1%) e a evolução positiva perspetivada na economia de *Moçambique* (+ 3,5%), a comparar com o decréscimo registado em 2017 em Angola (- 2,5%) e com o crescimento de + 3,7% em Moçambique. As estimativas para 2019 e 2020 apontam para uma retoma do crescimento moderado para Angola, com taxas de +3,1% e + 3,2% respetivamente e para a aceleração do ritmo de crescimento para Moçambique (+ 4,0% e + 4,1% respetivamente).

Nos *Estados Unidos da América*, em 2018, a atividade económica registou um acréscimo do PIB de + 2,9%, superior aos + 2,2 % verificados em 2017. O acréscimo do PIB em 2018 assentou fundamentalmente no comportamento favorável do investimento (+ 5,6%) e das exportações (+3,3%) e em menor escala do consumo privado (+ 2,8%) e do consumo público (+ 1,1%). O facto de o desemprego ter mantido a trajetória decrescente, cifrando-se em 3,8% em 2018 (face aos 4,4% de 2017 e 4,9% de 2016), poderá influenciar positivamente a

evolução, ainda que moderada, da atividade económica, com reflexos no crescimento do PIB, que se estima de + 2,5% em 2019, impulsionado essencialmente pela evolução positiva do investimento (+ 6,0%), do consumo público (+ 2,7%) e do consumo privado (+2,4%), e de + 1,8% em 2020, impelido, nomeadamente, pelo aumento do investimento (+ 3,8%) e das exportações (+2,8%).

A *economia Japonesa* registou um crescimento moderado da atividade económica, tendo apresentado um acréscimo do PIB de + 0,9%, face aos + 1,9% de 2017 e +1,0% de 2016. Esta variação foi muito influenciada pelo acréscimo das exportações (+ 3,9%) e do investimento (+ 1,9%) e em menor escala pelas variações positivas do consumo privado (+ 0,6%) e do consumo público (+ 0,5%). Prevê-se um acréscimo do ritmo de crescimento para 2019 (+ 1,1%), seguida de nova redução em 2020 (+ 0,5%), como consequência, fundamentalmente, da redução do ritmo de andamento das exportações e do investimento.

Na *área Euro* a atividade económica registou, em 2018, um acréscimo do PIB de +1,9% (sendo também de + 1,9% na *União Europeia*) face aos + 2,0% registados em 2016 e + 2,4% de 2017. Persistiram, à semelhança do já verificado em anos anteriores, diferenças substanciais de comportamento entre os países da *área Euro*, com economias a registarem acréscimos superiores à média, como sejam Irlanda (+ 6,8%), Malta (+ 6,2%), Letónia (+ 4,7%), Eslovénia (+ 4,4%), Eslováquia (+ 4,2%), Chipre (+ 3,8%), Lituânia (+ 3,6%), Estónia (+ 3,5%), Luxemburgo (+3,0%), Áustria (+ 2,7%), Finlândia (+ 2,5%), Holanda (+ 2,5%), Espanha (+ 2,5), Portugal (+ 2,1%) e Grécia (+ 2,0%). Todos os restantes países apresentaram variações inferiores à média, menos intensas na Alemanha (+ 1,5%), na França (+1,5%) e na Bélgica (+ 1,4%) e mais significativa na Itália (+ 1,0%).

Nos países da *União Europeia* fora da *área Euro* registaram-se, também, comportamentos diferenciados, com acréscimos superiores à média, mais expressivos na Polónia (+ 5,1%), na Hungria (+4,8), e na Roménia (+ 4,0%), seguidos de crescimentos menos acentuados na Bulgária (+ 3,2%), na Checoslováquia (+ 2,9%), na Croácia (+ 2,8%) e na Suécia (+ 2,2%). O Reino Unido (+ 1,4%) e a Dinamarca (+ 0,8 %) registaram variações do PIB inferiores à média da *União Europeia*.

As perspetivas de evolução do ritmo de crescimento na área Euro estão negativamente condicionadas pelo excessivo nível de endividamento de alguns países da União Europeia, pela manutenção de uma elevada taxa de desemprego, pela necessidade de promover a consolidação das finanças públicas face às exigências dos mercados financeiros relacionadas com as dívidas soberanas, e pelas fracas expectativas de retoma dos preços, a que acrescem as incertezas das tensões comerciais da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*). Neste contexto as previsões mais recentes assinalam, para 2019 e 2020, uma variação média anual do PIB de + 1,3% e de + 1,6% respetivamente, suportada em 2019 principalmente pelo aumento das exportações (+ 4,4%) e do investimento (+ 3,0%) e em menor escala do consumo privado (+ 1,8%), e em 2020 pela conjugação da subida das exportações (+ 3,3%) e do investimento (+ 3,0%) e também do consumo privado (+ 1,6%).

2.2. A economia portuguesa

A economia Portuguesa apresentou, em 2018, um crescimento do PIB de + 2,1%, face aos + 2,8% registados em 2017 e + 1,9% em 2016. Este comportamento ficou a dever-se, principalmente, à evolução favorável, ainda que menos intensa, das variações do investimento (+ 3,9% em 2018 face a + 9,2% em 2017) e das exportações (+ 3,6% em 2018 face a + 7,8% em 2017), que foram acompanhadas por um aumento do consumo privado (+ 2,1% em 2018 face aos + 2,3% de 2017), e do consumo público (+ 0,7% em 2018 face aos 0,2% de 2017) e por uma redução do ritmo de crescimento das importações (+ 4,1% em 2018 face aos + 8,1% de 2017).

A taxa média de inflação situou-se em + 1,4% (face a + 1,5% em 2017), abaixo da média da área euro (+ 1,8%). As previsões atuais assinalam uma manutenção da taxa média de inflação em 2019 (+ 1,4%) e ligeiro aumento em 2020 (+ 1,5%).

A taxa de desemprego diminuiu para + 7,0%, abaixo dos + 8,9% registados em 2017 e dos + 11,1% de 2016, abaixo da taxa da área Euro (+ 8,4%), prevendo-se,

de acordo com estimativas do Banco de Portugal, um decréscimo para + 6,2% em 2019 e para + 5,5% em 2020.

As últimas projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa apontam para uma ligeira desaceleração do crescimento da atividade económica em 2019 (+ 1,8%) e em 2020 (+ 1,7%), influenciada em 2019 pelo comportamento favorável do investimento (+6,6%) e das exportações (+ 3,7%) acompanhado por um moderado acréscimo no consumo privado (+ 2,0%) e um ligeiro crescimento do consumo público (+ 0,1%) e para 2020 pelo aumento do investimento (+ 5,9%) e das exportações (+ 4,0%).

Estas perspetivas de evolução apresentam um elevado grau de incerteza decorrente tanto da dimensão da recuperação económica mundial e da Europa em particular, que suporte as estimativas das exportações e do investimento principalmente em 2020, como da necessidade de manter políticas de rigor na consolidação orçamental para cumprir os objetivos do défice e da dívida definidos para 2019 e 2020 no quadro do Tratado sobre a Estabilidade, Governação e Coordenação na União Económica e Monetária. Acrescem, ainda, o risco resultante do impacto do processo de “desalavancagem” do setor bancário nas condições de financiamento da economia, que poderá traduzir-se numa acrescida moderação na política de concessão de crédito com os consequentes reflexos no investimento e no consumo e as incertezas dos reflexos económicos da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit).

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores Económicos	Taxas de variação em (%)										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (*)	2019 (*)	2020 (*)
Consumo Privado	2,1	-3,8	-5,5	-1,2	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,0	1,8
Consumo Público	0,9	-4,3	-3,3	-2,0	-0,5	1,3	0,8	0,2	0,7	0,1	0,0
Investimento	-4,1	-10,7	-16,5	-5,1	2,3	5,8	2,3	9,2	3,9	6,6	5,9
Exportações bens e serviços	8,8	7,2	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4	7,8	3,6	3,7	4,0
Importação de bens e serviços	5,4	-5,9	-6,3	4,7	7,8	8,5	4,7	8,1	4,1	4,7	4,9
Produto Interno Bruto (PIB)	1,4	-1,6	-4,0	-1,1	0,9	1,8	1,9	2,8	2,1	1,8	1,7
Inflação	+1,4	+3,7	+2,8	+0,3	-0,3	+0,4	+0,9	+1,5	+1,4	+1,4	+1,5

(*) últimas estimativas disponíveis

Fonte: dados recolhidos junto do FMI, World Bank, Banco de Portugal, INE e Comissão Europeia

2.3. Envolvente sectorial

Os preços das “commodities” no terceiro trimestre de 2018 sofreram a influência de diversos eventos geopolíticos e macroeconômicos.

Os preços das “commodities” energéticas subiram 3 por cento no 3º trimestre de 2018 (q / q), em parte em resposta à iminente re-imposição de sanções ao Irão pelos Estados Unidos, juntamente com o declínio contínuo na produção na Venezuela. Como resultado, estima-se que a média dos preços do petróleo bruto seja de \$ 72 por barril (bbl) em 2018 (acima dos \$ 53 / bbl em 2017) e \$ 74 / bbl em 2019.

Em contraste, os preços de metais e agrícolas desceram 10 e 7 por cento, respetivamente, no terceiro trimestre de 2018, num contexto de reforço da oferta e de disputas comerciais. Os preços dos metais devem estabilizar em 2019, enquanto os preços agrícolas devem subir quase 2%.

A análise da evolução dos mercados das “commodities” evidencia que a China tem sido o principal impulsionador do crescimento da procura, particularmente para carvão e metais, mas é provável que sua procura diminua, enquanto outras economias de mercado emergentes provavelmente não imitarão a China.

Prevê-se que os preços dos metais aumentem 5 por cento em 2018 e estabilizem em 2019, atingindo níveis ligeiramente inferiores do que o anteriormente esperado. Entre os riscos negativos incluem-se o agravamento das tensões comerciais entre os Estados Unidos e China, e um crescimento global mais fraco. No que se refere as tendências positivas incluem-se uma maior procura da China devido a um maior estímulo político e a menor restrições de políticas que limitam produção.

Handwritten signature or initials in blue ink.

METALS AND MINERALS

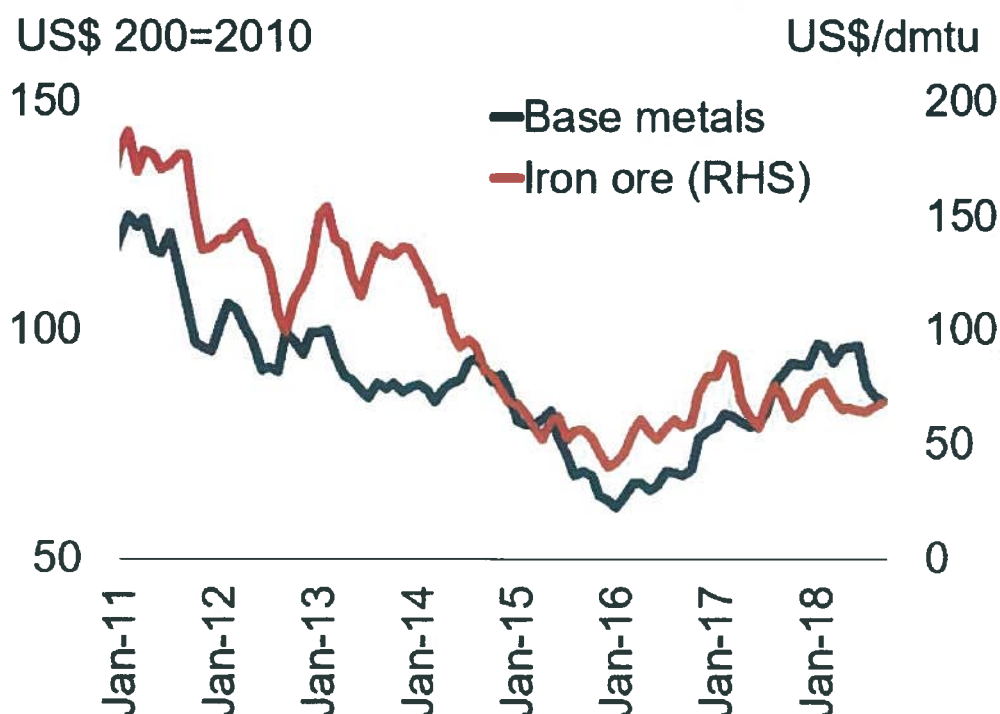
O Índice de Preços de Metais e Minerais do Banco Mundial decresceu 10% no terceiro trimestre (q/q), apesar da queda dos stocks da LME, com descidas em todos os metais exceto os minérios de ferro (figura seguinte).

Entre os fatores que contribuíram para a redução sublinham-se o enfraquecimento da procura global, o fortalecimento do dólar americano e as crescentes tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China.

No entanto, os preços dos metais ainda devem ser, em 2018, em média, 5% superiores aos de 2017, dado o forte crescimento no início desse ano.

Embora se estime que os preços permaneçam globalmente inalterados em 2019, existem incertezas decorrentes das previsões que incluem uma procura mais robusta da China resultante de medidas fiscais e de estímulo monetário e reduções na oferta devido a políticas ambientais mais rigorosas, a que acrescem os potenciais impactos negativos do agravamento das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China.

Índice de evolução anual da cotação dos Metals and Minerals



Source: world Bank (Commodity Markets outlook-Out 2018)
 Note: Last observation is September 2018

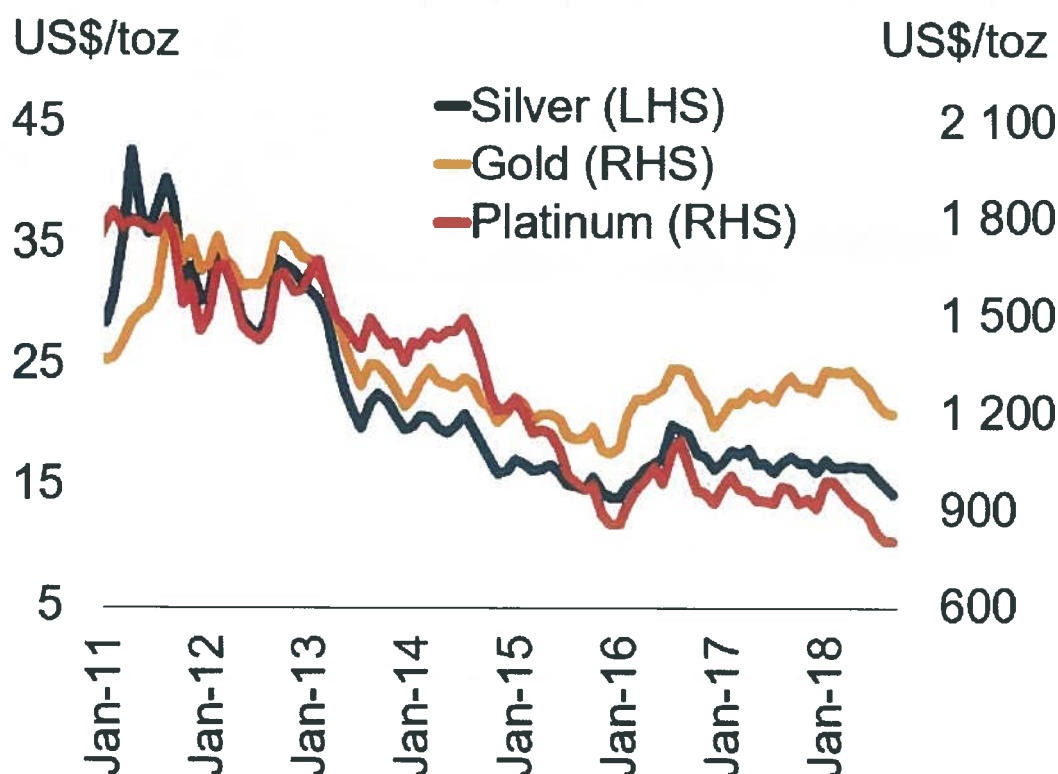
PRECIOUS METALS

O Índice de Preços de Metais Preciosos do Banco Mundial decresceu 8% no terceiro trimestre de 2018, atingindo o seu menor nível desde o primeiro trimestre de 2016, ainda que, em termos anuais, a descida se estime da ordem dos 2% (ver figura seguinte).

A descida dos preços foi mais acentuada na platina (abaixo dos 10%) e em menor grau na prata e ouro resultante fundamentalmente da contração da procura de ouro na China e na Índia, acrescida da valorização do dólar americano e de uma política monetária mais rígida em várias economias.

Prevê-se que os preços dos metais preciosos continuem a diminuir em 2019, embora a ritmo menos acentuado (-2%), devido à contínua rigidez da política monetária e à manutenção de uma procura enfraquecida.

Índice de evolução dos metais preciosos

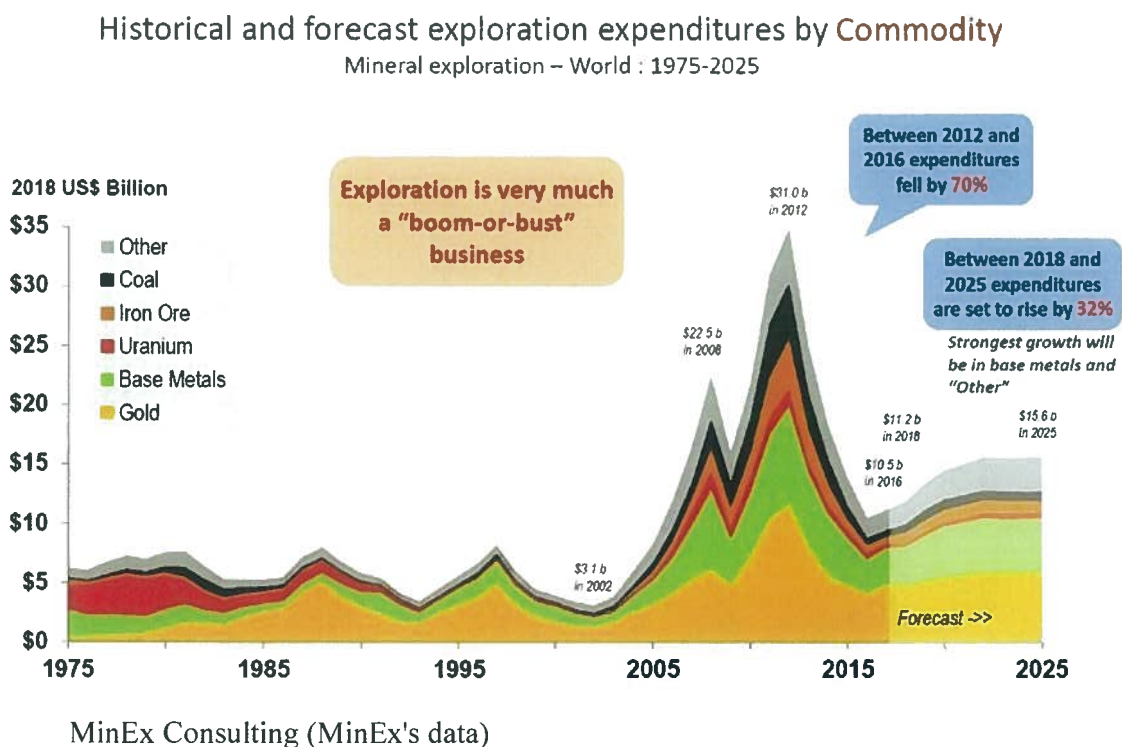


Source: world Bank (Commodity Markets outlook-Out 2018)
Note: Last observation is September 2018

INVESTIMENTO EM PROSPEÇÃO E PESQUISA

O investimento em Prospeção e pesquisa aumentou nos 2 últimos anos, após a queda a seguir a 2012.

A previsão é de que a subida continuará em 2019, como se evidencia na figura seguinte, com os investimentos a subirem de U\$11,2 bilhões em 2018 para U\$15,6 bilhões em 2025, o que compara com os U\$31 bilhões em 2012.



EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Apresentam-se, de seguida, as cotações nos últimos anos dos principais minérios com relevância para o setor em Portugal:

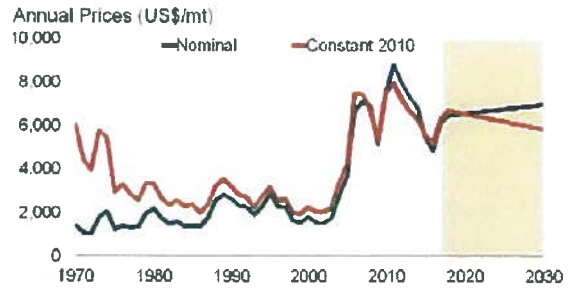
- Metais básicos: cobre, zinco, tungsténio, estanho, ferro;
- Lítio;
- Metais preciosos: ouro e prata.

Handwritten signature

Copper

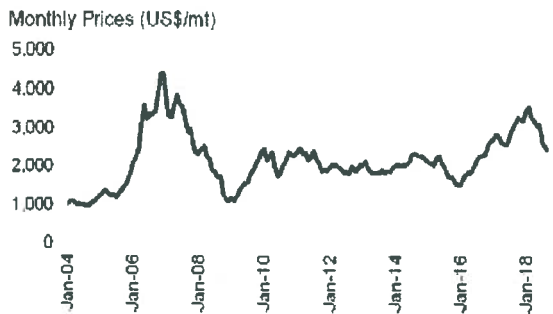


Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2018

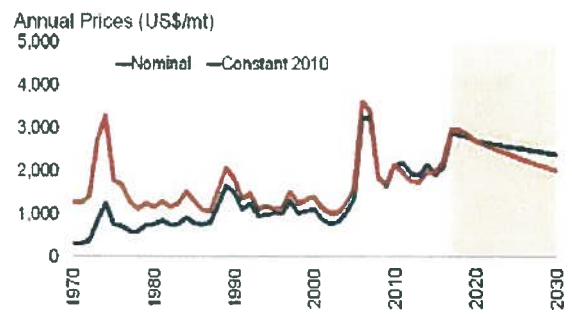


Source: World Bank.
Note: 2018-30 are forecasts.

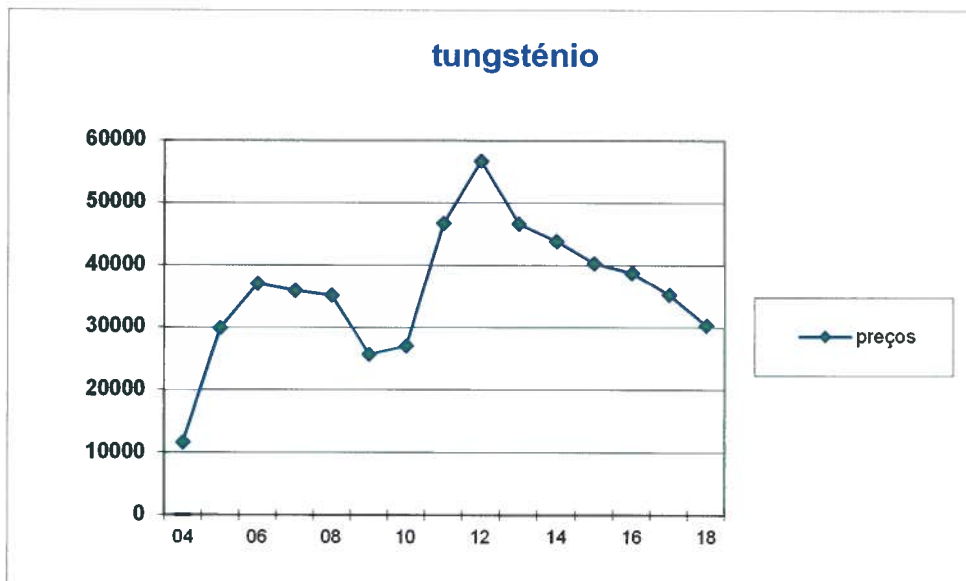
Zinc



Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2018



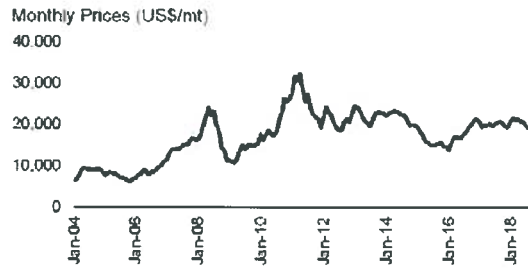
Source: World Bank.
Note: 2018-30 are forecasts.



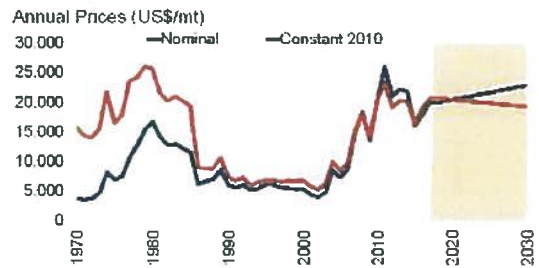
Fonte : Metalary
Tungsten price per metric ton.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Tin



Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2018.

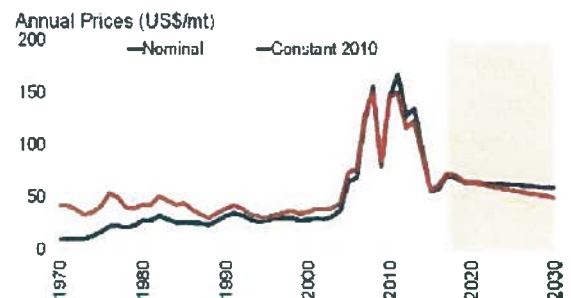


Source: World Bank.
Note: 2018-30 are forecasts.

Iron Ore

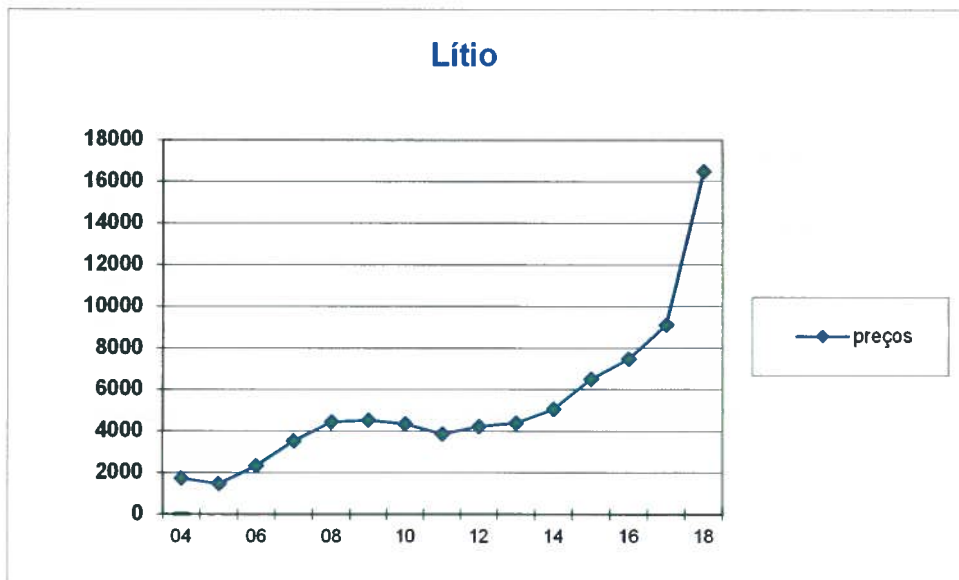


Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2018.



Source: World Bank.
Note: 2018-30 are forecasts.

Lítio

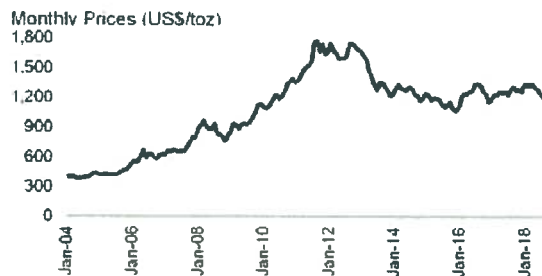


Fonte: Metalary

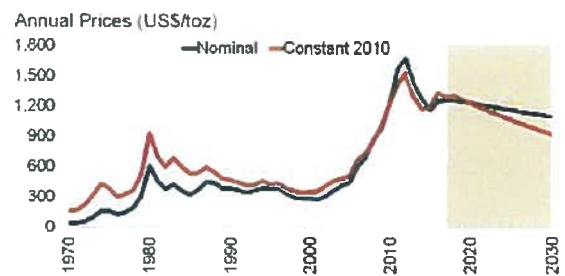
Litium price per metric ton.

Handwritten marks: a checkmark and the number 26.

Gold



Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2018.

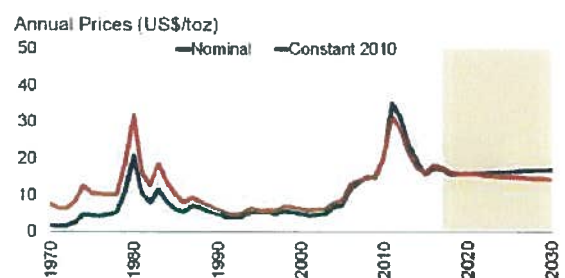


Source: World Bank.
Note: 2018-30 are forecasts.

Silver



Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2018.



Source: World Bank.
Note: 2018-30 are forecasts.

Handwritten blue scribbles and initials.

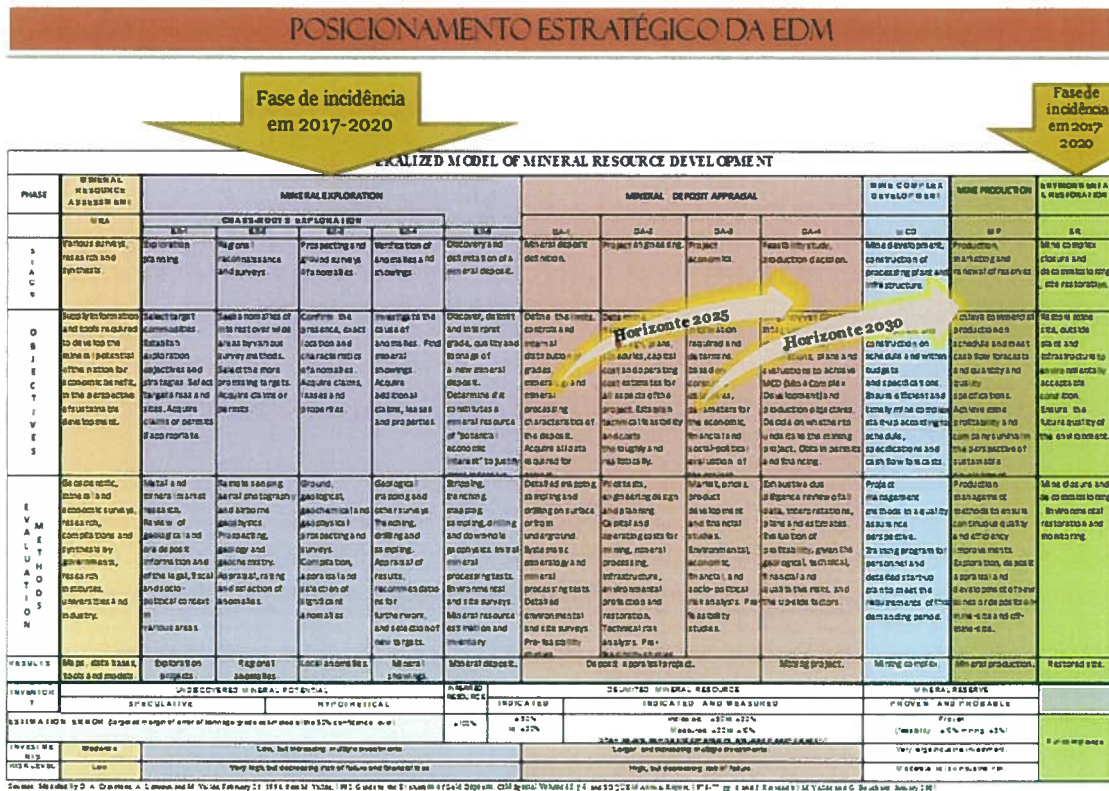
3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

O presente relatório é apresentado pelo Conselho de Administração da EDM em funções, integrando o Presidente e um Vogal nomeado em 26/1/2018.

Tendo em consideração as competências da EDM interiorizadas ao longo dos 50 anos da sua atuação (completados em 2016) em especial no domínio dos recursos mineiros e as orientações propostas no contrato de gestão para o mandato 2016-2018, deu-se execução ao “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da empresa, redefinido em 2016, e que se resume no seguinte:

assegurar a presença em todas as fases da “FILEIRA do ciclo de desenvolvimento dos recursos mineiros”, privilegiando no período 2017-2020, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final);

na perspectiva de se envolver no “HORIZONTE 2025” em fases de avaliação de viabilidade e no “HORIZONTE 2030” em fases de produção.



Fileira mineral "Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum"

Das atividades operacionais desenvolvidas, descritas em termos detalhados no capítulo 4 deste RELATÓRIO E CONTAS, destaca-se em termos sintéticos o seguinte:

– **Relativamente ao domínio dos RECURSOS MINEIROS:**

- Deu-se continuidade aos 2 únicos projetos autónomos de prospeção e pesquisa da empresa - ESCÁDIA GRANDE e ROSÁRIO;
- Dado o potencial associado à área do ROSÁRIO, a exigir investimentos de maior complexidade, lançou-se uma consulta ao mercado para desenvolvimento do projeto em consórcio o qual aguarda aprovação;
- Procedeu-se ao acompanhamento dos projetos de prospeção e pesquisa em parceria designadamente com a ESAN, envolvendo as áreas de MONTE das MESAS, ALCÁCER e S. PEDRO das CABEÇAS e com a REDCORP no que respeita à área de LAGOA SALGADA;
- Acompanhou-se o pedido de continuidade dos trabalhos no projeto de ARGOZELO;
- Retomou-se o acompanhamento do projeto do GAVIÃO, em parceria com a ALMINA, assegurando-se a realização de uma campanha de sondagens adicionais necessárias à avaliação do jazigo;
- Acompanhou-se o projeto da SEMBLANA, no quadro do Acordo de Parceria com a SOMINCOR, visando o estudo das condições de arranque;
- Acompanharam-se os trabalhos de lançamento de concursos para prospeção e pesquisa de lítio, na sequência da RCM nº 22/2018 de 31/1;
- Assegurou-se a presença no PDAC 2018, em Toronto, Canada, com um stand próprio e agendou-se a participação no PDAC_2019;
- E procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa a apresentar em 2019, designadamente relacionadas com a área de JALES E GRALHEIRA e com a FAIXA PIRITOSA IBÉRICA.

- **Relativamente ao domínio da RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS**, e na sequência da concretização da segunda renovação, por mais sete anos, do contrato de concessão, em exclusivo, para a recuperação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2015, de 10 de setembro, e da

Handwritten signature and initials in blue ink.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2017, de 12 de janeiro, que reafirma o empenho do Governo Português no prosseguimento do objeto da concessão, tal como definida no decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, prosseguiu-se em 2018 a procura do financiamento comunitário, forma de conseguir concretizar as obras e intervenções previstas na concessão, destacando-se as seguintes realizações:

- Acelerou-se a execução das candidaturas aprovadas no POSEUR;
- Procedeu-se à receção provisória das obras do “CASTELEJO, FORMIGA, VALE VIDEIRA, VALES e POVOA DE CERVÃES”;
- Desenvolveram-se as ações relativas ao projeto da “URGEIRIÇA-fase final”;
- Procedeu-se à receção provisória da obra do projeto de “S. DOMINGOS - FASE 1” que, associado à FASE 2, permitirá a recuperação do sistema de canais das duas margens do vale da área mineira de S. DOMINGOS;
- Iniciaram-se as candidaturas do 2º aviso de 2016 do POSEUR referentes ao “MONDEGOSUL” e “S. DOMINGOS-FASE 2”;
- Contrataram-se e iniciaram-se os seguintes 5 projetos de recuperação ambiental do 3º aviso de 2017 do POSEUR: “QUINTA DO BISPO - FASE 1”, “MORTÓRIOS”, “RIBEIRA DO BÔCO, PICOTO e CANTO DO LAGAR”, e “FASE COMPLEMENTAR de DESCONTAMINAÇÃO de SOLOS e ÁGUAS DE MINA na URGEIRIÇA, CUNHA BAIXA, BICA, VALE D'ARCA, VALE DA ABRUTIGA, PRADO VELHO, FREIXIOSA e CASTELEJO”;
- Dinamizou-se uma estratégia de concretização de ACORDOS DE PARCERIA com os Municípios onde se efetuaram intervenções;
- Procedeu-se à atualização do “DOCUMENTO ENQUADRADOR-ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO 2014-2020” que foi homologado pelo Secretário de Estado da Energia em 28/3/2018;
- Desenvolveram-se diversas AÇÕES DE SEGURANÇA para eliminação ou minimização de riscos para a segurança e saúde públicas, quer em antigas áreas mineiras quer em infraestruturas e ex-anexos mineiros dessas antigas explorações;
- Procedeu-se a uma intervenção de extinção de focos de combustão nas escombrelas das antigas minas de carvão do PEJÃO-GERMUNDE, decorrente dos incêndios de outubro de 2017, atuação que ainda prossegue em 2019 face à complexidade dos materiais aí depositados;

- Manteve-se o acompanhamento e dinamização das ações do ROTEIRO DE MINAS E LOCAIS DE INTERESSE MINEIRO E GEOLÓGICO DE PORTUGAL desenvolvido em cooperação com a Direção Geral de Energia e Geologia e mais de 35 Parceiros;

No que concerne a trabalhos de *monitorização e manutenção*, destacam-se a sequência de recolha e análises de águas de minas, e, bem assim, algumas intervenções para melhoria dos sistemas de tratamento, como foi o caso das áreas da região do Alentejo (Aljustrel e Lousal) e da região Norte (Argozelo, Covas, Jales, Freixeda, Murçós, Fonte Santa, Ribeira e Terramonte).

A vertente de *sustentabilidade territorial*, prosseguida na ação da EDM desde 2016, e marcada por uma redefinição da estratégia na segunda metade do ano, visando colocar as áreas mineiras recuperadas ao serviço das comunidades, assentou em 2018 no acompanhamento dos Acordos de Parceria celebrados com os seguintes municípios: Mértola, Nelas, Mangualde e Gouveia.

No capítulo da *investigação e desenvolvimento*, a EDM, em 2018, no domínio ambiental, esteve envolvida em projetos científicos, colaborou com várias instituições universitárias e participou em diversas sessões de formação, informação, debate e esclarecimento atinentes ao seu campo de atividade.

- Relativamente às ações de **modernização e sustentabilidade** da empresa visando a aplicação das modernas técnicas de gestão, sublinham-se os seguintes aspetos principais:
 - o desenvolvimento do site, substituído em 2016, tornando-o mais atrativo, informativo e amigável;
 - o reforço das ações de arquivo documental com suporte eletrónico;
 - e o aprofundamento do estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sua sustentabilidade, em particular as relacionadas com a certificação do uso dos solos, a avaliação do radão nos edifícios e a possibilidade de instalação de painéis fotovoltaicos nas áreas recuperadas.

No que se refere ao **cumprimento das orientações legais** apresenta-se no capítulo 7 deste relatório uma descrição desenvolvida de acordo com os

parâmetros pré-definidos pelo acionista. Destaca-se:

- que, apesar de ainda não ter sido aprovada a “Proposta de Contratos de Gestão” para o mandato, o Conselho de Administração monitorizou os objetivos/metapas propostas que foram plenamente alcançados como se comprova no quadro apresentado no capítulo 7;
- que a EDM assegurou o cumprimento das orientações setoriais da tutela, como se confirma pelas ações desenvolvidas descritas no capítulo 4;
- e que a EDM deu cumprimento aos deveres de informação previstos nas orientações aplicáveis através de reportes sistemáticos à DGTF como igualmente se descreve no capítulo 7.

Finalmente e no que respeita à **atividade operacional**, comparando com a versão do PAO_2018 ajustado apresentado em outubro de 2018, destaca-se o seguinte:

- Fornecimentos e Serviços Externos acima da previsão orçamental (9,9%);
- Gastos com pessoal inferiores em 3,4% relativamente ao previsto no orçamento ajustado registando-se a não contratação dos 5 técnicos propostos e o facto do Conselho de Administração se ter mantido com 2 membros durante o exercício;
- Resultados Líquidos positivos de €407.867,29 ligeiramente inferiores abaixo ao previsto no PAO Ajustado de setembro de 2018.
- Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

Handwritten signature or initials in blue ink.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4.1. No domínio dos recursos mineiros

A atividade da EDM no domínio dos recursos mineiros durante 2018 foi marcada pelo desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa nas áreas contratadas, no sentido de valorizar os diversos sectores em que foi identificado potencial mineiro.

A não concretização pela Direção Geral de Energia e Geologia de concursos públicos para atribuição de áreas para prospeção e pesquisa, que era previsível serem lançados, impediu a execução dos seguintes projetos, a dinamizar em consórcio, previstos no Plano de Atividades e Orçamento para 2018:

- Projeto de prospeção e pesquisa para a área denominada de OURIQUE, nos concelhos de Ourique, Almodôvar, Castro Verde e Odemira;
- Projeto de prospeção e pesquisa para a área denominada de BARRIGÃO, nos concelhos de Almodôvar, Mértola, Alcoutim e Loulé;
- Projeto de prospeção e pesquisa para a área denominada de JALES/GRALHEIRA, no concelho de Vila Pouca de Aguiar;

Não foram igualmente concretizados outros 2 projetos de prospeção e pesquisa previstos no Plano de Atividades e Orçamento para 2018:

- O projeto denominado ENTRADAS, localizado na Faixa Piritosa Ibérica, por a área ter, entretanto, sido solicitada pela ALMINA;
- O projeto denominado DOURO SUPERIOR localizado nos concelhos de Vimioso, Mogadouro, Miranda do Douro, Alfandega da Fé, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta por estar dependente da libertação de áreas que não se verificou.

Para além dos 3 projetos autónomos a atividade da EDM incidu no desenvolvimento dos projetos em CONSÓRCIO, com mais intensidade no Consórcio com a ESANMET (áreas de Monte das mesas, Alcácer e S. Pedro das Cabeças) e em menos escala no Consórcio da REDCORP (Lagoa Salgada) e nas parcerias com a Almina (Gavião) e com a Somincor (Semblana).

4.1.1. Prospeção e Pesquisa

Elaboração de um Portefólio de Oportunidades

Em outubro de 2017, a EDM iniciou a elaboração de um portefólio de oportunidades, definindo áreas com potencial mineiro, abrangendo diversos tipos de recursos minerais. Este processo deverá servir de base a pedidos de prospeção e pesquisa, que simultaneamente permitirão a comercialização desta informação, junto de potenciais investidores no setor.

Numa primeira fase foi criada uma estrutura de escalonamento de prioridades com classificações e ações temporais. Posteriormente, a EDM iniciou o procedimento de classificação de alguns dos alvos mineiros com a complementação de informação de carácter geológica e devidamente georreferenciada, num sistema de informação geográfica, procedimento que se manteve em 2018.

Argozelo

Em 2017 efetuou-se um pedido à DGEG para obtenção dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de estanho, tungsténio, ouro, prata, antimónio, cobre, zinco, chumbo e outros metais associados para uma área denominada **Argozelo**, sito numa área localizada nos concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro.

Neste sentido foi alugado um armazém em Argozelo para depósito dos testemunhos das sondagens efetuadas em 2015 neste setor e no âmbito do projeto de prospeção e pesquisa MN/PP/017/11, cujos direitos eram detidos pela EDM até final de 2016. Em 2018, a EDM acolheu 3 trabalhos de mestrado em Geologia Económica da Faculdade de Ciências de Lisboa, que estudaram diferentes aspetos da mineralização que ocorrem na área de Argozelo. O investimento efetuado em 2018 é de €6.296,04. Atualmente, aguarda-se a assinatura do contrato.



Transporte e armazenamento de caixas com testemunhos de sondagem da área de Argozelo

Escádia Grande

O contrato MN/PP/009/14 atribui os direitos de prospeção e pesquisa de minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, estanho, antimónio e volfrâmio, celebrado com a DGEG a 23 de setembro de 2014 para uma área denominada **Escádia Grande**. Atualmente a área abrange os concelhos de Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra e encontra-se no último ano de prorrogação.

Durante o ano de 2018 os trabalhos de prospeção e pesquisa focaram-se na campanha de sondagens iniciada no ano anterior. Foi efetuada a recolha de informação associada aos testemunhos de sondagem, nomeadamente procedimentos de logging e amostragem dos testemunhos.

A campanha foi claramente positiva, mostrando a continuidade da estrutura mineralizada já reconhecida, quer em profundidade quer lateralmente. Dos procedimentos de amostragem resultou a produção de 346 amostras, as quais foram analisadas em laboratório acreditado e revelaram a presença de teores auríferos nas amostras associadas às estruturas principais identificadas nas sondagens.

Foi também iniciada a amostragem complementar dos testemunhos de sondagem antigas de Vale Pião, por forma a complementar os dados existentes, na tentativa de se compreender melhor a distribuição das mineralizações de ouro, estanho e tungsténio. Esta ação não foi ainda concluída devido a fatores externos à EDM.

Handwritten signature or initials in blue ink.



Interseção de filão em sondagem realizada no setor de Escádia Grande

Quanto aos principais resultados alcançados, estes reportam-se a:

- Reconhecimento do prolongamento lateral e em profundidade da estrutura da Escádia Grande;
- Reconhecimento de mineralização aurífera em vários pontos dos prolongamentos identificados da estrutura mineralizada.

No ano de 2018, os investimentos realizados ascenderam a €185.919,92.

Rosário

A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA detém os direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro e minerais associados, da área do Rosário. O contrato de prospeção e pesquisa foi assinado, em 23 de novembro de 2016, com o Estado Português. O contrato tem um período inicial de três anos, sendo passível de duas prorrogações anuais.

Handwritten signature or initials in blue ink.

Esta área situa-se no sector central de uma das províncias metalogenéticas mais importantes do mundo de depósitos de sulfuretos maciços ricos em metais base, que é a Faixa Piritosa Ibérica (FPI). Esta área situa-se no Baixo Alentejo, nos concelhos de Castro Verde, Ourique, Almodôvar e Aljustrel, distrito de Beja. A área de prospeção e pesquisa tem uma orientação geral NW-SE e estende-se ao longo de 202,5 km², tendo a SE a mina de Neves Corvo e alongando-se até à falha da Messejana, situada no extremo NW. Conhecem-se nesta área inúmeras mineralizações de manganês que pela sua dimensão foram motivo de exploração no passado. Outras pequenas ocorrências minerais de bário, chumbo e cobre também estão identificadas na área. No limite NW da área situa-se a mineralização de sulfuretos maciços do Montinho que foi explorada na primeira metade do século XX.

Durante o ano de 2018 os trabalhos desenvolvidos na área do Rosário foram:

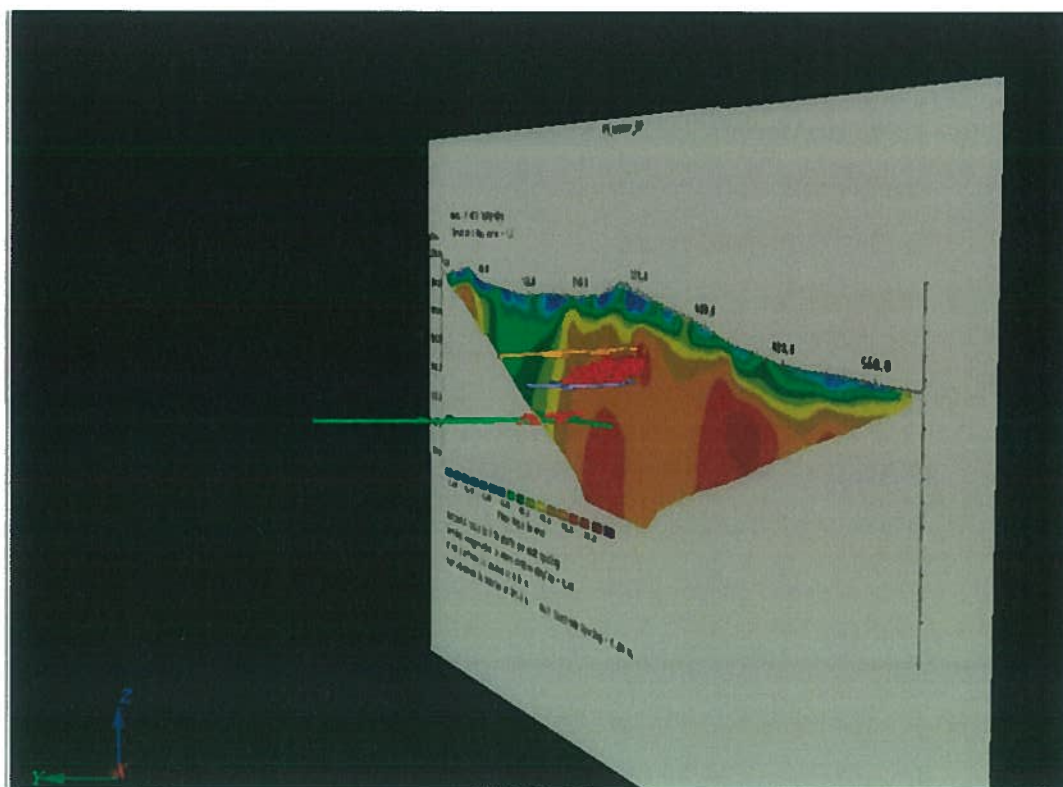
- Continuação da compilação, análise e interpretação da documentação geológico-mineira e geofísica existente e sua integração num projeto informático ArcGIS/Geosoft.
- Levantamentos cartográficos em locais onde a expressão das anomalias geofísicas são mais evidentes e conseqüente recolha de amostras para análises geoquímicas.
- Início de levantamento geo-eléctrico (perfil de resistividade) de detalhe na parte NW da área do Rosário – Mina do Montinho.
- Atualização do ranking das anomalias definidas tendo em conta a conjugação de fatores favoráveis, incluindo contexto geológico, assinatura gravimétrica clara e anomalia EM coincidente.

Os principais resultados obtidos, foram os seguintes:

- A compilação dos dados históricos de geofísica nomeadamente os levantamentos TEM ao solo, coincidem com carreamentos de baixo ângulo que promovem a repetição da sequência lito-estratigráfica. Esta repetição sob escamas tectónicas, oculta horizontes potencialmente portadores das mineralizações hospedadas em formações vulcano-sedimentares.

Handwritten marks: a checkmark and the number 20.

- Amostras colhidas durante o reconhecimento geológico foram analisadas semi-quantitativamente com a Fluorescência de RX portátil, evidenciando valores máximos de 5,10% Cu; 21,13% Zn e 2,31% Pb, que demonstram o grande potencial da área do Rosário. A paragênese observada consiste em pirite + esfalerite ± calcopirite ± galena.
- O perfil-teste de resistividades elétricas efetuado nas proximidades da mina do Montinho com o objetivo de testar a resposta dada pela mineralização conhecida, mostrou-se acertado, uma vez que identifica zonas de resistividades baixas, coincidentes com cargabilidades elevadas. Por sua vez, estas zonas sobrepõem-se à posição dos corpos mineralizados conhecidos, validando-os, assim como também diversas outras zonas ao longo do perfil com anomalias alinhadas em profundidade representativas de possíveis corpos mineralizados.



Representação 3D das massas mineralizadas conhecidas na mina do Montinho, coincidentes com as zonas de cargabilidade elevada (a vermelho) - vista NW

No final do ano de 2017, devidamente autorizado pelo Senhor Secretário de Estado

da Energia, desenvolveu-se uma consulta pública para identificação de um parceiro para estabelecer um consórcio que proporcionasse uma maior capacidade financeira para desenvolvimento do projeto que revela fortes potencialidades, tendo sido selecionada a empresa ESANMET, Lda. Atualmente, aguarda-se a autorização de transmissão dos direitos de prospeção e pesquisa da área do Rosário para a Empresa ESANMET, Lda que ficará com 65% do futuro consórcio e a EDM com 35%. No ano de 2018 os investimentos realizados ascenderam a €45.447,52.

Joint Venture ESAN/EDM (Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças)

O “Acordo de Desenvolvimento Conjunto” entre a EDM e a ESAN, no qual se encontram abrangidas as áreas de Monte das Mesas, São Pedro das Cabeças e de Alcácer, ocorreu em Fevereiro de 2016.

Pretende-se dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos na área de Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças e para isso foram realizadas novas campanhas de sondagem, reconhecimentos cartográficos com amostragem para análise geoquímica, o que estava de acordo com as obrigações contempladas no contrato de prospeção e pesquisa.

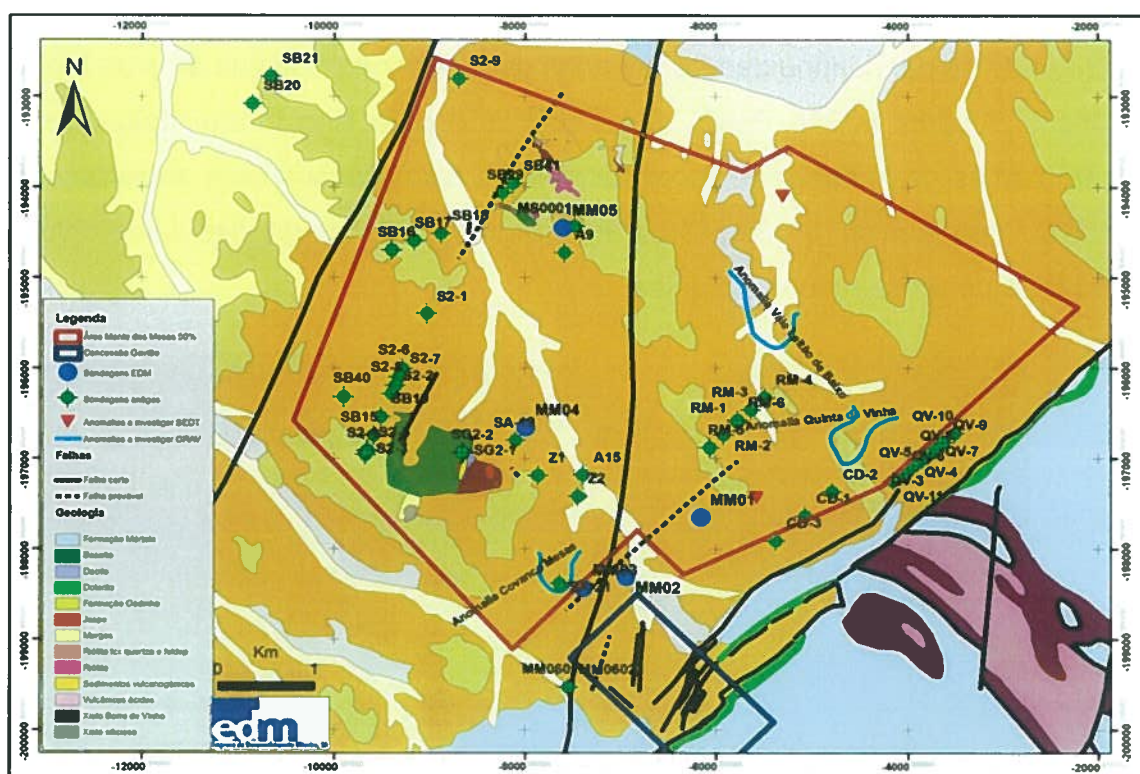


Trabalhos de campo com recurso ao equipamento de prospeção geofísica V-TEM aerotransportado

Handwritten blue ink marks, including a checkmark and a signature-like scribble.

No âmbito do contrato realizado com a ESAN, a EDM dispõe de 15% deste consórcio, tendo contratualmente sido definido que o investimento a realizar é de 7,6 milhões de euros.

O contrato de prospeção e pesquisa da área de Monte das Mesas celebrado em julho de 2012 com o Estado refere-se a uma área com 58,6 km², que foi prorrogada por mais 3 anos, até 5 de julho de 2020 e localiza-se a oeste de Aljustrel, na faixa Piritosa Ibérica e que visa, essencialmente, minerais de Cu, Pb e Zn. O enquadramento geoestrutural favorável à ocorrência de sulfuretos maciços polimetálicos, assim como a existência de anomalias geofísicas detetadas durante as várias campanhas de prospeção realizadas, levou a um aumento de interesse nesta área, razão pela qual se pretendeu conhecer melhor a zona a NNW da concessão do Gavião e conseqüentemente, o seu potencial para existência de massas mineralizadas.



Geologia geral da área de Gavião-Monte das Mesas com a projeção da localização das sondagens e anomalias geofísicas.

Em 2018, foram realizados trabalhos de modelação geológica, amostragem para medição de pH e execução de trabalhos de sondagem que comportaram um valor de €343.386.

Handwritten blue scribbles and initials.

O contrato de prospeção e pesquisa, relativo à área de Alcácer, foi assinado a 23 de novembro de 2016 entre a ESANMET e o Estado Português. Trata-se de uma área com uma superfície de 344,33 km², localizada nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, distrito de Setúbal. A geologia de superfície que se observa nesta área é dominada por uma cobertura de sedimentos de idade terciária com espessura variável sobre rochas de idade paleozóica da Faixa Piritosa Ibérica (FPI). Esta área encontra-se a norte do jazigo da Lagoa Salgada, encerrando um potencial para a ocorrência de sulfuretos maciços na área. No ano de 2018 foram efetuados os seguintes trabalhos:

- Compilação de dados históricos
- Amostragem para medição de pH e análise por Ionic Leach.
- Realização de sondagem para testar alvo VTEM.

que resultaram num investimento de €208.174.

O contrato de prospeção e pesquisa, relativo à área de São Pedro das Cabeças, foi assinado a 23 de novembro de 2016 entre a ESANMET e o Estado Português. Trata-se de uma área com uma superfície de 133,175 km², e localizada nos concelhos de Castro Verde, Ourique e Aljustrel, distrito de Beja. O potencial desta área reside no facto de se localizar no antiforma de São Pedro das Cabeças, paralela ao antiforma de Neves Corvo-Rosário onde se localizam as Minas de Neves Corvo e diversas outras explorações históricas para cobre e manganês. A estrutura de São Pedro das Cabeças é pouco conhecida em profundidade tendo sido nela efetuadas apenas 7 sondagens mecânicas e onde se reconhecem algumas anomalias geofísicas que requerem uma investigação mais detalhada.

Em 2018, foram efetuados reconhecimentos geológicos com amostragem para geoquímica e sondagens, resultando num investimento de €537.24.

A totalidade dos valores investidos para 2018, todos da responsabilidade da ESANMET, foram de €1.088.801, repartidos por:

- Monte da Mesas: €343.386;
- Alcácer: €208.174;
- S. Pedro das Cabeças: €537.241.

Lagoa Salgada

A EDM estabeleceu uma parceria com a REDCORP em setembro de 2013 no âmbito do projeto Lagoa Salgada, que se desenvolve numa área com cerca de 133 km² localizada nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo. Este projeto visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido, bem como potenciar outros sectores da área que apresentam grande potencial para conter mineralizações. A EDM detém uma participação de 15% que não envolve investimentos, mas apenas acompanhamento técnico dos trabalhos a efetuar.

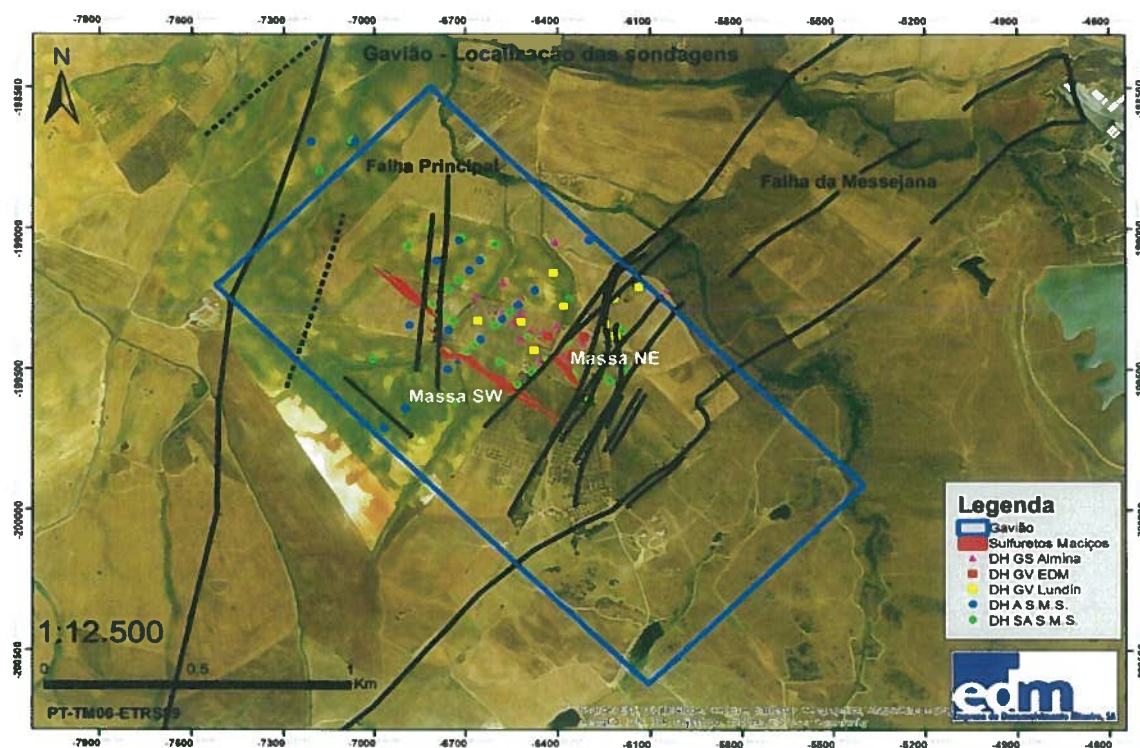
Em 2018 prosseguiu-se com o consórcio numa lógica de acompanhamento dos trabalhos promovidos pela REDCORP, que realizou campanhas de 8000 metros de sondagens carotadas, geofísica (IP e DHIP), geologia estrutural e ensaios metalúrgicos para os diferentes tipos de minério (sulfuretos maciços e stockwork).

Durante o ano verificou-se uma alteração da composição societária da REDCORP, com a entrada da ASCENDANT RESOURCES INC. Efetivou-se também uma reunião do COF em 30/10/2018, admitindo-se já este ano de 2019 um aumento do potencial de recursos inferidos para 20,666 M ton.

4.1.2. Avaliação e Exploração Mineira

Gavião

O depósito mineral de sulfuretos maciços do Gavião localiza-se na Faixa Piritosa Ibérica, sob cobertura terciária, a cerca de 3 km a oeste de Aljustrel. É alvo de uma concessão mineira detida na totalidade pela EDM, tendo o respetivo contrato sido celebrado com o Estado em 15 de Julho de 1992. Em 5 de julho de 2012 foi assinado um contrato de consórcio com a Almina – Minas do Alentejo, SA, com vista a desenvolver o projeto e determinar a viabilidade económica da exploração do jazigo do Gavião, partilhando assim, os riscos associados aos investimentos passados (EDM) e futuros (Almina).

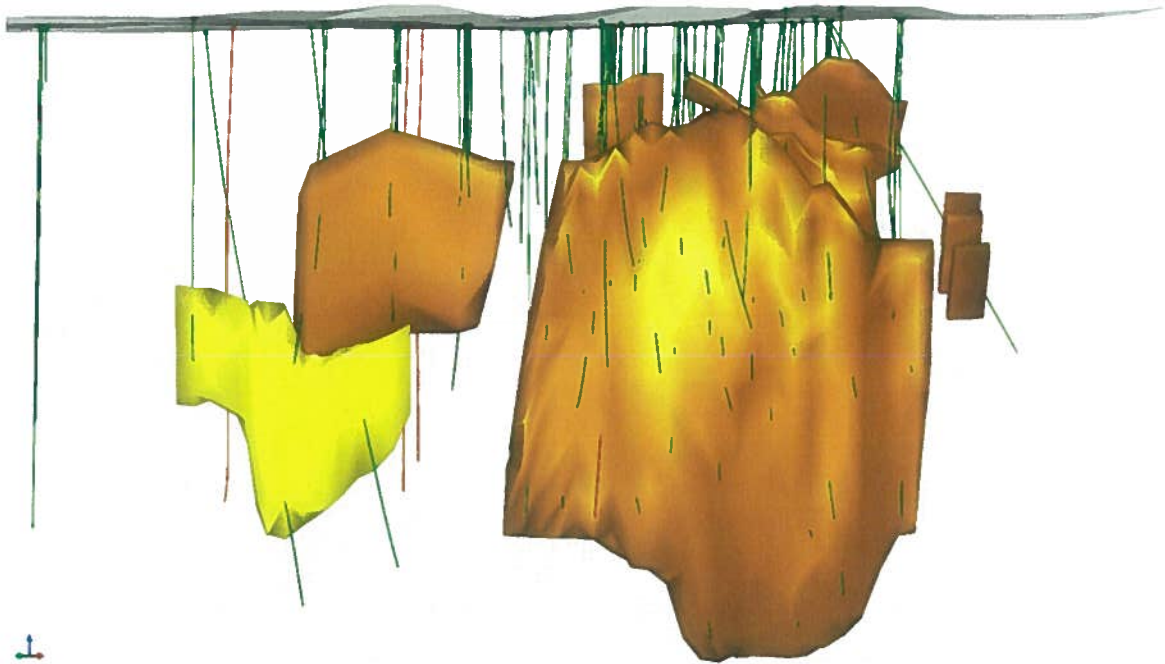


Localização de sondagens e massas mineralizadas do Gavião

Na sequência de um estudo conceptual realizado pela Almina sobre a viabilidade económica da exploração do jazigo em função do conhecimento existente, esta empresa submeteu à consideração da EDM, em 11 de dezembro de 2014, uma proposta para a aquisição da totalidade dos direitos sobre o jazigo do Gavião, a fim de levar a cabo a sua exploração.

Tendo em conta este enquadramento, durante 2017, os trabalhos de valorização do jazigo consistiram na planificação de uma campanha de 8 sondagens com um total de 4440 m com objetivo de aumento dos recursos indicados e inferidos, dividindo as sondagens com os objetivos de extensão das massas mineralizadas conhecidas e na densificação da malha de sondagens no corpo principal do depósito do Gavião. Durante o ano de 2018 iniciou-se a campanha de sondagens mencionada com resultados animadores quanto à extensão das massas conhecidas e à manutenção de teores no interior das mesmas. A campanha terminará no primeiro trimestre de 2019.

Handwritten blue marks, including a checkmark and the number 20.



Corte longitudinal do depósito do Gavião com o acréscimo da massa mineralizada (a cor amarela).

Semblana

Em 2005 foi estabelecido com a Somincor um **“Acordo de parceria em futuros investimentos relacionados com direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais”**, válido por um período de 10 anos, o qual conferia à EDM o direito à detenção de 15% nos jazigos que a Somincor venha, eventualmente, a descobrir na Faixa Piritosa Alentejana em contratos de prospeção fora do couto mineiro de Neves-Corvo.

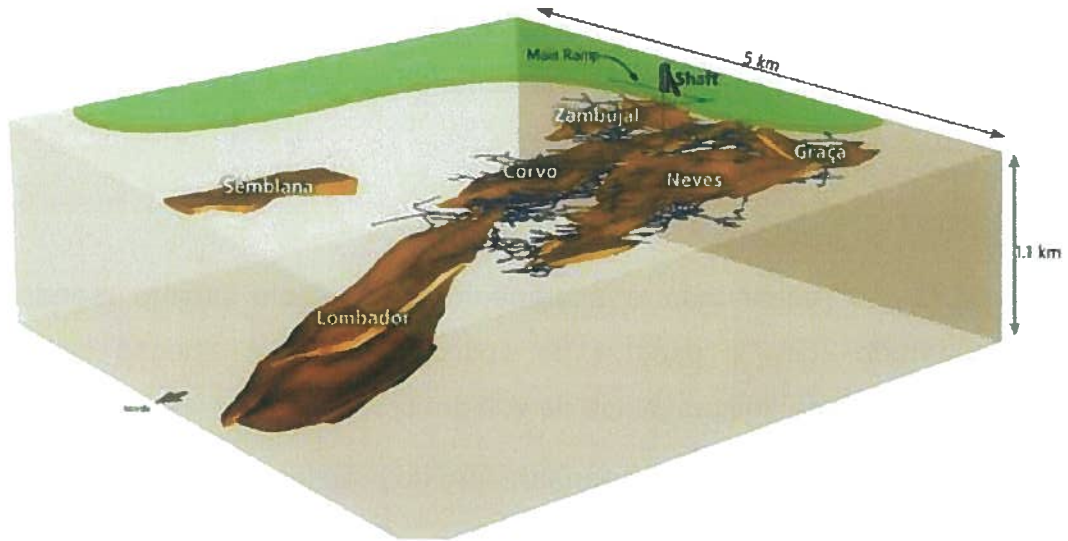
Os trabalhos desenvolvidos autonomamente pela Somincor levaram à identificação da massa mineral da Semblana que se perspectiva ser um forte ativo mineiro.

Em 1 de julho de 2014, a EDM exerceu os seus direitos de participação em 15% no desenvolvimento do projeto Semblana.

Durante o ano de 2018 a Somincor continuou a desenvolver estudos enquadradores para a realização de trabalhos subterrâneos conducentes a um aprofundamento do conhecimento desta massa mineral, com vista à respetiva exploração. É de salientar que todas as limitações técnicas e económicas,

decorrentes da baixa cotação do minério de cobre, foram e continuação a ser, condicionadores da velocidade de desenvolvimento deste mesmo projeto.

Tendo em conta o condicionalismo do acordo existente com a Somincor, os custos de investimentos a realizar nesta fase, serão todos os eles da responsabilidade desta mesma empresa.



Localização da massa da Semblana

4.1.3. Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos

Investigação e Desenvolvimento

Projeto UNEXMIN

No âmbito do mesmo programa de financiamento deu-se continuidade ao acompanhamento do projeto UNEXMIN – Autonomous Underwater Explorer for Flooded Mines que prevê o desenvolvimento de um sistema robótico para a exploração e cartografia de minas europeias inundadas.

No ano de 2018 não foram realizadas ações significativas no que respeita ao desenvolvimento do projeto. No entanto, foi efetuado o acompanhamento do projeto e foram feitas contribuições para os relatórios associados ao projeto. Iniciou-se

Handwritten signature

também a preparação da campanha de testes que ocorrerá em março de 2019 na antiga Mina da Urgeiriça.

Projetos PTW Biotools

Em agosto de 2016, a EDM aderiu ao projeto PTWBiotools, tendo já participado em algumas ações, relacionadas com a seleção e recolha de amostras de minérios de tungsténio, isto em conformidade com o que se encontrava contratualizado.

Em 2018 prosseguiu o acompanhamento do projeto, sem encargos para a EDM.

BIOCRITICALMETALS

A EDM tem continuado o acompanhamento deste projeto, sendo o mesmo enquadrado com os aspetos de aconselhamento e seleção de amostras de escombreciras de antigas minas de volfrâmio.

Em 2018 prosseguiu o acompanhamento do projeto, sem encargos para a EDM.

Roteiro de Minas

O “ROTEIRO DAS MINAS E LOCAIS DE INTERESSE MINEIRO E GEOLÓGICO DE PORTUGAL”, no quadro dos objetivos definidos – (1) contribuir para o desenvolvimento local apoiando iniciativas de salvaguarda e rentabilização do património mineiro; (2) promover o conhecimento científico sobre a atividade; e (3) melhorar a imagem da atividade mineira junto da sociedade em geral - desenvolveu ao longo do ano de 2018 a sua atividade de acordo com o plano de trabalhos estabelecido e no quadro dos recursos disponíveis, cujas principais áreas de atuação são abaixo sinteticamente apresentadas.

O ROTEIRO conta presentemente com 35 Parceiros dos mais diversos enquadramentos institucionais, 38 Locais e 147 Pontos de interesse mineiro e geológico, passíveis de visitação segundo os critérios definidos.

Ao longo do ano podemos realçar as seguintes atividades desenvolvidas em colaboração com os Parceiros:

Handwritten signature

- **Plataforma informática:** Desenvolveram-se trabalhos de aperfeiçoamento da plataforma e de criação de novas funcionalidades abrangendo as 3 versões linguísticas (PT, SP, EN) em que o website está disponível; garantiu-se a produção e gestão de conteúdos dos Parceiros na plataforma;
- **Partilha entre Parceiros:** Deu-se continuidade ao trabalho de dinamização da colaboração entre Parceiros, nomeadamente na produção de eventos, troca de informação e de materiais promocionais, cedência do painel, de materiais informativos e de conteúdos expositivos.

Neste âmbito o Roteiro no final do ano coordenava a itinerância de três exposições, nomeadamente:

"**Rochas e Minerais - Norte Portugal**" de iniciativa do Município de Vila Pouca de Aguiar, com o apoio da ERT do Porto e Norte de Portugal e dos restantes Parceiros da região Norte;

"**Carvão de Aço**" fotografias do fotógrafo Adriano Miranda, iniciativa da Câmara Municipal de Castelo de Paiva;

"**1º Encontro Fotográfico em Cavidades Artificiais**", exposição resultante do trabalho do GEM e do Município de Valongo.

- **Novos Parceiros:** No decorrer do período em análise aderiram três novos Parceiros cuja formação e adesão plena ocorreu no final do ano. Mantiveram-se as visitas aos locais de potencial interesse para identificar novos Parceiros;
- **Encontro Anual de Parceiros:** O 9º Encontro Anual de Parceiros realizou-se em junho nas Termas de Monfortinho (Idanha-a-Nova), em colaboração com a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, Geoparque Mundial da UNESCO. No Encontro decorreu a 2ª Reunião de Representantes dos Parceiros;
- **Semana dos Parceiros:** Realizou-se pela sétima vez a "Semana dos Parceiros" durante a qual se desenvolveram mais de 60 atividades únicas, divulgadas em simultâneo por diversos canais de informação locais e nacionais;
- **Guia "Serviços educativos e visitas escolares 2018-2019":** Em parceria com os Parceiros, foi produzido um guia (versão e-book e versão papel) onde se apresentaram as inúmeras atividades desenhadas para o público escolar (alunos e professores) dos diversos níveis de ensino. A sua divulgação junto dos estabelecimentos de ensino contou com o apoio da Direção Geral de Educação do Ministério da Educação;
- **Colaboração com entidades externas:** Destaca-se a iniciativa da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal da publicação (papel) do guia "Geologia e Minas a Norte de Portugal";

- **Presença em feiras, congressos e seminários científicos:** Foram efetuadas diversas apresentações, distribuído material e garantida a montagem do RollUp e/ou do painel do ROTEIRO em diversos eventos, realçando-se a presença pela primeira vez na III FERIA de Turismo Mineiro e Industrial (FETUMI), nas Astúrias, a convite da empresa pública espanhola HUNOSA, e concretizada através do Município de Vila Pouca de Aguiar e do Município de Montalegre;
- **Outra comunicação formal:** No decorrer do último ano, prosseguindo a política de comunicação estabelecida, para além da FOLHA INFORMATIVA (interna), foram produzidas e divulgadas junto da mailing list do ROTEIRO quatro newsletters, nomeadamente sobre o lançamento do e-book dos “Serviços Educativos e Visitas Escolares – ano letivo 2018/2019”, à “Semana do Parceiros 2017” e ao dia de Santa Bárbara, emblemático na área mineira.

Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”

Em 2012, foi iniciado um projeto de colaboração com as autoridades Moçambicanas, Direção Nacional de Geologia (DNG), que passava pelo financiamento e pelo lançamento de uma nova edição atualizada de um livro técnico com o título “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”, publicado pela primeira vez em 2004 apenas em versão inglesa, e cuja autoria é de um geólogo alemão, Siegfried Lächelt e cuja finalização se previa para 2015.

A gestão e financiamento deste projeto foi assumido em 2012 perante as entidades moçambicanas, de forma conjunta pela EDM e DGEG no âmbito do Protocolo entre as duas entidades sendo que por força de uma candidatura efetuada ao Banco de Desenvolvimento Africano, a EDM assinou um contrato de financiamento dessa entidade de 80.000€ para custear os encargos com o projeto.

No final de 2015 e início de 2016, o texto existente do livro foi totalmente revisto, tendo contado com a colaboração de vários técnicos da Direção Nacional de Geologia e Minas de Moçambique, cujos contributos foram incorporados e posteriormente e novamente alvo de uma nova revisão, tanto pelo autor como pela mesma equipa de técnicos moçambicanos.

No decorrer do ano de 2018 foi possível obter, uma nova versão de trabalho do livro na língua portuguesa, admitindo-se que a publicação esteja disponível em 2019.

4.2. No domínio ambiental

4.2.1. Trabalhos de Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras

Em 2018, a atuação da EDM no domínio ambiental desenvolveu-se principalmente no âmbito do contrato de concessão que tem com o Estado Português e por via do qual exerce, em exclusivo, o serviço público de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas e degradadas.

As bases do contrato de concessão e a sua atividade foram estabelecidas pelo decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

Nos termos expressos por este diploma legal, o foco desta atividade consiste em intervir nas áreas mineiras abandonadas, localizadas na zona de influência de antigas explorações mineiras desativadas, cujas empresas concessionárias não possam ser responsabilizadas pelas consequências ambientais decorrentes daquela atividade, porque as respetivas concessões já reverteram para o Estado ou porque essas empresas se encontram dissolvidas por falência; bem como, intervir nas áreas objeto de exploração mineira iniciada antes da entrada em vigor do decreto-lei n.º 90/90, de 16 de março, e já desativada até essa data, independentemente de atuais concessões de exploração para esse fim; e ainda, intervir em outras áreas de exploração mineira, designadamente as de minerais radioativos, relativamente às quais seja reconhecido o interesse público da intervenção do Estado, mediante despacho conjunto dos Ministros da Economia e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O contrato de concessão de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas celebrado entre o Estado Português e a EDM veio a materializar-se através da aprovação da respetiva minuta pela resolução do conselho de ministros (RCM) n.º 93/2001, de 19 de julho (DR, I Série-B, n.º 184, de 9 de agosto de 2001) e, conseqüentemente, pelo respetivo contrato, o qual foi assinado em 5 de setembro de 2001, e, depois, as suas renovações, a primeira através de RCM n.º 62/2011, de 15 de dezembro (DR, 1ª série, n.º 244, de 22 de dezembro de 2011) e o respetivo contrato de 21 de agosto de 2012, e, a segunda renovação, através da RCM n.º 81/2015, de 10 de setembro (DR, 1ª série, n.º 184, de 21 de setembro de

157
28

2015) e da RCM n.º 26/2017, de 12 de janeiro (DR, 1ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2017), cuja adenda ao contrato foi assinada em 6 de junho de 2018.

Neste sentido, a concessão vigorará, pelo menos, até 2022, ainda que esteja previsto que possa ser prorrogada se o interesse público assim o determinar.

A atividade da concessão, em 2018, deu continuidade à realização de projetos e obras de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas e aos trabalhos de monitorização ambiental dessas áreas mineiras, integradas em candidaturas submetidas ao Portugal 2020, a coberto do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (PO SEUR).

As candidaturas em curso e que foram submetidas no âmbito do 1º, 2º e 3º Avisos-Convite do PO SEUR, integradas no Eixo Prioritário III – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos, são as seguintes:

- Recuperação Ambiental da Antiga Área da Urgeiriça – Fase Final,
- Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães;
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1;
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2;
- Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1,
- Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios,
- Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar;
- Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo).

A comparticipação financeira do Fundo de Coesão inicialmente aprovada, destinada a cofinanciar em 85% as despesas elegíveis, foi objeto de ajustamento face à obtenção de decisão favorável da Comissão Diretiva do PO SEUR aos

Handwritten signature and initials in blue ink.

pedidos de reprogramação temporal, física e financeira das candidaturas do “Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales, Póvoa de Cervães”, “Urgeiriça – fase final” e “S. Domingos – fase 1”, totalizando o montante aprovado 32.709.138,85€, conforme discriminado no quadro seguinte.

Projetos e obras em curso no âmbito do 1º, 2º e 3º Avisos-Convite do PO SEUR/Portugal 2020

N.º Operação	Designação	Concelho	Custo Total do Investimento	Contributo do Fundo de Coesão
1º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2016-26				
POSEUR-03-2317-FC-000005	Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães	Gouveia, Fornos de Algodres e Mangualde	3.735.281,06 €	2.813.465,25 €
POSEUR-03-2317-FC-000006	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 1	Mértola	4.247.684,52 €	3.315.156,84 €
POSEUR-03-2317-FC-000007	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Urgeiriça - Fase Final	Nelas	12.609.605,82 €	9.359.152,63 €
Sub-Total (1º Aviso)			20.592.571,40 €	15.487.774,72 €
2º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2016-66				
POSEUR-03-2317-FC-000008	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 2	Mértola	3.400.412,00 €	2.667.488,70 €
POSEUR-03-2317-FC-000009	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul	Tábua	3.811.663,91 €	2.889.435,52 €
Sub-Total (2º Aviso)			7.212.075,91 €	5.556.924,22 €
3º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2017-28				
POSEUR-03-2317-FC-000013	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1	Mangualde	4.036.899,14 €	3.121.787,46 €
POSEUR-03-2317-FC-000014	Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios	Mêda	5.771.872,07 €	4.462.112,20 €
POSEUR-03-2317-FC-000015	Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar	Gouveia e Nelas	3.881.649,62 €	3.000.821,21 €
POSEUR-03-2317-FC-000016	Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo)	Nelas, Mangualde, Sabugal, Tábua, Pinhel e Gouveia	1.397.449,65 €	1.079.719,04 €
Sub-Total (3º Aviso)			15.087.870,48 €	11.664.439,91 €
TOTAL			42.892.517,79 €	32.709.138,85 €

27
28

De salientar que, após conclusão dos processos de contratação pública das empreitadas das obras e as aquisições de serviços associados às candidaturas em curso, os valores apresentados no quadro anterior poderão sofrer ajustamentos.

Em termos de balanço geral, relativamente aos apoios comunitários, recorde-se que, desde o início da concessão em 2001 até ao final de 2018, foram aprovadas 59 candidaturas da EDM aos fundos comunitários, para investimento na reabilitação ambiental das antigas minas, 29 das quais obtiveram aprovação no QCA III (PRIME, POE e POA), 21 no QREN (POVT, MaisCentro e ON.2-O Novo Norte) e 9 no Portugal 2020 (PO SEUR).

Durante o período da concessão foram ainda concretizados com fundos próprios 2 relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

No quadro seguinte, resume-se a situação no final de 2018, considerando as áreas das candidaturas aprovadas nos 1º, 2º e 3º Avisos do POSEUR e incluindo as 24 novas áreas mineiras identificadas na atualização do Documento Enquadrador.

Síntese das intervenções no final de 2018

MINAS	INVENTARIADAS	ATUAÇÕES			
		Intervencionadas (2001-2018)		Por Intervencionar	
		Pós-Intervenção	Intervenção em Curso	Pré-Intervenção	Com Constrangimentos
Radioativos	62	40	7	15	0
Poimetalícos	137	63	1	41	32
TOTAL	199	103	8	56	32
		111		88	

As atividades desenvolvidas nas antigas áreas mineiras com obras concluídas e em curso foram as seguintes:

Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães

Em 25 de janeiro de 2018, foi assinado o auto de receção provisória da empreitada das obras para a recuperação ambiental das áreas mineiras de “Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães”. Estas obras tiveram como objetivo principal proceder à recuperação ambiental de minas abandonadas através da remoção e confinamento técnico de escombreliras de resíduos mineiros e recuperação paisagística das áreas intervencionadas.

Para acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos foram contratados serviços de fiscalização nas componentes de coordenação técnica e de construção, ambiente e segurança em obra, isto para além da realização de trabalhos de monitorização do meio hídrico, análises dos parâmetros químicos e radiológicos em amostras de águas assim como ensaios geofísicos e levantamento de perfis de prospeção geoeleétrica.



Vista aérea da área da antiga área mineira do Castelejo

~

28

Antiga Área Mineira da Urgeiriça – Fase final

Em 9 de novembro de 2018, foi consignada a empreitada das obras da estrutura de confinamento técnico e sistema de captação e drenagem de exurgências na área da Barragem Nova, com prazo de execução de 188 dias.

Os trabalhos a desenvolver nesta empreitada visam um conjunto de medidas, das quais se destacam os trabalhos de descontaminação de antigas zonas de deposição de lamas de tratamento, o confinamento adequado e permanente destas lamas numa Estrutura de Confinamento Técnico, onde serão também colocados os materiais resultantes da descontaminação química e radiológica a realizar nas Antigas Oficinas de Tratamento Químico e Edifícios do Antigo Perímetro Mineiro. Além da Estrutura de Confinamento Técnico nesta empreitada será construído um Sistema de Captação e Drenagem de Exurgências contaminadas na Área da Barragem Nova, que integra um conjunto de drenos subsuperficiais de águas contaminadas, drenos subsuperficiais de derivação de águas limpas, além de barreiras de contenção e drenagem de exurgências contaminadas, designadamente pela implementação de cortinas de impermeabilização através da realização de injeções.

Em curso encontra-se também a empreitada das obras de descontaminação química e radiológica e requalificação ambiental das antigas Oficinas de Tratamento Químico e dos edifícios situados no antigo perímetro mineiro da Urgeiriça, cuja conclusão se prevê para o final do 1º trimestre de 2019.

Estas obras são acompanhadas por equipas de fiscalização nas componentes de coordenação técnica e de construção, ambiente e segurança, isto para além do apoio prestado por serviços de assessoria técnica local à execução e desenvolvimento destas empreitadas.

Deu-se continuidade às atividades de monitorização hidroquímica das estações de tratamento de efluentes mineiros e acompanhamento das estações de tratamento passivo, o que tem sido imprescindível para se verificar as taxas de eficiência destes sistemas, que se pretendem poder constituir uma alternativa aos sistemas de tratamento ativo.

Handwritten blue ink marks: an arrow pointing up and to the right, and a signature or initials.



Vista aérea da antiga área mineira da Urgeiriça

Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1 e Fase 2

Em 24 de julho de 2018 foi assinado o auto de receção provisória da empreitada da obra para a recuperação da margem direita do sistema de canais de recolha de águas de escorrência superficial da antiga área mineira de São Domingos, correspondente à fase 1 das intervenções previstas para esta área mineira.

Os trabalhos tiveram como principal objetivo o aproveitamento da antiga rede artificial de canais existente, de escoamento de águas pluviais e de escorrência das zonas envolventes da margem direita da área mineira, e da Barragem da Tapada Grande, visando a sua recolha, condução, interceção e desvio do leito contaminado da ribeira de S. Domingos, garantindo o seu transporte para jusante do Açude da Portela de S. Bento.

A realização desta empreitada vem permitir a diminuição do volume de águas contaminadas por lixiviação dos escombros piritosos depositados nas escombrelas, controlando-se a dispersão da contaminação por via hídrica para as áreas de jusante da antiga área mineira de São Domingos (Ribeira do Mosteirão), particularmente para a albufeira da Barragem do Chança.

Esta obra, para além dos serviços de acompanhamento prestados por equipas de fiscalização nas componentes de coordenação técnica e de construção, ambiente e segurança, contou com a prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento arqueológico.

Em São Domingos foi implementado um plano de controlo hidrológico e piezométrico e de recolha de amostras de águas superficiais e subterrâneas, para monitorizar caudais de linhas de água naturais ou contaminadas, por forma a permitir a adequada monitorização e caracterização desta extensa área mineira.

Em 25 de julho de 2018 foi publicado o anúncio do concurso público para a realização da empreitada de recuperação da margem esquerda, correspondente à fase 2. Com esta segunda fase pretende-se completar a intervenção de recuperação do duplo sistema de canais, da margem esquerda e da margem direita, e que consiste num passo fundamental na gestão e separação das águas limpas das duas margens do vale da antiga área mineira de São Domingos, passando a diminuir-se significativamente o caudal de percolação hídrica das escombrelas, e a poder gerir-se, separadamente, as águas ácidas geradas ao longo do vale interno do complexo mineiro.



Vista aérea dos trabalhos de recuperação na antiga área mineira de S. Domingos – Fase 1

Antiga Área Mineira de Mondego Sul

Em 12 de outubro de 2018 foi consignada a empreitada de recuperação ambiental da área mineira de Mondego Sul, com prazo de execução de 335 dias.

Os trabalhos a desenvolver passam pelo acondicionamento e selagem técnica dos materiais de escombreira que se encontram depositados em redor da corta de exploração, compreendendo trabalhos de desarborização, melhoria dos caminhos de acesso provisório, construção de sistemas de drenagem múltiplos, remoção e deposição dos materiais das escombreiras envolventes na escombreira principal, construção de uma vala de desvio hidráulico e bacias de retenção de águas (fase de obra) e instalação de inclinómetros e marcas topográficas para monitorização e controlo pós-obra.

Proceder-se-á ao reperfilamento e proteção da escombreira principal, mediante a construção de um sistema de cobertura composto por material de carácter argiloso, sobre a qual será instalada adicionalmente uma camada de material drenante e terra de suporte ao coberto vegetal.

Será mantida a corta com água no seu interior, promovendo, paralelamente, a realização de medidas que concorram para a estabilização dos taludes instáveis, com recurso a saneamento e reperfilamento, pregagens pontuais, desmatção e limpeza e redes de proteção estáticas e dinâmicas e, eventualmente, betão projetado armado com rede eletrosoldada.

Esta área mineira, com as suas escombreiras e corta inundada, situa-se contígua à albufeira de águas públicas de Agueira.

Handwritten blue marks, including a checkmark and the number 28.



Vista aérea da antiga área mineira do Mondego Sul

Antiga Área Mineira de Mortórios

Em 26 de novembro de 2018 foi publicado em Diário da República o anúncio do concurso público para a realização da empreitada de remediação ambiental da área mineira de Mortórios.

Com a realização desta empreitada pretende-se assegurar na antiga área mineira de Mortórios os seguintes objetivos:

- a reposição da morfologia do local, através de modelação topográfica das escombreiras de estéreis e de minério pobre;
- a obtenção de condições de segurança adequadas, dependentes de uma estabilidade geomecânica dos taludes, e da eliminação da corta a céu aberto;
- um melhor controlo dos processos erosivos e a integração paisagística da área intervencionada, com a redução substancial dos impactes visuais atualmente verificados.
- Cumprimento dos requisitos hidroquímicos e radiológicos estabelecidos na legislação nacional e internacional, assegurando a remediação ambiental e radiológica desta antiga área mineira.

Handwritten blue ink marks, including a checkmark and a signature.



Vista aérea da antiga área mineira de Mortórios.

Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar

Em 26 de novembro de 2018 foi publicado em Diário da República o anúncio do concurso público para a realização da empreitada de remediação ambiental das áreas mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar.

Com a realização desta empreitada pretende-se assegurar nas antigas áreas mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar os seguintes objetivos:

- a reposição da morfologia do local, através de modelação topográfica das escombrelas de estêreis e de minério pobre;
- a obtenção de condições de segurança adequadas, dependentes de uma estabilidade geomecânica dos taludes, e da eliminação das cortas a céu aberto;
- um melhor controlo dos processos erosivos e a integração paisagística das áreas intervencionada, com a redução substancial dos impactes visuais atualmente verificados.
- Cumprimento dos requisitos hidroquímicos e radiológicos estabelecidos na legislação nacional e internacional, assegurando a remediação ambiental e radiológica desta antiga área mineira.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Vista da antiga área mineira de Ribeira do Bôco.

Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo

Concluída a revisão do projeto de execução da empreitada de recuperação ambiental da antiga área mineira de Quinta do Bispo – Fase 1, está em curso a preparação do processo de concurso público para o lançamento da obra, correspondente à maior ação no âmbito da candidatura.

Nesta primeira fase de recuperação ambiental da área mineira da Quinta do Bispo, considera-se prioritária a construção de uma estação de tratamento de águas de mina que permita assegurar o adequado tratamento da água acumulada na corta, de forma a permitir nas fases seguintes uma efetiva recuperação ambiental das escombrelas existentes e seu confinamento na corta, após esvaziamento, além de um conjunto de trabalhos complementares.

Handwritten marks: a blue squiggle and a signature.



Vista da área mineira de Quinta do Bispo

Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos

Concluída a revisão do projeto de execução da empreitada de descontaminação de solos nas antigas áreas mineiras dos radioativos, está em curso a preparação do processo de concurso público para o lançamento da obra.

Os objetivos desta operação contemplam a remoção de áreas contaminadas, com potenciais efeitos na qualidade das águas superficiais e subterrâneas; aumento da biodiversidade e da qualidade visual e ecológica da paisagem; estabelecimento de um coberto vegetal compatível com as condições naturais existentes e com as características ecológicas das diferentes zonas de intervenção; recuperação de habitats; descontaminação de águas de mina que atualmente ainda são geradas nas áreas mineiras dos radioativos após conclusão das intervenções de remediação ambiental, antes da sua descarga nas linhas de água de jusante, com vista à neutralização da acidez das águas e remoção de urânio, rádio, sulfatos, manganês e outros metais pesados que se apresentam em menores concentrações nas águas de mina.



Solos por descontaminar – área mineira dos radiativos

4.2.2. Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção

As ações de segurança, projetos não cofinanciados e manutenção realizadas em antigas áreas mineiras, são realizadas através de verbas consignadas para o efeito e estão condicionadas ao montante de financiamento disponível.

Neste sentido, estas ações enquadram-se essencialmente em três grupos:

- atuações de segurança, que correspondem a atuações com vista a diminuir os riscos imediatos para a segurança e saúde pública,
- ações de intervenção em áreas mineiras que não reúnam condições para enquadramento em candidaturas aos Fundos Estruturais e
- ações de monitorização e manutenção que consistem em todas as ações que são necessárias efetuar nas áreas mineiras intervencionadas e por intervencionar, designadamente de monitorização, manutenção, conservação, beneficiação e tratamento de águas contaminadas.

Atuações de Segurança

As intervenções de segurança consistem em todas as ações com vista a assegurar a minimização dos riscos de segurança e saúde pública de pessoas e animais em

antigas áreas mineiras abandonadas e podem integrar a seguinte tipologia de ações:

- atuações de minimização de riscos de segurança em antigas áreas mineiras, designadamente através de intervenções de selagem de poços, chaminés, galerias e proteção de taludes, infraestruturas e outras cavidades com riscos para pessoas e animais,
- atuações para minimização dos riscos de saúde pública em infraestruturas de anexos mineiros de antigas áreas mineiras e
- controlo de acessos e segurança nas antigas áreas mineiras, em que serão implementados sistemas de controlo de intrusão, vedações, placas de sinalização entre outras intervenções necessárias.

No quadro do Protocolo celebrado entre a Comissão de Moradores e os proprietários dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça e respetivo documento complementar aprovado em 16 de fevereiro de 2018, designadamente o programa de descontaminação dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça, hoje Parque Habitacional dos ex-mineiros, iniciou-se o programa de descontaminação daquele Parque Habitacional.

Intervenção não cofinanciada por fundos estruturais

Extinção do foco de combustão nas escombrelas das antigas minas de carvão de Pejão-Germunde

Os graves incêndios florestais de outubro de 2017 que assolaram o País e, em particular, no Concelho de Castelo de Paiva, originaram a combustão de algumas das escombrelas resultantes da exploração de carvão existentes na antiga área mineira de Pejão-Germunde. Esta ocorrência assumiu maior visibilidade e impacto mediático com as primeiras chuvas de dezembro de 2017 e correspondente aumento das emissões atmosféricas, desencadeando a comunicação da Câmara Municipal de Castelo de Paiva para a DGEG e desta para a EDM.

Diligenciadas as necessárias reuniões conjuntas, foi definida uma solução

concertada entre a EDM, Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Câmara Municipal de Castelo de Paiva, para a concretização da extinção dos focos de combustão identificados.

A solução encontrada, foi colocada em prática em no início de 2018 e preconizou a mobilização das escombreliras para acesso aos materiais em combustão, extinção do foco em combustão e compactação provisória nas plataformas adjacentes às atuais escombreliras, bem como a realização de campanhas de monitorização de qualidade do ar na envolvente dos trabalhos, em particular, junto aos recetores sensíveis mais próximos.

Resultante do enquadramento destas intervenções no âmbito do Fundo Ambiental, foram publicados os Despachos n.º 1407-B/2018, de 8 de fevereiro e n.º 11115-A/2018, de 27 de novembro, do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Transição Energética e celebrado dois Protocolos de colaboração técnica e financeira entre a EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A. e o Fundo Ambiental, no dia 9 de fevereiro de 2018 e no dia 30 novembro de 2018, para apoiar financeiramente, parte da mobilização e extinção dos focos de combustão nas escombreliras das Antigas Minas de Carvão de Pejão-Germunde decorrente dos incêndios de outubro de 2017.



Mobilização e extinção do foco de combustão A3

Handwritten blue scribbles and initials.

Considerando a natureza excepcional desta situação, de força maior, que requereu uma intervenção urgente, de especial relevância e imediata, por forma a cessar as emissões atmosféricas, que contribuem para a degradação da qualidade do ar e para as alterações climáticas, além de que podem conduzir a danos para as populações, para o ambiente e a biodiversidade, a EDM incumbida para o efeito, já extinguiu dois focos de combustão, necessitando dar continuidade em 2019 à intervenção já iniciada de mobilização e extinção do designado foco A3. Comparativamente aos focos A1, A2 e A4 já extintos, o foco A3 apresenta maior complexidade, quer pela volumetria da escombreira, constituição e temperatura dos materiais em combustão, quer pela maior distância e disponibilidade das potenciais origens de água, imprescindível para os trabalhos de extinção, bem como pela limitação de área livre circundante ao foco para a mobilização das escombreliras.



Mobilização e extinção do foco de combustão A3

4.2.3. Trabalhos de Monitorização e Manutenção

Na área dos radioativos, no período de 2018, deu-se continuidade aos trabalhos plurianuais de monitorização do meio hídrico e de realização de análises dos parâmetros químicos e radiológicos em amostras de águas, análises em detetores de dosímetros de sítio e realizaram-se as ações de descontaminação das águas de mina.

27
28

4.2.4. Investigação, promoção e parcerias

Durante 2018 a empresa esteve diretamente envolvida no projeto de Investigação e Desenvolvimento LIFE No-WASTE, iniciado em 2016 e que terminará em 2019.

No âmbito do Projeto LIFE No-WASTE procedeu-se à construção de um projeto piloto para a recuperação de solos degradados através da aplicação de cinzas da biomassa florestal e matéria orgânica, na área mineira de São Domingos, sendo esta a principal ação da EDM a desenvolver no projeto.

A EDM colaborou ainda com instituições Universitárias, a diversos títulos, nomeadamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa; o Departamento de Geociências / Universidade de Aveiro; o Instituto Superior de Agronomia / Universidade de Lisboa; o Departamento de Ciências da Terra / Universidade de Coimbra.

Por outro lado, registaram-se participações de representação da EDM em iniciativas de formação, informação, debate e esclarecimento, de que se podem nomear as seguintes:

- Workshop “Sustainable Agriculture and the Rethinking of Fertilisers Regulations in a Context of Circular Economy”, participação na mesa redonda de discussão. Universidade de Aveiro, 27 de fevereiro.
- Workshop “Scientific Technical and Legal Challenges of Deep Sea Mining - A Vision for Portugal” no âmbito do Projeto CORAL “Sustainable Ocean Exploitation: Tools and Sensors” e participação na mesa redonda de discussão com o tema “Scientific and Technical Challenges of Deep Sea Mining - A Vision for Portugal”. Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, 16 de Abril.
- *2nd PhytoSUDOE Stakeholder Workshop* no âmbito do Projeto PhytoSUDOE “Demonstration of the improvement in soil biodiversity, functionality and ecosystem services through phytomanagement in contaminated and degraded soils within the Interreg SUDOE area”, no qual a EDM participa como *stakeholder*, com a apresentação intitulada “Rehabilitation of abandoned mining sites in Portugal”. Universidade Católica Portuguesa, Porto, 17 de Abril.
- Conferência “Environmentally sustainable processes in critical metals recovery: bio (micro) technologies to support a circular economy of raw materials”, com a apresentação intitulada “Remediation of abandoned mining sites in Portugal: challenges”. Universidade de Coimbra, 4 de maio.
- 3ª Reunião do Grupo de ação local do Projeto REMIX – “Regiões Mineiras Europeias Verdes e Inteligentes”, Nelas, 9 de maio.
- *Technical Meeting* “Remediation of Groundwater in Uranium Mining Operations” organizada pela Agência Internacional da Energia Atómica (IAEA), com duas apresentações intituladas “Water resources monitoring and

mine water control in Portuguese old uranium mines” e “Passive treatment of radioactive mine water in Urgeiriça uranium mine, Portugal”. Praga, República Checa, de 14 a 18 de Maio.

- Reunião do Projeto LIFE No-WASTE, no Instituto Politécnico de Beja, com visita dos parceiros ao Projeto Piloto construído pela EDM na área mineira de São Domingos, 8 de junho.
- “Ciclo de Palestras Geotécnicas a Pensar no Ambiente” organizado pela Comissão Portuguesa de Geotecnia Ambiental (CPGA/SPG) e LNEC, com a palestra intitulada “A recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas: Balanço de atuação e perspetivas futuras”. Centro de Congressos do LNEC, Lisboa, 10 de julho.
- Seminário “Boas Práticas Ambientais em Minas e Pedreiras” organizado pelo Conselho Regional de Colégio de Engenharia Geológica e de Minas, com a apresentação intitulada “Recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas em Portugal”. Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 13 de setembro.
- *Peer Review Meeting* do Projeto REMIX – “Regiões Mineiras Europeias Verdes e Inteligentes”. Delfos, Grécia, 16 e 17 outubro.
- 14º Encontro “Geologia no Técnico” - Geoengenharia e Ambiente, com a apresentação intitulada “Recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas em Portugal”, 26 de outubro.
- Reunião Plenária da “Network on Environmental Management and Remediation (ENVIRONET)” organizada pela Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA). Viena, Áustria, 30 de outubro a 1 de novembro.
- *Technical Meeting on “Safety Assessment for Long Term Management of radioactive Residues from Uranium Production”,* organizada pela Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA). Viena, Áustria, 11 a 16 de novembro.
- Seminário “Gestão e Monitorização de Solos e Águas Superficiais e Subterrâneas”, organizado pela APEMETA e LNEC, com a apresentação intitulada “Monitorização do meio hídrico nas antigas áreas mineiras dos radioativos”. Fundação Cidade de Lisboa, 15 de novembro.
- *REMUX Workshop and Peer Review Visit,* com a apresentação intitulada “Rehabilitation of Centro region mineral areas”. Fundação, 11 de dezembro.
- “Debates Regionais sobre Recursos Minerais” organizado pelo Cluster dos Recursos Minerais, com a apresentação intitulada “Reabilitação de minas abandonadas na Região Centro”. CCDR-Centro, Coimbra, 13 dezembro.

4.2.5. Sustentabilidade Territorial

Na segunda metade do ano de 2016 foi redefinida a estratégia da empresa no sentido de colocar ao serviço das comunidades locais as áreas mineiras recuperadas ambientalmente.

Assim, durante o ano de 2018 procuraram estabelecer-se entendimentos enquadramentos com os municípios das áreas abrangidas, mediante Acordos de Parceria, os quais visam a valorização cultural, turística, geológica e mineira das

áreas recuperadas.

Com base nesse enquadramento, admite-se a cedência de áreas e equipamentos a autarquias locais e a associações locais, mediante protocolo específico, para usos de interesse público.

Tendo em conta as intervenções da EDM estão já estabelecidos Acordos de Parceria com os municípios de Mértola, Nelas, Mangualde e Gouveia.

4.3. Ações no domínio da modernização e sustentabilidade

No domínio da modernização e sustentabilidade da EDM, os objetivos a atingir são:

- Garantir a adoção das modernas práticas de gestão que proporcionem tomadas de decisão atempadas e fundamentadas, maximizando o quadro de competências da empresa;
- Promover o desenvolvimento de áreas de negócio que disponibilizem possibilidades de crescimento, simultaneamente propiciadores de sustentabilidade económica e financeira;
- Garantir a otimização dos ativos da empresa.

Atentas as linhas de desenvolvimento definidas, foram desenvolvidas as seguintes ações:

4.3.1. Estrutura e Organização

Relativamente a este domínio a aposta centrou-se na simplificação e desmaterialização, destacando-se as seguintes ações:

- Melhorou-se o sistema de gestão documental integrada, que incorpora os diversos setores da empresa, visando organizar e controlar a informação dentro da EDM;
- Prosseguiu o desenvolvimento de um sistema de informação geográfica, ajustado às necessidades e dados de prospeção disponíveis (sondagens, geofísica, análises químicas, etc.), no sentido de permitir rápidas análises dos projetos;
- Prosseguiu o desenvolvimento da nova página de internet, criada em 2016, capaz de responder aos novos desafios de comunicação,

5
68

devidamente adaptada para plataformas móveis e com uma navegação mais amiga do utilizador, ao mesmo tempo que é capaz de disponibilizar mais informação e mais detalhada;

- Desenvolveram-se ações de reforço da vertente de comunicação das atividades da empresa junto dos órgãos da comunicação social;
- Implementou-se o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), estando disponível no sítio da EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A, que no contexto das suas atribuições, procede ao tratamento de dados pessoais, pretendendo assegurar com rigor, eficácia e segurança a proteção de todos os dados que recolhe e trata, comprometendo-se com o cumprimento das exigências do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designado por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).
- Alterou-se o Código de Ética e Conduta, considerando a proteção de dados pessoais de acordo com o RGPD e os princípios e critérios orientadores respeitantes à conduta em matéria de aceitação de ofertas de bens materiais e de convites ou benefícios similares definidos na Resolução do Conselho de Ministros 53/2016, de 21 de setembro.

4.3.2. Capital Humano

Mantiveram-se as ações de valorização de competências através de formação contínua, servindo de base ao crescimento da empresa.

4.3.3. Novas Áreas de Negócio

Na vertente de identificação de novas áreas de negócio, que permitam o aproveitamento das valências técnicas e humanas existentes na empresa prosseguiram os trabalhos referentes aos seguintes dois domínios:

Certificação de Uso de Solos

A experiência e conhecimento técnico da EDM neste tema coloca-a num patamar de liderança para prestar serviços nas suas mais variadas vertentes aos

Handwritten signature or initials in blue ink.

proprietários dos terrenos, bem como às agências governamentais. Esta prestação de serviços poderá ir muito mais além do âmbito dos antigos solos mineiros, podendo abranger a quase totalidade dos solos existentes.

Com vista a colocar a EDM numa posição que vá mais além dos solos das antigas áreas mineiras a EDM tem em curso a celebração de um protocolo com o Instituto Superior de Agronomia, o que permitirá adquirir mais *know-how* técnico, reforçando desta forma a posição de liderança da empresa, face a eventuais concorrentes.

Avaliação de Radão nos Edifícios

O radão no interior das habitações é um problema comum nas regiões graníticas e outras regiões de elevada radioatividade natural. Em Portugal foi identificado e estudado desde os anos 70 do século passado.

A EDM tem uma larga experiência ao nível das soluções de construção com vista à mitigação dos efeitos do gás radão fruto dos trabalhos realizados na zona centro e ao abrigo dos planos de recuperação de muitas antigas áreas mineiras.

A transposição da diretiva 2013/59/EURATOM de 5 de dezembro de 2013 para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º108/2018, de 3 de dezembro, irá levar, a que muitas das construções existentes em Portugal, nomeadamente nas zonas norte e centro (áreas com a presença de granitos), tenham a necessidade de serem avaliados do ponto de vista a concentração do radão, ao mesmo tempo, que se prevê que posteriormente, muitas destas mesmas construções, terão de ser alvo de intervenções construtivas com vista à minoração da concentração do gás radão, até aos limites máximos impostos pela legislação a aplicar (300 Bq/m³).

A EDM encontra-se numa posição privilegiada para intervir comercialmente neste futuro ramo de atividade, pelo que prosseguiu a definição do modelo de intervenção a desenvolver, em função do quadro legal a aplicar, aprofundando sinergias com a Universidade de Coimbra que poderá assim contribuir para centralizar na região do país mais afetada pela exposição às radiações de origem natural um **núcleo de excelência no que respeita à investigação científica**, bem como no apoio a prestadores de serviços que venham a ser constituídos por via da aplicação da legislação sobre a matéria.



4.3.4. Stock de Urânio

Finalmente uma referência às ações relacionadas com o importante ativo que é o **Stock de Urânio** que, por decisão do Estado, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho, foi transferido do LNEG para a EDM, e que a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança.

Este stock de concentrado de U_3O_8 , que, à data, totaliza 198,5 toneladas (a mesma quantidade que foi transferida do LNEG), vem sendo objeto de visitas anuais de controlo, quer do EURATOM, quer da AIEA. A inspeção de 2018 foi realizada pela EURATOM, em 6 de setembro, e dela não resultou a necessidade de implementação de quaisquer medidas diferentes das que a EDM vem seguindo.

Durante o ano de 2018 manteve-se um acompanhamento rigoroso e sistemático das condições de segurança e de armazenagem do local onde está o stock de concentrado de U_3O_8 . Na sequência das ações de reforço físico do local concluídas em 2015, optou-se em meados de 2017, no sentido de reforçar os meios de segurança face à importância estratégica do stock, por ajustar a presença de pessoal da empresa de segurança, que passou a assegurar presença física durante o período noturno e nos fins de semana.

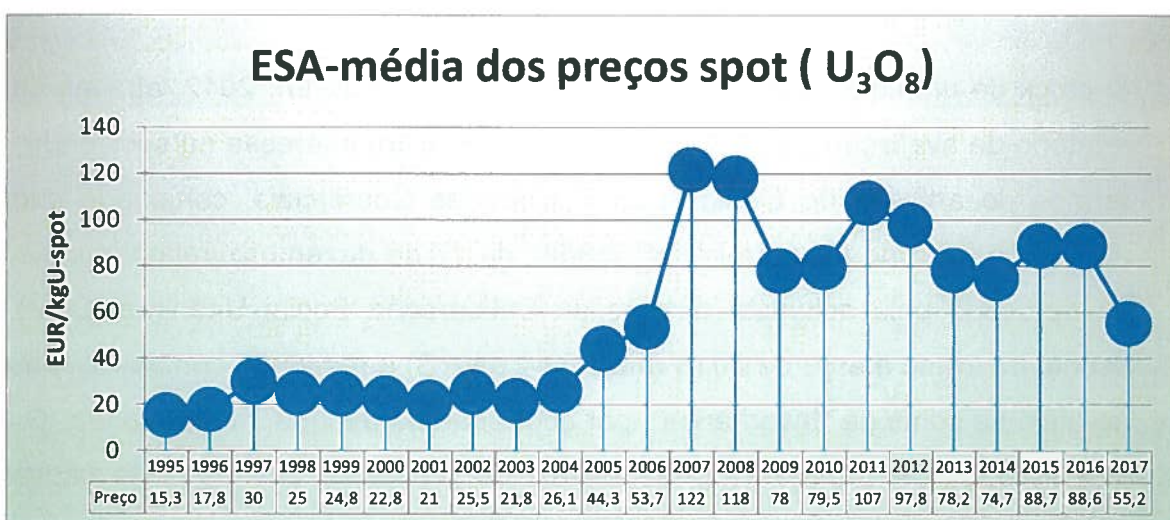
O stock de urânio foi avaliado no ano da transferência, em 2012, através de um relatório de avaliação de um ROC independente sem interesse na sociedade, nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com os artigos 7º e 23º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, relatório esse que foi aprovado pelo acionista através da Deliberação Social Unânime (DSU) por escrito de 25 de março de 2013 (ata n.º 44 da AG) e registado contabilisticamente no ativo na conta de “Inventários”, por contrapartida de igual montante em “Outros Instrumentos de Capital Próprio” a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da sociedade.

Considerando a especificidade do produto, sujeito a regras e controlos formais de comercialização, e que não é objeto de “cotações” internacionais como outras “commodities” que possam servir de referencial, o relatório do ROC, datado de 27

27
28

de dezembro de 2012, avaliou o ativo de urânio através da “aplicação às quantidades existentes de um preço de mercado extraído das publicações especializadas neste tipo de produtos, nomeadamente com referência ao observatório de preços do EURATOM (http://ec.europa.eu/euratom/observatory_price.html), considerando os preços spot”, critério que foi aprovado pela já referida DSU por escrito, e que conduziu à contabilização pelo valor de €13.731.185.

Apesar da média dos últimos sete anos (84,37€/kgU) disponíveis na mesma publicação utilizada na avaliação inicial ser ligeiramente inferior (cerca de -2%) ao preço da avaliação (86,123€/kgU, (o que não se considera materialmente relevante) o Conselho de Administração entendeu ser de manter o valor de contabilização do stock de urânio, face às notícias que apontam para a retoma progressiva dos preços decorrente do desequilíbrio recente entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa verificados, aliás notícias essas refletidas nos dados da mesma publicação que registam o preço em 2017 de 80,5€/kgU nos contratos multianuais, o que se aplicado ao método usado na avaliação inicial colocava o preço em 87,98€/kgU, superior ao preço de avaliação .



Fonte: European Commission/Euratom Supply Agency (ESA)/Nuclear Observatory

4.4. Síntese dos investimentos realizados

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos investimentos realizados em 2018, incluindo a comparação com a programação constante da proposta de plano para 2018.

17
20

INVESTIMENTOS em 2018-Plano e Execução									
Domínio de Intervenção	Áreas de Atuação	Ações	milhares de euros						
			Realizado até 2018	Plano 2018		Realizado 2018			
				Investimentos acumulados até 2018 (direto pela EDM)	Direto pela EDM	Induzido	Direto pela EDM	Induzido	
I-Mineira	A - Prospeção e Pesquisa	A1	Avaliação Contínua do Potencial Nacional - Avaliação do Potencial de Prospeção de Minerais Críticos - Elaboração de Portefólio de Oportunidades	0 0	20 100	20 100	0 0	0 0	
		A2	Desenvolvimento de Projetos de Prospeção e Pesquisa - Argozelo - Escádia Grande - Entradas	964 677 0	50 150 50	50 150 50	6 186 0	6 186 0	
		A3	Participação em Projetos de Pesquisa e Prospeção - São Pedro das Cabeças - Monte das Mesas - Alcácer - Rosário - Ourique (dependente da abertura de concurso) - Barrigão (dependente da abertura de concurso)	0 607 0 134 0 0	0 0 0 175 10 10	150 350 315 500 50 50	0 2 0 45 0 0	537 343 208 45 0 0	
		B1	Participação em Proj. com Potencial Mineiro - Gavião - Semblana - Gralheira (dependente abertura de concurso) - Douro Superior(dependente da libertação da área)	6.900 0 0 0	0 0 250 100	1.000 2.000 1.250 100	0 0 0 0	nd nd 0 0	
		C1	Investigação nas Áreas da P&P e do Trat. de Minérios - Projeto UNEXMIN - Projeto PTW Biotools - Projeto BIOCRITICALMETALS	0 0 0	0 6 1	62 6 1	62 6 0	0 0 0	0 0 0
			C2	Dinamização e Cooperação - Cooperação Institucional (EU) - Cooperação e Internacionalização (CPLP)	* *	10 15	10 15	0 0	0 0
			C3	Promoção do Património Geológico-Mineiro - Roteiro de Minas - Ações de Promoção, Imagem e Inovação	458 *	45 55	45 55	57 28	57 28
		Subtotal			9.740	1.109	6.329	324	1.410
		II - Ambiental	D - Concessão	D1	1.º Aviso-Convite POSEUR N.º 17-2015-26 - Urgeirica - Fase Final - Castelejo, Formiga, Vale Videira, Vales e Póvoa Cervães - S. Domingos - Fase 1	7.226 3.838 3.821	6.200 358 1.500	6.200 358 1.500	2.160 411 1.924
	D2			2.º Aviso-Convite POSEUR N.º 17-2016-66 - Mondego Sul - S. Domingos - Fase 2	486 120	1.476 1.373	1.476 1.373	346 28	346 28
	D3			3.º Aviso-Convite POSEUR N.º 17-2017-28 - fase complementar - Ajustrel e Lousal-excluído do aviso - fase complementar - Jales e Covas-excluído do aviso - fase complementar - Descontaminação Radiativos - Quinta do Bispo - Fase 1 - Picoto, Ribeira do Boco e Canto do Lagar - Mortórios	36 70 71 114 53 63	134 75 60 186 209 0	134 75 60 186 209 0	36 70 71 114 53 63	36 70 71 114 53 63
	D4			Novos Avisos-Convite POSEUR -(2018-2019) - Candidatura(s) a determinar	0	0	0	0	0
	E1			Segurança - Atuações em Poços, Galerias, Chaminés e Abatimentos - Parque Habitacional da Urgeirica	* 710	50 700	50 700	173 440	173 440
				E2	Monitorização e Manutenção - Monitorização - Ações de Conservação, Beneficiação e Tratamento de Águas/Pejão	* *	50 75	50 75	43 837
	F1		Investigação em Eficiência no Uso dos Recursos - Projeto LIFE NO_WASTE - Projeto ENVIREE	82 0	35 6	35 6	82 0	82 0	
F2			Promoções e Parcerias - Valorização dos Ativos Recuperados - Divulgação e Conferências	0 0	0 20	0 20	0 0	0 0	
Subtotal			16.690	12.506	12.506	6.851	6.851		
III - Modernização e Sustentabilidade	G - Estrutura e Organização		G1	Sistematização da Informação	0	30	30	0	0
			G2	Investimentos correntes	0	10	10	0	0
	H - Novas Áreas de Negócio		H1	Projeto de Certificação e Uso de Solos Contaminados	0	15	15	0	0
			H2	Projeto de Avaliação do Radão em Edifícios	0	20	20	0	0
Subtotal			0	75	75	0	0		
TOTAL			26.430	13.690	18.910	7.175	8.261		

(*)-projetos novos em cada ano

4.5. Participada EDM I - Empresa de Projetos Imobiliários

A EDM I, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No exercício de 2018, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios tendo sido possível apenas realizar a venda de um lote de terreno urbano em Aljustrel.

Tendo sido feita no final de 2014 uma avaliação dos imóveis, incluindo os loteamentos urbanos, que conduziu a um valor global de € 8.047.302,80, valor superior aos valores de registo, que por prudência se mantiveram. Este valor de avaliação serve para aferir da possibilidade de reembolso da dívida à EDM.

Relativamente às contas do exercício de 2018 destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€6.065.730,78), Resultados Líquidos negativos (-61.096,81€) e Capital Próprio (€792.153,50). O valor do Passivo (€5.273.577,28) engloba o valor da dívida à EDM (€5.262.184,15), resultante da venda de imóveis e de suprimentos.

Handwritten blue ink marks, including a checkmark-like symbol and a signature or initials.

5. RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores da EDM durante 2018 foi de 16, repartidos entre 8 mulheres e 8 homens, e que em 31 de dezembro eram todos efetivos.

Em 2018 foi solicitada autorização para a contratação de 5 técnicos superiores, 3 para repor as saídas operadas em 2016 e 2 novas contratações para proporcionar condições mínimas para dar execução ao aumento dos investimentos da empresa em recuperação ambiental das minas abandonadas, proposta que não foi entretanto autorizada.

No exercício e dadas as condicionantes para o setor empresarial do Estado, não foram efetuadas quaisquer valorizações remuneratórias. Foram pagos os subsídios de férias e de Natal.

6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2018 foram os seguintes:

- Aplicação dos resultados líquidos de 2017, no montante de €405.056,19, dos quais €2.141,41 em resultados transitados e €402.914,78 na reserva especial de investimento de recuperação ambiental, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 28 de março de 2018;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de €5.277.456,31;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de €1.491.873,91;
- Realização de investimentos no âmbito da prospeção e pesquisa de €237.812,92;
- Recebimento do montante de €3.397.872,77 do POSEUR, correspondente à comparticipação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos da concessão de recuperação ambiental;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de €147.756,70, relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

W
28

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa e Anexo, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de €407.867,29;
- Prestações de serviços no montante de €79.417,74 relativos a serviços técnicos no âmbito da geologia;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de €940.152,58 relativo à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, segurança e prospeção;
- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de €605.815,29, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€181.467,24); vigilância e segurança (€83.073,17); de rendas e alugueres (€60.869,87), de energia e fluidos (€49.127,22) e de conservação e reparação (€33.761,78);
- Gastos com pessoal, no montante de €946.738,37, que incluem as remunerações e encargos com segurança social dos membros dos órgãos sociais no montante de €211.139,32 e as remunerações e encargos com segurança social do pessoal no montante de €612.932,93; o valor registado é muito inferior ao previsto no orçamento inicial (entretanto reajustado com nova versão apresentada em outubro de 2018) dado que, durante o exercício, exerceram funções apenas 2 membros do Conselho de Administração e também não se verificou a contratação de 5 novos trabalhadores cujos gastos haviam sido contemplados no orçamento;
- Perdas em subsidiárias de € 61.096,81 relativamente à EDMI;
- Outros rendimentos no montante de €1.233.741,77 que compreendem rendimentos suplementares de €10.597,59, outros proveitos operacionais de €126.534,96 e outros rendimentos em ativos financeiros de €1.080.000,00 relativos à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada na subconta 7868 - Rendimentos e outros Ganhos, por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010;

- Outros Gastos no montante de €77.455,68 dos quais €5.531,72 relativos a impostos e €71.923,96 a correções de períodos anteriores, donativos, quotizações e outros;
- Gastos de amortizações, no montante de €53.556,16;
- Juros e rendimentos similares obtidos de €10.293,01 relativos a rendimentos de aplicações financeiras feitas no IGCP e de obrigações da CGD adquiridas em 2009 e que se vão vencer em maio de 2019;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de €111.075,50 relativo a IRC e tributação autónoma;
- Ativo não corrente, no valor de €11.208.565,29, no qual se incluem os créditos sobre a EDMI (€5.262.184,15) e investimentos nos projetos de recuperação ambiental e prospeção (€3.995.964,54);
- Ativo corrente no montante de €49.363.145,38;
- Passivo não corrente de €1.817.336,96, no qual se incluem provisões no montante de €1.446.433,17 relativas a encargos com pensões de ex-trabalhadores da extinta ENU, reforçadas em 2018 em €743.308,01 decorrente da atualização atuarial dessas responsabilidades, e €174.943,60 relativas a um processo judicial em curso movido pela Drillcon Iberia conforme divulgado no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Passivo corrente de €7.717.177,04, dos quais €6.692.773,80 contabilizados em dívidas a pagar que se referem quase exclusivamente a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2018 é de €60.571.710,67 e o Capital Próprio de €51.037.196,67.

28

7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

(estrutura do capítulo de acordo com as orientações comunicadas pela carta da DGTF de 12 de março de 2019)

7.1. “1-Objetivos de Gestão, (artigo 38º do RJSPE), e Plano de Atividades e Orçamento”

A missão da empresa centra-se em duas vertentes principais: uma de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão; e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.

Apesar do conselho de administração ter apresentado uma “Proposta de Contrato de Gestão” que incluía os objetivos gerais de gestão e as orientações estratégicas para o mandato ainda não foram “formalmente” aprovados os objetivos, embora a atuação desde a eleição tenha sido estreitamente articulada com a tutela no que respeita às orientações estratégicas e gerais da EDM.

Sublinhe-se, contudo, que o Conselho de Administração concretizou em 2018 os objetivos e estratégias propostas, cujo cumprimento se comprova pela descrição detalhada das atividades desenvolvidas e pelos indicadores de desempenho propostos, como se evidencia no quadro seguinte:

27
28

INDICADORES DE DESEMPENHO

Objectivos de Desempenho	Area de actuação/natureza	notas	Designação do indicador	meta 2016	meta 2017	meta 2018	Ponderação	Acumulado até final 2018
Qualitativos	CONTRATO DE CONCESSÃO	1	Superfície total da área mineira intervenionada (ha) acumulada face ao valores globais identificados em 2003 (estudo de hierarquização)	46%	50%	52%	10%	53
		2	População potencialmente beneficiada pela diminuição da vulnerabilidade ao risco para a saúde e para o ambiente (acumulada)	700 000	740 000	750 000	5%	768 472
	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS	3	Contratos de prospeção e pesquisa, concessão experimental ou exploração celebrados, autonomamente ou em consórcio	1	1	2	5%	2
		4	Quantidade de quilómetros de geofísica (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	2	6	20	10%	4057,2
		5	Quantidade de amostras de rochas e solos (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	25	300	800	5%	2237
		6	Quantidade de metros de sondagens geológicas carotadas ou destrutivas (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	-	1000	3000	10%	11416,95
Financeiros	EFICIÊNCIA	7	Custos operacionais/rendimentos	96,00%	95,00%	94,00%	10%	68,90%
	RENTABILIDADE (*)	8	Rentabilidade do capital empregue (ROCE-Return on capital employed) comparada com os rendimentos das aplicações financeiras no IGCP	>30	>30	>30	10%	57
	EQUILIBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO	9	Autonomia financeira	>50%	>50%	>50%	10%	84,26%
	EFICÁCIA	10	Grau de concretização dos investimentos em contratos de prospeção e pesquisa em consórcios face aos valores contratados	75%	75%	75%	5%	211%
		11	Grau de concretização dos investimentos em contratos autónomos de prospeção e pesquisa face aos valores contratados	80%	80%	80%	5%	103%
		12	Grau de concretização dos investimentos das candidaturas aprovadas ao POSEUR	90%	90%	90%	5%	103%
PAG FORNECEDORES	13	PMP (Prazo médio de pagamentos)	28	26	24	10%	15	

(*)- em 2016 o calculo do EBIT a aplicar neste indicador será expurgado (retificado) de previsíveis valores de imparidades

NOTAS

- 1 quociente entre a área (em ha) acumulada das áreas mineiras reabilitadas e com intervenções em curso e o valor global identificado no estudo de hierarquização relativo aos 60 locais prioritários
- 2 somatório acumulado da população residente em cada municipio potencialmente beneficiada por intervenções de recuperação ambiental (censos de 2011) base de referência dos dados reportados a final de 2015

descrição	locais	hectares	população
áreas mineiras prioritárias (definidas no estudo de hierarquização de 2003)	60	1 927	1 070 000
áreas mineiras intervenionadas	39	904	688 000

- 3 número de propostas de contratos de prospeção, concessão de exploração experimental ou de exploração apresentados à DGEG ou em negociação
- 4 extensão (em km) de perfis de geofísica realizados
- 5 número de amostras analisadas geoquimicamente
- 6 extensão (em metros) de sondagens geológicas realizadas
- 7 quociente entre os custos operacionais(FSE+Despesas c/Fess.oal+CMVMC)/rendimentos (vendas+Prestação serviços+trabalhos própria empresa+outros rend e ganhos)
- 8 quociente entre a rentabilidade do capital empregue (ROCE_ EBIT/capital social) e a remuneração das aplicações financeiras no IGCP(taxa de remuneração média anual)
- 9 quociente entre o capital próprio e o ativo líquido da empresa
- 10 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeção e pesquisa em consórcios (de acordo com o cronograma)
- 11 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeção e pesquisa autónomos (de acordo com o cronograma)
- 12 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em candidaturas (de acordo com o cronograma) após retificação pelas propostas a concurso
- 13 de acordo com a RCM nº34/2008, em dias úteis;

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças relativo dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2018 não foi feita qualquer atualização salarial anual dos trabalhadores da EDM mas apenas a atualização do valor das diuturnidades conforme regulamento interno. Não foram feitas quaisquer valorizações remuneratórias. Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2018 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação aplicável.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal.

Handwritten signature and initials in blue ink.

7.1.1. Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2018

O mapa seguinte compara os valores realizados em 2018 com as previsões orçamentais constantes da proposta de PAO Ajustado setembro 2018.

Rubricas	(€)	
	2018 Execução	PAO 2018 AJUSTADO
Rendimentos	2.253.312,09	2.207.040
Vendas		
Vendas de Mercadorias		
Prestação de Serviços	79.417,74	88.624
Ganhos em subsidiárias		
Variação nos Inventários da Produção		
Trabalhos própria entidade	940.152,58	925.876
Ganhos por aumentos de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	1.233.741,77	1.192.540
Gastos	1.691.106,15	1.636.527
Custo Mercadorias vend. e Matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	605.815,29	550.768
Serviços especializados	318.086,99	306.616
Materiais	17.876,05	20.500
Energia e Fluidos	49.127,22	45.524
Deslocações, Estadas e Transportes	6.010,92	7.782
Serviços diversos	214.714,11	170.346
Gastos com pessoal	946.738,37	979.759
Perdas por imparidade		
Perdas por redução de justo valor		
Provisões do período		
Perdas em empresas participadas	61.096,81	
Outros gastos e perdas	77.455,68	106.000
Impostos	5.531,72	6.000
Outros	71.923,96	100.000
Resultados antes dep, gastos fin. e impostos	562.205,94	570.513
Depreciações e amortizações	53.556,16	50.000
Resultado operacional	508.649,78	520.513
Juros e rendimentos similares		
Juros e rendimentos similares obtidos	10.293,01	10.000
Juros e gastos similares suportados		500
Resultados antes de impostos	518.942,79	530.013
Imposto sobre o rendimento do período	111.075,50	116.603
Resultado líquido do período	407.867,29	413.410

A discriminação dos principais aspetos decorrentes da análise do quadro, que já consta também do capítulo 6 do relatório, evidencia o seguinte, em comparação com a versão ajustada do PAO_2018 (designada PAO_2018 Ajustada a setembro 2018) enviada em outubro:

- Nos “rendimentos” o desvio resulta, essencialmente, do maior ritmo dos investimentos, traduzido num valor mais elevado de trabalhos para a

própria entidade e também dum valor mais elevado de outros rendimentos;

- Os “**Gastos**” situaram-se acima do previsto no PAO ajustado, justificado no aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos por gastos resultantes do envolvimento em atividades não previstas e na redução dos Gastos com pessoal pela não substituição de um administrador na sequência das renúncias de 2017 e pela não autorização da contratação de pessoal. Acresce ainda o registo do resultado negativo da empresa participada EDMI sensivelmente ao nível do previsto;
- Os “**resultados líquidos**” obtidos foram ligeiramente inferiores ao previsto no PAO Ajustado de setembro 2018.

7.1.2. Princípios Financeiros de Referência

A descrição dos aspetos referentes aos itens agregados na designação “*princípios financeiros de referência*” encontra-se apresentada no ponto 7.13 “*13-Medidas de redução de gastos operacionais*” do capítulo 7 deste relatório, pelo que esta informação adicional vai repetir em parte a aí referida. Relativamente aos princípios em referência identificados para 2018 pela carta da DGTF de 12 de março de 2019 regista-se:

		2018 Execução	PAO 2018 AJUSTADO
(0) EBITDA	(€)	562.205,94	570.513
(1) CMVMC	(€)	0	0
(2) FSE	(€)	605.815,29	550.768
(3) Gastos com o pessoal	(€)	946.738,37	979.759
(4) Indemnizações pagas por rescisão	(€)	0	0
(5) Impacto das valorizações remuneratórias	(€)	4.000	12.800
(6) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	(€)	1.548.553,66	1.517.727
(7) Volume de negócios	(€)	2.253.312,09	2.207.040
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)		0,687	0,688
Gastos com Pareceres e Consultorias	(€)	14.226,00	15.479
Gastos com Deslocações/Alojamento	(€)	6.010,92	7.782
Gastos com Ajudas de custo	(€)	687,94	1.200
Gastos com as viaturas	(€)	43.374	35.828
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		19	25
N.º Órgãos sociais (OS)		3	4
N.º Cargos de Direção (CD)		1	1
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		15	20
N.º Trabalhadores/N.º CD		15	20
N.º de viaturas		7	7

Handwritten marks: a checkmark and the number 28.

- **EBITDA-** regista-se um valor €562.205,94 que é 1,4% inferior ao orçamentado e superior ao registado em 2017 (€536.051,95);
- Relativamente aos **gastos operacionais** estes situaram-se acima do previsto no PAO ajustado, sublinhando-se:
 - que os *Fornecimentos e Serviços Externos* se situaram acima da previsão orçamental (+9,9%);
 - e que *Gastos com Pessoal* foram inferiores em 3,4% relativamente ao previsto no orçamento ajustado e 26% ao previsto no orçamento inicial, registando-se a não contratação dos 5 técnicos propostos e o facto do Conselho de Administração se ter mantido com 2 membros durante o exercício;
- Constatase uma redução para 68,7% do **peso dos gastos operacionais no volume de negócios** face a 2017 (74,1%) em linha com as previsões do orçamento para 2018 (68,8%);
- Relativamente aos outros itens e tendo em consideração a especificidade da atividade da EDM, bem explicitada neste Relatório e Contas, constata-se:
 - que os **gastos com o conjunto das rubricas** “*deslocações e estadas*”, “*ajudas de custo*” e “*gastos com a frota automóvel*” apresentam um acréscimo de 11,7% face ao estimado para 2018 (PAO Ajustado) e de 11,6% face ao executado em 2017, decorrente do aumento dos gastos com a frota automóvel (duplicaram de 2017 (€7.528) para 2018 (€14.594), reparações justificadas pela elevada quilometragem (nalguns casos superiores a 350.000 Km) e antiguidade das viaturas (uma com 12 anos, uma com 11 anos, uma com 10 anos e duas com 9 anos), constituindo um encargo que não é possível reverter sem substituição das viaturas, como tem vindo a ser proposto pela CA;

Evolução de rúbricas específicas dos FSE

Unidade do valor : €

	2018	2018-	2017	Variação		Variação	
	real	PAO ajustado	real	2018/2018ajustado		2018/2017	
	Executado	Estimativa	Executado	valor	%	Valor	%
Deslocações /Estadas	6.011	7.782	6.674	-1.771	-22,8	-663	-9,9
Ajudas de Custo	688	1.200	750	-512	-42,7	-62	-8,3
Gastos c/Frota Automóvel	43.374	35.828	37.429	7.546	21,1	5.945	15,9
SOMA	50.073	44.810	44.853	5.263	11,7	5.220	11,6

- que os **gastos com o conjunto de rúbricas de “Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”** apresentam uma redução de -8,1% face ao estimado para 2018 e de 14,5% face ao executado em 2017;

Evolução dos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria

Unidade do valor : €

	2018	2018	2017	Var		Var	
	real	PAO ajustado	real	2018/2018ajustado		2018/2017	
	Executado	Estimativa	Executado	Valor	%	Valor	%
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	14.226	15.479	16.643	-1.253	-8,1	-2.417	-14,5

- e que o **número de veículos (7)** é igual ao registado em 2017. Sublinha-se, como se tem vindo a referir nas propostas de Plano de Atividades e Orçamento anuais, a necessidade de equacionar a substituição de 3 viaturas cuja elevada quilometragem e gastos de conservação se revelam desajustados, comprometendo igualmente a segurança. A urgência desta substituição é reforçada pelo facto de as atividades da empresa se encontrarem dispersas geograficamente o que obriga a dispor de meios para a deslocação aos locais onde os projetos se desenvolvem;

7.1.3. Investimento

Conforme se apresenta detalhadamente no capítulo 4 relativo à atividade desenvolvida e em síntese no quadro constante do ponto 4.4 do relatório, os investimentos realizados em 2018 ficaram aquém do que foi previsto no orçamento em resultado do desenvolvimento dos procedimentos contratuais aplicáveis. Relativamente aos projetos de remediação ambiental refira-se que a EDM só pode avançar desde que lhe sejam afetos os meios financeiros necessários pelo PO SEUR no que se refere a disponibilidade de fundos comunitários, no pressuposto da manutenção do compromisso do seu acionista e concedente no que diz respeito ao financiamento da contrapartida nacional.

Nos projetos de prospeção desenvolvidos de forma autónoma verificou-se um desvio justificado no caso de Argozelo pela não efetivação da contratação com a DGEG e no caso do Rosário pela opção de promover o desenvolvimento do projeto em parceria no quadro de uma consulta pública realizada em finais de 2017, cujo contrato de consórcio se encontra em fase de aprovação pela tutela.

Nos outros projetos que estão previstos desenvolver em parceria a EDM está dependente de terceiros e da dinâmica que estes queiram implementar na execução dos mesmos, constatando-se, à exceção do Monte das Mesas, um desvio nos restantes projetos com realização de investimentos inferiores aos programados.

7.1.4. Quadro de Pessoal

A nível de **pessoal**, não foram substituídas as 3 saídas verificadas em 2016, tendo-se apenas registado a substituição de 1 dos 2 administradores que apresentaram renúncia em 2017 por terem sido nomeados para cargos oficiais.

Em 2018 foi solicitada autorização para a contratação de 5 técnicos superiores, 3

Handwritten blue ink marks, including an arrow pointing upwards and to the right, and a signature or initials.

para repor as saídas operadas em 2016 e 2 novas contratações para proporcionar condições mínimas para dar execução ao aumento dos investimentos da empresa em recuperação ambiental das minas abandonadas, proposta que não foi, entretanto, autorizada.

O quadro de pessoal em 31 de dezembro de 2018 tinha 16 trabalhadores.

Movimentos de pessoal

	2016		2017		2018		variação 2018/2017
	início	fim	início	fim	início	fim	
EFETIVOS	19	16	16	16	16	16	0

7.1.5. Nível de Endividamento

A EDM não tem passivo bancário e também no orçamento não estava previsto qualquer endividamento.

7.2. “2-Gestão do Risco Financeiro”

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 84,3%. Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	13,7	113,0
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	n.a.	n.a.	4%	4%

7.3. “3-Limite de Crescimento do Endividamento”

Passivo remunerado	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 18/17	
	Valores €					Valor	%
Financiamentos obtidos correntes e não correntes	-	-	-	-	0	0	0
... dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-	-	0	0
Aumentos de capital por dotação	-	-	-	-	-	0	0
Aumentos de capital por conversão de créditos	-	-	-	-	-	0	0
Endividamento ajustado	-	-	-	-	-	0	0

7.4. “4-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)”

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2018 e 2017 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

Não existem pagamentos em atraso.

PMP	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	15	12	3	25,0

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-
Aq. de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Handwritten signature or initials in blue ink.

7.5. “5-Diligências Tomadas e Resultados Obtidos no Âmbito do Cumprimento das Recomendações do Acionista na Aprovação das Contas de 2017”

Relativamente às recomendações e deliberações do acionista, emitidas aquando da aprovação das contas de 2017, há a referir o seguinte:

- *Recomendou ainda o acionista ao Órgão de Administração que diligencie no sentido de adotar as recomendações a que se referem as anotações constantes do ponto 3 do Relatório de Análise n.º 59/2018, de 21 de março, da UTAM.*

Trata-se de ajustamentos no Relatório do Governo Societário que foram efetuados na versão final publicitada e que se referiam:

- à inclusão nos “Deveres Especiais de Informação” da menção de que os planos de atividades e orçamentos são publicitados no sítio da EDM na internet, após aprovação pelo acionista;
- e à identificação no sítio da empresa da composição do Conselho de Administração, com a inclusão da vogal nomeada em 26 de janeiro de 2018.

7.6. “6-Remunerações (apêndice 1)”

7.6.1. Órgãos Sociais

O modelo de GOVERNO SOCIÉTARIO está detalhadamente desenvolvido no Relatório do Governo Societário apresentado ao acionista em conjunto com este RELATÓRIO E CONTAS DE 2018. Sublinhe-se, em síntese, que o governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração.

Os órgãos sociais para o triénio 2016-2018 foram eleitos através da deliberação do Acionista na sessão da Assembleia Geral de 22 de junho de 2016 tendo na ocasião o Conselho de Administração sido composto com o Presidente e um Vogal, e completado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 5 de julho de 2016 com o segundo Vogal.

Durante 2017 registaram-se as renúncias dos 2 vogais do Conselho de

Administração sem que se tivesse verificado a sua substituição. Já em 2018 foi preenchida uma das vagas de vogal do Conselho de Administração com a nomeação da Sra. Eng^a Zélia do Rosário do Vale Estevão.

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes.

Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

Presidente - €500,00 e Secretária - €350,00, de acordo com a deliberação da sessão da assembleia geral de 22 de junho de 2016.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016-2018	Presidente	Maria Teresa Flor Morais	500,00	500,00
2016-2018	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	350,00
				850,00

Nota: Os valores processados em 2018 referem-se à sessão da Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2018.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração para o triénio 2016-2018 foram eleitos através da deliberação do Acionista na sessão da Assembleia Geral de 22 de junho de 2016, caso do Presidente, e um vogal por Deliberação Social Unânime por Escrito de 5 de julho de 2016.

Durante 2017 verificaram-se as renúncias dos 2 vogais, tendo sido apenas preenchido o cargo de um vogal.

25
28

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Rui da Silva Rodrigues	AG	22/06/2016	N	DGEG	D	2 a)
2016-2018	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estevão	Ata CA e AG	26/01/2018	N	ISS	D	

a) mandato 2010-2013

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
[nome]	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Rui da Silva Rodrigues	EDMI	Presidente CA	Público
Zélia do Rosário do Vale Estevão	EDMI	Vogal CA	Público

Em 22 de junho de 2016, na sessão da assembleia geral, o Acionista fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, em:

“Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.120,38 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.648,15€, pago 12 vezes por ano;

Vogal: Valor mensal ilíquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;

- b) *O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixado, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto de Gestor Público;*
- c) *Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do EGP.*

Não é permitida:

- a) *A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, nas condições previstas no artigo 43º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, por aplicação do artigo 18º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;*
- b) *A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e*
- c) *O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.*

Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Os montantes a auferir efetivamente não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, atento o disposto na alínea o) do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, sem prejuízo, do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nos termos do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público.

Determinar que aos valores ilíquidos das remunerações fixadas sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. Aplica-se ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas”.

Assim, evidencia-se nos quadros seguintes as remunerações processadas em 2018 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação em vigor.

57
28

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
[nome]	[S/N]	[A/B/C]		
Rui da Silva Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Zélia do Rosário do Vale Estevão	S	C	3.662,56	1.465,02

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Rui da Silva Rodrigues	86.070,16	0	86.070,16	4.303,46	81.766,70
Zélia do Rosário do Vale Estevão a)	64.754,02	0	64.754,02	3.237,70	61.516,32
			150.824,18	7.541,16	143.283,02

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

a) valor correspondente ao período de 26 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2018 aos membros do Conselho de Administração.

Fiscal Único/ROC

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2016-2018	FU Efetivo	António Borges & Associados, SROC n.º 69 representada por Nuno Duarte da Silva Magro ROC N.º 1165	AG	22.06.2016	Remuneração anual ilíquida com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia global mensal ilíquida atribuída ao Presidente Conselho de Administração
2016-2018	ROC Suplente	Miguel Macedo Pinto Nunes Correia ROC n.º 1761	AG	22.06.2016	

ROC Efetivo - António Borges & Associados, SROC n.º 69 representada por Nuno Duarte da Silva Magro ROC n.º 1165.

ROC Suplente: Miguel Macedo Pinto Nunes Correia ROC n.º 1761.

7.6.2. Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2018	2017
Remuneração Anual (€)	16.440,00	16.440,00

7.6.3. Restantes Trabalhadores

Em 2018 apenas foram atualizados o valor das diuturnidades de acordo com regulamento interno. Não foram feitas atualizações salariais nem outras valorizações remuneratórias.

7.7. “7-Aplicação do artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público”

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Rui da Silva Rodrigues	80,00	511,58	
Zélia do Rosário do Vale Estevão a)	80,00	370,03	
		881,61	

a)-Correspondente ao período em que exerceu funções

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Rui da Silva Rodrigues	434,93	2.259,96	1.064	3.323,96	
Zélia do Rosário do Vale Estevão a)	347,94	2.259,65	1.064	3.323,65	
				6.647,61	

a)-Correspondente ao período em que exerceu funções

7.8. “8-Aplicação do nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP”

Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

7.9. “9-Elaboração e Divulgação de Relatório sobre Remunerações nos Termos do nº 2 da RCM nº 18/2014”

Foi elaborado em março de 2017 o relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres, o qual se encontra divulgado no sítio da EDM na internet (www.edm.pt). De acordo com o ponto 2. da RCM nº 18/2014, de 7 de março, este relatório deve ser elaborado de três em três anos.

7.10. “10-Elaboração e Divulgação de Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção”

Foi elaborado o relatório de acompanhamento sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2018, não se tendo registado quaisquer ocorrências nesta matéria. Este relatório já se encontra publicitado no site da empresa, www.edm.pt.

7.11. “11-Contratação Pública, indicando o Modo de Aplicação das Normas, os Procedimentos Internos e os Atos e Contratos de Valor Superior a 5M€”

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDM segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados seguem as orientações relativas à legislação sobre contratação pública e variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública SaphetyGov.

Não se celebraram em 2018 atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

7.12. “12-Medidas Tomadas ao Nível de Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas”

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, tendo estabelecido um contrato de adesão com a ESPAP. Em 2015, a EDM aderiu especificamente ao Acordo Quadro de Combustíveis e de Eletricidade da ESPAP sendo que em sequência foi celebrado contrato para o fornecimento de serviços de eletricidade e de abastecimento de combustíveis ao abrigo de concursos efetuados pela ESPAP.

7.13. “13-Medidas de Redução de Gastos Operacionais”

A EDM tem, nos últimos anos, vindo a reduzir os gastos operacionais através de ações de otimização da sua atividade em todas as rubricas.

Contudo em 2018 a análise da evolução dos gastos da EDM não pode ser comparada com o ano de 2017, dadas as especificidades da atividade nesse ano decorrentes das renúncias registadas no Conselho de Administração por nomeações para outras atividades na esfera pública, as quais limitaram a respetiva operacionalidade e reduziram os encargos, designadamente com pessoal, desse ano.

Assim embora os GASTOS totais tenham diminuído cerca de 11,2% comparativamente com 2016 (de €1.905.279 para €1.691.106), constata-se um aumento da mesma ordem relativamente a 2017. A estratégia de redução de custos mantém-se como decorre da análise dos planos de Atividade e Orçamentos para o horizonte 2019-2021 recentemente apresentados para aprovação, no cenário de neutralização dos efeitos dos encargos de pessoal, uma vez que em 2018 um dos administradores não foi substituído.

Nesta linha de orientação a EDM tem registado uma evolução decrescente do rácio de peso dos gastos operacionais/Volume de negócios e tem mantido a obtenção de resultados positivos e EBITDA crescentes.

Nas rubricas objeto de orientações específicas do acionista, em particular no decreto-lei de execução orçamental anual, a EDM tem vindo a otimizar a sua intervenção nos seguintes termos:

- Medidas no âmbito da redução dos **gastos com o conjunto de rúbricas de “deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel”**

A empresa tem procurado nos últimos anos otimizar esta tipologia de gastos apesar da dispersão de locais onde tem operações e desenvolve projetos. A empresa apenas atribui ajudas de custo quando existem



deslocações ao estrangeiro. A empresa tem vindo a racionalizar os gastos em deslocações otimizando a utilização das viaturas e respetiva especialização aos projetos a estes associados. Neste contexto tem vindo a reduzir os gastos com deslocações e ajudas de custo com descrito no ponto específico deste relatório, assim como com todas as componentes dos gastos com a frota automóvel à exceção das reparações condicionadas pela antiguidade e quilometragem da frota, também já explicitada.

O conjunto destes gastos reduziu-se 5,3%% face à 2016, mas um acréscimo de 11,6% face ao ano anterior, motivado pelas reparações de veículos, cuja substituição, como tem vindo a ser solicitado importa autorizar.

- **Medidas no âmbito da redução dos gastos com o conjunto de rubricas de “contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”**

Neste âmbito a EDM tem vindo igualmente a promover uma adequada racionalização e otimização que se traduziu numa redução de 55%% face a 2016 e de 14,5% face a 2017.

- Também o “**peso dos gastos operacionais no volume de negócios**” se reduziu face ao ano de 2017 (passou de 74,1% para 68,7% em 2018) como também já explicitado neste relatório.

107

20

1.000 €

PRC	2018 Exec.	2018 Orçam.	2017 Exec.	2016 Exec.	2018/2017	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	562	570	536	212	26	4,9
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0
(2) FSE	606	551	488	543	118	24,2
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	943	967	937	1124	6	0,6
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	6	0	0
(3.ii) Valorização remuneratórias nos termos da LOE 2018	4	13		24		
(3.iii) Impacto do disposto no artigo 21º da Lei nº 42/2016, de 29 de dezembro	0		0			
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	1.549	1.518	1.425	1.667	128	-9,0
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	2.253	2.207	1.923	1.957	330	17,2
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	68,7%	68,8%	74,10%	85,20%		
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	6	8	7	8	-1	-14,2
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	1	1	1	3	0	0
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	43	36	37	41	6	16,2
Total = (i) + (ii) + (iii)	50	45	45	40	5	11,1
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	14	16	17	32	-3	-17,6
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	19	25	18	19	1	5,5
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	4	2	4	1	50,0
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	1	0	0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	15	20	15	15	0	0
N.º Trabalhadores/N.º CD	15	20	15	15	0	0
N.º de viaturas	7	7	7	7	0	0

Notas: Volume de negócios - Vendas e prestação serviços +Trabalhos Própria Entidade+ Outros Rendimentos

Nº órgãos sociais inclui o Fiscal único

7.14. “14-Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado”

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria.

A EDM tem as suas aplicações financeiras no IGCP, onde estão concentradas as suas disponibilidades (99,99%), sendo consideradas as disponibilidades evidenciadas na classe 1 – Meios Financeiros, excluindo-se deste conceito os investimentos financeiros em obrigações da CGD adquiridas em 2009 com vencimento em 2019, as quais vencem juros anualmente e que não estão considerados no mapa que se segue.

Em 2017, e dado que existiam garantias bancárias que impediam o encerramento das contas, foram desencadeados os mecanismos necessários junto das entidades beneficiárias das referidas garantias, para autorizarem a sua substituição por depósitos caução no IGCP ou o seu cancelamento, sempre que possível. Em consequência, e após cancelamento das garantias bancárias, foi encerrada a conta no Novo Banco. A conta no Santander foi minimizada para o saldo de €16,51 por existirem títulos à guarda. A conta na Caixa Geral de Depósitos que não foi possível encerrar devido à existência das obrigações atrás referidas, mas o saldo foi minimizado para €46,55.

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	50,75	310,51	310,51	46,55
Santander Totta	115,57	82,55	49,53	16,51
Total	166,32	393,06	360,04	63,06
Juros auferidos**a)	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

a) Não existem aplicações na Banca Comercial;

7.15. “15-Divulgação das Recomendações Dirigidas à Empresa Resultantes de Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas”

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contratos para visto prévio.

7.16. “16-Divulgação da Informação no Site da DGTF”

Informação referente a 31/12/2018

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2015	
Caracterização da Empresa	S	Atualizado em 16.01.2017	
Função de tutela e acionista	S	2018	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos Sociais	S	2019	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2019	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2019	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2019	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2019	
Esforço Financeiro Público	S	2018	
Ficha Síntese	S	2018	
Informação Financeira histórica e atual	S	2018	
Princípios de Bom governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2019	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2019	
- Outras transações	S	2019	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2019	
Económico	S	2019	
Social	S	2019	
Ambiental	S	2019	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2019	
- Código de Ética e Conduta	S	2018	

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis e no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios anuais e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, planos e orçamentos, fluxos de caixa mensais, previsão mensal de tesouraria ajustada, gastos gerais mensais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

A empresa apresenta ainda no seu sítio da internet www.edm.pt a informação referida anteriormente.

7.17. Apêndices

7.17.1. Apêndice 1

“1-Mesa da Assembleia Geral”

Em 2018, foram pagos aos membros da Mesa os seguintes valores relativos a senhas de presença:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016-2018	Presidente	Maria Teresa Flor Morais	500,00	500,00
2016-2018	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	350,00
				850,00

Nota: Os valores processados em 2018 refere-se à sessão da Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2018.

“2-Conselho de Administração”

Os membros do Conselho de Administração para o mandato em curso, 2016-2018, foram nomeados através de deliberações do Acionista como se segue:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ Não	Entidad e de origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Rui Silva Rodrigues	AG	22.06.2016	Não	DGEG	D	1a)
2016-2018	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estevão	Ata CA/AG	26.01.2018	Não	ISS	D	

a) Mandato 2010-2013

Em 11 de abril de 2017, renunciou ao cargo o vogal Mário Jorge Ferreira Guedes por ter sido nomeado Diretor Geral de Energia e Geologia. Também em outubro, ocorreu a renúncia do vogal Luís António Pita Ameixa por ter sido eleito Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. Estas vagas não foram preenchidas em 2017.

Os membros do Conselho de Administração da EDM exercem também, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDMI sem qualquer remuneração. Também na EDMI se verificaram as renúncias dos administradores atrás referidos.

Assim, durante 2018, estiveram em funções o Presidente e uma Vogal do Conselho de Administração da EDM e da EDMI.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Rui Silva Rodrigues	EDMI	Presidente CA	Público/Participada sem remuneração
Zélia do Rosário Vale Estevão	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração

Os valores das remunerações de acordo com o estatuto do Gestor Público são as seguintes:

Membro do CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de representação
Rui da Silva Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Zélia do Rosário do Vale Estevão	S	C	3.662,56	1.465,02

Os valores de remuneração anual processados em 2018 e os outros benefícios sociais foram os seguintes:

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Rui da Silva Rodrigues	86.070,16	0	86.070,16	4.303,46	81.766,70
Zélia do Rosário do Vale Estevão a)	64.754,02	0	64.754,02	3.237,70	61.516,30
a-Correspondente o período em que exerceu funções			150.824,18	7.541,16	143.283,02

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem deduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA Mandato 2016-2018	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual Seguro de Saúde	Encargo anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago ano	[identificar]	Encargo anual			[identificar]	Valor
Rui da Silva Rodrigues	15,00	3.570,00	CGA	20.359,32	651,15	(a)		
Zélia do Rosário do Vale Estevão	15,00	3.405,00	SS	16.784,73	1.953,45	522,73		
		6.975,00		37.144,05	2.604,60	522,73		

(a) A aguardar decisão da seguradora

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2018								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
Rui da Silva Rodrigues		N	46.815	ALD/contrato terminado	2007	2011	0	0	0
Zélia do Rosário do Vale Estevão		N	28.923	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço (a)	Custo com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Rui da Silva Rodrigues	2.544,1		312,70			2.856,8
Zélia do Rosário do Vale Estevão	196,0		0			196,0
						3.052,8

a) O valor indicado em deslocações inclui alojamento

“3-Fiscalização”

ROC/Fiscal Único

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2016-2018	FU/ROC /Efetivo	António Borges & Associados	69	20161405	AG	22.06.2016	05.07.2016	3	3
2016-2018	ROC Suplente	Miguel Macedo Pinto Nunes Correia	1761	20161603	AG	22.06.2016	-	-	-

O ROC Efetivo, em representação da sociedade, é Nuno Duarte da Silva Magro, ROC nº 1165.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
António Borges & Associados	12.361,20	-	12.361,20	-	-	-	-

Nota: valores sem IVA, Não houve serviços adicionais.

"4-Auditor Externo"

Identificação do Auditor Externo			Data da contratação	Duração do contrato	Nº anos funções exercidas no grupo	Nº anos funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & Associados ROC	29	1122	2001	Não fixado	17 (EDM)	17

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados ROC	16.440,00	-	16.440,00	-	-	-	-

Valores sem IVA, Não houve contratação de serviços adicionais

O exercício de 2001 foi o primeiro a ser auditado pela BDO Binder Co, e a partir de 2004 a BDO & Associados, SROC. Em abril de 2001 os auditores externos eram a KPMG – Auditores Externos S.A., que emitiram parecer sobre as contas de 2000.

7.17.2. Apêndice 2

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas de 2018, apresenta-se, de seguida, o quadro síntese:

Cumprimento das Orientações legais - 2018	Cumprimento S/N/N. A.	Quantificação/Identificação	Apêndice 2 - EPNF
			Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Objetivo de gestão 1 ^(a)			Capítulo 7 ponto1.
Metas a Atingir constantes no PAO 2018			
Princípios Financeiros de Referência	S		
Investimento	S		
Gastos com pessoal	S		
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	n.a.		
Gestão do Risco Financeiro	S		Não há endividamento
Limites de Crescimento do Endividamento	S		Não há endividamento
Evolução do PMP a fornecedores	S		Prazo de 12 para 15 dias
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	n.a.		Não há pagamentos em atraso

Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação 1 – RGS 2017			Capítulo 7 ponto 7.5
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Não há prémios de gestão
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	S	7.541,16	Lei 12-A/2010
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	S	n.a.	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	S	n.a.	
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Não existem cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Não existem
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Plafond cumprido
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Plafond cumprido
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Não existem
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://edm.pt/wp-content/uploads/2017/03/reldsh_m2017.pdf	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://edm.pt/wp-content/uploads/2019/03/relpprc_ic2018.pdf	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	2 contratos, M€2,4 e M€2,9	
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)			
Recomendação 1	n.a.		
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	7 viaturas, variação 0	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
	S	Preenchido quadro PRC	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S		Capítulo 7 ponto 7.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S		Capítulo 7 ponto 7.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Capítulo 7 ponto 7.14

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

17
28

8. PERSPETIVAS FUTURAS

Tendo em consideração as competências interiorizadas ao longo dos 50 anos da sua atuação (completados em 2016) em especial no domínio dos recursos mineiros e as orientações propostas no contrato de gestão para o mandato 2016-2018,

- redefiniu-se o “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da EDM bem explicitado neste Relatório e Contas, e que se resume no seguinte:

assegurar a presença em todas as fases da “**FILEIRA do ciclo de desenvolvimento dos recursos mineiros**”, privilegiando no período 2017-2020, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final);

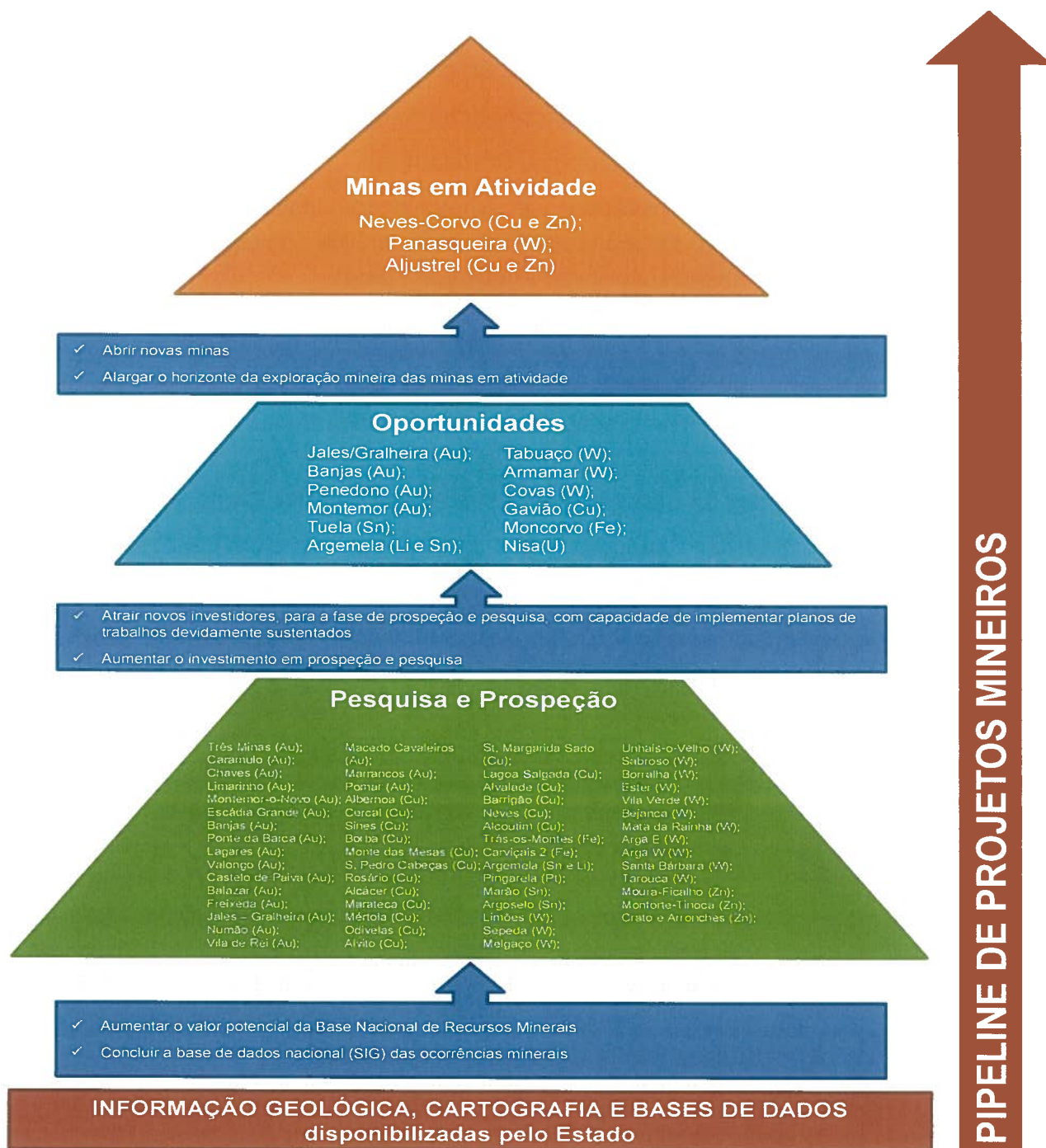
na perspetiva de se envolver no “HORIZONTE 2025” em fases de avaliação de viabilidade e no “HORIZONTE 2030” em fases de produção

Por outro lado, a **estratégia** a desenvolver pela EDM, já descrita neste relatório, visa:

- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos mineiros tanto no território nacional como no exterior;
- Consolidar a intervenção que vem sendo realizada no domínio ambiental;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão;
- Promover o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

Neste enquadramento e para dar concretização à estratégia referida e ao novo posicionamento estratégico identificaram-se os projetos e ações a desenvolver em 2019 e nos anos seguintes, dos quais se sublinha o seguinte:

- No **domínio dos RECURSOS MINEIROS**, assume-se que dadas as potencialidades existentes no território nacional, cujo valor potencial supera já, com base apenas na informação conhecida, os 136 mil milhões de euros, é necessário assegurar a “alimentação” do “pipeline” de oportunidades que constitui o suporte para, num prazo de 5-10 anos, suportar o arranque de novas minas em Portugal.



- Por isso, para além dos projetos de prospeção e pesquisa programados e do acompanhamento dos projetos em fase mais avançada em desenvolvimento com parcerias, prevê-se o lançamento de novos projetos de prospeção na faixa Piritosa Ibérica;

- No domínio da **REMEDIÇÃO AMBIENTAL**, após a aprovação pela RCM nº 81/2015 de 10 de setembro, do alargamento do prazo do contrato de concessão por 7 anos e mantendo o POSEUR uma dotação para assegurar o financiamento com verbas comunitárias dos projetos, importa preparar os

projetos já identificados como exigindo intervenção de recuperação de modo a concretizar a sua implementação ainda no horizonte do PORTUGAL2020.

- Por isso, além do acompanhamento das candidaturas já aprovadas cuja execução está a decorrer, destacam-se:
 - A revisitação e reavaliação dos projetos ainda não intervencionados envolvendo análise das soluções apresentadas e atualização da estimativa de custos;
 - A dinamização de Acordos de Parceria com todas as autarquias visando a valorização das áreas e ativos recuperados, a divulgação da atividade realizada pela EDM e a promoção do potencial turístico destas antigas áreas mineiras.

- No domínio da **SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA**, para além da adoção de modernas práticas de gestão, é fundamental aprofundar o desenvolvimento das novas áreas de negócio já identificadas que contribuam para a maximização das competências detidas pela empresa e proporcionem novas origens de rendimentos.
 - Trata-se do aprofundamento dos seguintes projetos/ações:
 - Criação de um *modelo/metodologia de certificação de solos* das áreas mineiras intervencionadas, com a perspetiva de evolução para outras tipologias de solos;
 - identificação de *modelos de intervenção em áreas potencialmente geradoras de emissões de gases radão* no sentido de garantir o respeito pelas orientações da Diretiva nº2013/59/EURATOM de 5 de dezembro de 2013 e Decreto-Lei n.º108/2018, de 3 de dezembro;
 - equacionar a possibilidade e viabilidade de instalação de painéis fotovoltaicos nas áreas recuperadas.

Em consonância com as linhas estratégicas atrás definidas os **investimentos** previstos realizar em 2019, e no horizonte 2021, constam do Plano de Atividades para 2019 oportunamente apresentado. Os meios financeiros necessários à execução deste programa de investimentos passam pelo recurso a fundos comunitários e outros fundos nacionais, bem como pela afetação de meios próprios, cujos montantes também constam do referido Plano de Atividades. Sublinhe-se que o nível de execução dos investimentos apresentados está condicionado à afetação dos recursos que seja possível mobilizar.

Handwritten signature or initials in blue ink.

O **volume de investimentos** previsto efetuar pela EDM no ano de 2019 ascende a €16.631.334 repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

– Mineira –	€672.500
– Ambiental -	€15.913.834
– Modernização e Sustentabilidade –	€45.000

As **fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos de 2019 e respetivas contribuições são as seguintes:

– PORTUGAL 2020 (POSEUR):	€11.078.126
– Fundos nacionais via Despacho SEAll nº88/2008 e outros:	€2.788.708
– Verbas consignadas:	€2.150.000
– Meios Próprios:	€614.500

27
28

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o elevado impacto nos Resultados Transitados do reforço da provisão para pagamento dos encargos com pensões de ex-trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear, que a EDM paga mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações, face à atualização do cálculo do valor atual dessas responsabilidades e atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de €407.867,29 (quatrocentos e sete mil oitocentos e sessenta e sete euros e vinte e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- €407.867,29 (quatrocentos e sete mil oitocentos e sessenta e sete euros e vinte e nove cêntimos) seja transferido para “Resultados Transitados”;

~7

28

10. AGRADECIMENTOS


Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2018, cabe deixar aqui expresso o devido testemunho.

Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos.


Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 13 de março de 2019

O Conselho de Administração



Rui da Silva Rodrigues, Presidente



Zélia do Rosário do Vale Estevão, Vogal

107
B

11. Mapas das Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração de Resultados por Funções

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

Handwritten signature and initials in blue ink.

BALANÇO			
Euros			
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	710.758,58	730.666,43
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7	3.995.964,54	3.669.791,13
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	792.153,50	853.250,31
Participações financeiras - outros métodos	8	56.583,26	656.161,16
Créditos a receber	9	5.349.354,44	5.417.980,19
Ativos por impostos diferidos	10	303.750,97	178.685,19
		11.208.565,29	11.506.534,41
Ativo corrente			
Inventários	11	13.731.185,00	13.731.185,00
Clientes	12	16.133,26	11.937,06
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	14	1.111.712,52	795.871,84
Diferimentos	15	25.003,01	21.400,44
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		600.000,00	
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	16	33.879.111,59	33.674.629,08
		49.363.145,38	48.235.023,42
Total do ativo		60.571.710,67	59.741.557,83
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	19	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	20	1.891.926,03	1.489.011,25
Resultados transitados	21	-612.479,98	-2.141,41
Ajustamentos em ativos financeiros	22	-490.848,97	-490.848,97
Excedente de revalorização	23	109.547,30	115.309,55
Ajustamentos / outras variações no capital próprio			
		50.629.329,38	50.842.515,42
Resultado líquido do período		407.867,29	405.056,19
		51.037.196,67	51.247.571,61
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		51.037.196,67	51.247.571,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	24	1.701.376,77	1.105.825,46
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar	25	115.960,19	120.499,69
		1.817.336,96	1.226.325,15
Passivo corrente			
Fornecedores	26	811.309,51	677.839,13
Adiantamento de clientes			615,00
Estado e outros entes públicos	13	212.449,72	449.280,50
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	25	6.692.773,80	6.139.289,56
Diferimentos	15	644,01	636,88
		7.717.177,04	7.267.661,07
Total do passivo		9.534.514,00	8.493.986,22
Total do capital próprio e do passivo		60.571.710,67	59.741.557,83

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Contabilista Certificado



António Serrano



Rui da Silva Rodrigues



Zé do Rôvão do Vale Estevão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	27	79.417,74	93.617,58
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto	33	-61.096,81	-66.423,35
Subsídios a exploração			
Trabalhos para a própria entidade	28	940.152,58	749.547,82
Fornecimento e serviços externos	29	-605.815,29	-487.687,87
Gastos com o pessoal	30	-946.738,37	-937.332,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	31	0,00	0,00
Provisões (aumento/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de invest.não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	31	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	32	1.233.741,77	1.208.983,04
Outros gastos	34	-77.455,68	-24.653,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		562.205,94	536.051,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	35	-53.556,16	-53.400,73
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		508.649,78	482.651,22
Juros e rendimentos similares obtidos	36	10.293,01	28.386,97
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		518.942,79	511.038,19
Imposto sobre o rendimento do período	37	-111.075,50	-105.982,00
Resultado líquido do período		407.867,29	405.056,19
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		407.867,29	405.056,19
Interesses que não controlam		407.867,29	405.056,19
Resultado por ação básico		0,0680	0,0675

Contabilista Certificado

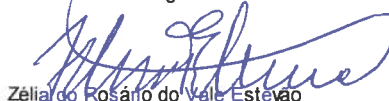


António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui da Silva Rodrigues



Zélia do Rosário do Vale Estêvão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES			
RUBRICAS	Notas	Euros	
		Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	27	79.417,74	93.617,58
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00
Resultado bruto		79.417,74	93.617,58
Outros rendimentos	28/32	2.173.894,35	1.958.530,86
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	29/30/35	-1.606.109,82	-1.478.420,64
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	33/34	-138.552,49	-91.076,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		508.649,78	482.651,22
Gastos de financiamento (líquidos)	36	10.293,01	28.386,97
Resultado antes de impostos		518.942,79	511.038,19
Imposto sobre o rendimento do período	37	-111.075,50	-105.982,00
Resultado líquido do período		407.867,29	405.056,19
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		407.867,29	405.056,19
Interesses minoritários		407.867,29	405.056,19

Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui da Silva Rodrigues



Zélia do Rosário do Vale Estêvão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
Euros			
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		89.564,05	112.993,95
Pagamentos a fornecedores		-631.867,68	-491.706,28
Pagamentos ao pessoal		-901.842,01	-983.425,45
Caixa gerada pelas operações		-1.444.145,64	-1.362.137,78
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-178.147,90	48.950,64
Outros recebimentos/pagamentos		-913.509,49	-1.009.096,93
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-2.535.803,03	-2.322.284,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-22.561,88	0,00
Ativos intangíveis		-5.075.977,07	-4.573.681,91
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	743,93
Ativos intangíveis		7.823.225,38	7.518.131,07
Investimentos Financeiros			0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		15.599,11	25.782,04
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		2.740.285,54	2.970.975,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		0,00	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		204.482,51	648.691,06
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		33.674.629,08	33.025.938,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		33.879.111,59	33.674.629,08

Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui da Silva Rodrigues



Zélia do Rosário do Vale Estevão

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

2017

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transf. em Aliam. Financeiros	Excedentes de Reavalição	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício		Total	Interesses minoritários	
POSICÃO NO INÍCIO DE 2017	1	30.000.000		13.731.185		6.000.000	1.312.492	23.564	-499.513	121.072		176.520	50.865.320		50.865.320
ALTERAÇÕES DO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábilísticas															
Diferenças de conversão de demonstr. financeiras															
Realização do exced. de revalor. de ativos fixos tangíveis e intangíveis								5.762	-5.762						
Ajustamento por impostos diferidos								-31.468							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								176.520	8.664						
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2						176.520	-25.706	8.664	-5.762		-176.520			
RESULTADO INTEGRAL	3						176.520	-25.706	8.664	-5.762		-176.520			
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4-2+3											405.056			
Realizações de capital															
Distribuições															
Entradas para coberturas de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2017	6=1+2+3+5	30.000.000		13.731.185		6.000.000	1.488.012	-2.142	-490.849	115.310		405.056	51.247.572		51.247.572

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

2018

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transf. em Aliam. Financeiros	Excedentes de Reavalição	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício		Total	Interesses minoritários	
POSICÃO NO INÍCIO DE 2018	1	30.000.000		13.731.185		6.000.000	1.488.012	-2.142	-490.849	115.310		405.056	51.247.572		51.247.572
ALTERAÇÕES DO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábilísticas															
Diferenças de conversão de demonstr. financeiras															
Realização do exced. de revalor. de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Ajustamento por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2						402.814	-741.186							
RESULTADO INTEGRAL	3						402.814	-741.186							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4-2+3														
Realizações de capital															
Distribuições															
Entradas para coberturas de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2018	6=1+2+3+5	30.000.000		13.731.185		6.000.000	1.891.926	-612.480	-490.849	109.547		407.867	51.037.197		51.037.197

12. ANEXO às Demonstrações Financeiras

“1. Identificação”

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

“2. Referencial Contabilístico”

2.1. As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, ajustadas nos termos da portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

2.2. No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM pelo Decreto-Lei nº 198-A/2011, de 6 de julho – encontramos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras

degradadas efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação o previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro na rubrica créditos a receber.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no novo normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

“3. Principais Políticas Contabilísticas”

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos

suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 39 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

Investimentos em empresas subsidiárias

O investimento da EDM na sua única empresa subsidiária detida a 100% está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição.



Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

Inventários

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM. Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

A empresa passou a reconhecer no exercício de 2012, como outros investimentos financeiros, um montante de 600.000,00 euros, aplicado em obrigações subordinadas da Caixa Geral de Depósitos. Nos exercícios anteriores este montante estava reconhecido em Caixa e Depósitos Bancários.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Loações

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos

Handwritten signature

respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado em cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

27
2809

Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

“4. Fluxos de Caixa”

Os fluxos de caixa ocorridos em 2018 constam do quadro resumo que se segue:

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-2.535.803,03	-2.322.284,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento	2.740.285,54	2.970.975,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes	204.482,51	648.691,06
Caixa e seus equivalentes no início do período	33.674.629,08	33.025.938,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	33.879.111,59	33.674.629,08

A desagregação do saldo da conta Caixa e seus equivalentes encontra-se desagregada na nota 16.

“5. Partes Relacionadas”

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de €500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2018 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos	€ - 61.096,81
Ativo líquido	€ 6.065.730,78
Capital próprio	€ 792.153,50

À data de 31 de dezembro de 2018 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de €5.262.184,15.

Os membros do Conselho de Administração, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

“6. Ativos Fixos Tangíveis”

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2018, em base individual, são analisados como segue:

Ativos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans./Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	279.470,36					279.470,36
Edifícios outras construções	812.436,13					812.436,13
Equipamento básico	155.260,00					155.260,00
Equipamento transporte	248.468,57		11.109,21			259.577,78
Ferramentas e utensílios	2.592,55		758,00			3.350,55
Equipamento administrativo	476.392,89		16.368,48			492.761,37
Outros ativos tangíveis	124.123,68		5.412,62			129.536,30
Ativos fixos tangíveis curso						
Total	2.098.744,18	0,00	33.648,31	0,00	0,00	2.132.392,49

Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversãc	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	477.212,08	17.258,01		494.470,09
Equipamento básico	106.568,44	11.656,25		118.224,69
Equipamento transporte	228.475,87	13.230,68		241.706,55
Ferramentas e utensilios	2.592,55	25,26		2.617,81
Equipamento administrativo	430.598,71	8.693,39		439.292,10
Outros ativos tangíveis	122.630,10	2.692,57		125.322,67
Total	1.368.077,75	53.556,16	0,00	1.421.633,91

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

“7. Ativos Intangíveis / Em Curso”

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2018, são analisados como segue:

Ativos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	1.240.836,04	5.358.937,24		-5.291.168,35	1.308.604,93
Projectos Verbas consignadas	0,00	1.576.570,05		-1.576.570,05	0,00
Projecto Gavião e Outros	2.423.354,31	320.425,36		-56.420,06	2.687.359,61
Ativos em curso	5.600,78			-5.600,78	0,00
Total	3.669.791,13	7.255.932,65	0,00	-6.929.759,24	3.995.964,54

“8. Outros Investimentos Financeiros”

A participação financeira na EDMI, detida a 100%, está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajustam	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	853.250,31	-61.096,81			792.153,50
Titulos e outras aplic.flnanc.	56.161,16		422,10		56.583,26
Obrigações	600.000,00				600.000,00
Total	1.509.411,47	-61.096,81	422,10	0,00	1.448.736,76

“9. Créditos a Receber” - não corrente

O saldo desta conta refere-se fundamentalmente a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDMI, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 é de € 5.262.184,15. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados. As avaliações recentes de um conjunto destes imóveis permitem concluir que o ativo da EDMI assegura, no essencial, a dívida à EDM.

	2018	2017
IVA	0,00	0,00
Outros devedores	87.170,29	88.375,12
Participadas	5.262.184,15	5.329.605,07
Total	5.349.354,44	5.417.980,19

“10. Ativos por Impostos Diferidos”

	2018	2017
Activos por impostos diferidos	303.750,97	178.685,19
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.446.433,17	850.881,86
Taxa: IRC - 21%	303.750,77	178.685,19
Taxa: Derrama		

“11. Inventários - Mercadorias”

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

Apesar da média dos últimos sete anos (84,37€/kgU) disponíveis na mesma publicação utilizada na avaliação inicial ser ligeiramente inferior (cerca de -2%) ao preço da avaliação (86,123€/kgU, (o que não se considera materialmente relevante) o Conselho de Administração entendeu ser de manter o valor de contabilização do stock de urânio, face às notícias que apontam para a retoma progressiva dos preços decorrente do desequilíbrio recente entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa verificados, aliás notícias

essas refletidas nos dados da mesma publicação que registam o preço em 2017 de 80,5€/kgU nos contratos multianuais, o que se aplicado ao método usado na avaliação inicial colocava o preço em 87,98€/kgU, superior ao preço de avaliação .

“12. Clientes”

	2018	2017
Clientes c/corrente	16.133,26	11.937,06
Total	16.133,26	11.937,06

“13. Estado e Outros Entes Públicos”

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC		
IRC a pagar		31.687,76
Retenções impostos s/ rendimento		11.354,98
IVA		153.724,56
Contribuições segurança social e outros		15.682,42
Total	0,00	212.449,72

“14. Outros Créditos a Receber” - corrente

	2018	2017
Juros a receber	8.547,41	13.853,51
Devedores diversos	39.278,38	36.577,58
Entidades financiadoras de projectos	458.303,25	139.857,27
Devedores por acordos de parceria	605.583,48	605.583,48
Total	1.111.712,52	795.871,84

“15. Diferimentos”

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 25.003,01 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de €644,01.

“16. Caixa e Depósitos Bancários”

	2018	2017
Caixa/Cheques a depositar	0,00	0,00
Depósitos à ordem	33.879.111,59	22.674.629,08
Outros depósitos bancários		11.000.000,00
Total	33.879.111,59	33.674.629,08

Os valores de Caixa e Depósitos Bancários não se encontram sujeitos a restrições, estando disponíveis para uso.

“17. Capital Subscrito”

O capital da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

“18. Outros Instrumentos de Capital Próprio”

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

“19. Reserva Legal”

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados

17
28/09

negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6.000.000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

“20. Outras Reservas”

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

“21. Resultados Transitados”

Os resultados transitados apresentam um saldo de € -612.479,98. No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

Durante o exercício de 2018, foi transferido para esta conta o montante de € 5.762,25, resultante da regularização parcial de excedente de revalorização relacionada com reintegrações contabilizadas como gastos do exercício. Foi ainda também reajustada a conta Resultados Transitados por impostos diferidos ativos no montante de € 125.065,78. Em 2018 foi também contabilizada em Resultados Transitados um reforço da provisão para encargos com a Caixa Geral de Aposentações/ENU, no montante de €743.308,01, resultante de estudo de avaliação atuarial.

“22. Ajustamentos em Ativos Financeiros”

O valor negativo de €490.848,97 corresponde a ajustamentos decorrentes do método de equivalência patrimonial.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, is located in the bottom right corner of the page.

“23. Excedente de Revalorização”

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em €161.407,55 e ajustado durante o exercício de 2018 no montante de € 5.762,25 conforme consta na nota 21. Este movimento está refletido no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

“24. Provisões”

Nesta conta encontram-se registados;

- Provisão relativa a processo judicial movido pela Drillcon Iberia conforme divulgado na nota 39.
- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Foram feitas em 2018 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações, bem como o reforço de €743.308,01 da provisão relativa a estes encargos decorrente de estudo atuarial realizado no sentido de atualizar o valor dessas responsabilidades.
- Provisão para encargos resultantes de danos em áreas recuperadas

Tipo de provisão	Saldo inicial	Regularizações	Reforço	Saldo final
Processos judiciais em curso	174.943,60			174.943,60
Provisão encargos CGA/ENU	850.881,86	-147.756,70	743.308,01	1.446.433,17
Outras provisões	80.000,00			80.000,00
Total	1.105.825,46	-147.756,70	743.308,01	1.701.376,77

“25. Outras Dívidas a Pagar”

	2018	2017
Passivo não corrente		
Credores diversos	115.960,19	120.499,69
Passivo corrente		
Remunerações a liquidar	95.259,45	84.286,37
Outros acréscimos custos	20.975,75	8.279,95
Credores diversos	995.821,26	631.225,08
Verbas recebidas para investimentos a realizar	5.580.717,34	5.415.498,16
Total	6.808.733,99	6.259.789,25

“26. Fornecedores”

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2018	2017
Fornecedores c/correntes	811.309,51	677.839,13
Total	811.309,51	677.839,13

“27. Vendas e Prestação de Serviços”

	2018	2017
Vendas		
Prestação de serviços	79.417,74	93.617,58
Total	79.417,74	93.617,58

“28. Trabalhos para a Própria Entidade”

	2018	2017
Investimento no âmbito ambiental	799.934,78	634.739,30
Outros projetos	140.217,80	114.808,52
Total	940.152,58	749.547,82

“29. Fornecimentos e Serviços Externos”

	2018	2017
Trabalhos especializados	181.467,24	129.974,30
Vigilância e segurança	83.073,17	50.429,34
Honorários	18.988,70	47.108,25
Conservação e reparação	33.761,78	24.555,46
Outros serviços especializados	796,10	5.167,42
Materiais	17.876,05	11.810,63
Energia e Fluidos	49.127,22	44.171,52
Deslocações e estadas	6.010,92	6.674,45
Rendas e Alugueres	60.869,87	60.096,70
Comunicação	28.627,88	29.437,07
Seguros	24.505,50	24.872,56
Contencioso e notariado	389,44	911,00
Despesas de representação	2.305,86	3.558,80
Limpeza, higiene e conforto	15.233,40	14.865,55
Outros fornecimentos e serviços	82.782,16	34.054,82
Total	605.815,29	487.687,87

“30. Gastos com Pessoal”

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	173.995,27	174.135,47
Remunerações do pessoal	498.991,61	489.815,59
Encargos sobre remunerações	151.119,59	147.240,62
Benefícios pós emprego	70.286,22	64.311,90
Indemnizações	0,00	0,00
Seguro acidentes de trabalho	12.384,00	12.384,00
Gastos de acção social	30.369,38	36.605,45
Outros gastos	9.592,30	12.839,01
Total	946.738,37	937.332,04

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2018 foi de 16 trabalhadores, 2 Administradores e Fiscal Único.

“31. Imparidades”

	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes	32.988,28	32.988,28	0,00
Estado e outros entes públicos	212.790,48	212.790,48	0,00
Devedores e credores	378.675,91	378.675,91	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
Total	784.070,00	784.070,00	0,00

Imparidade	Imparidades acumuladas a 01/01/2018	Reforço de imparidades no exercício	Reversão de imparidades no exercício	Imparidades acumuladas a 31/12/2018
Clientes	32.988,28	0,00	0,00	32.988,28
Estado e outros entes públicos	212.790,48	0,00	0,00	212.790,48
Devedores e credores	378.675,91	0,00	0,00	378.675,91
Outros investimentos financeiros	159.615,33	0,00	0,00	159.615,33
Total	784.070,00	0,00	0,00	784.070,00

“32. Outros Rendimentos”

	2018	2017
Rendimentos suplementares	10.597,59	7.742,62
Descontos obtidos		65,41
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.000,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.150,00	
Outros proveitos e ganhos operacionais	141.994,18	121.175,01
Total	1.233.741,77	1.208.983,04

- (a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “*capital afeto à recuperação ambiental*”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2018, à semelhança dos anos anteriores, o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos.

“33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas”

	2018	2017
Ganhos em subsidiárias	0,00	0,00
Perdas em subsidiárias	61.096,81	66.423,35

“34. Outros Gastos”

	2018	2017
Impostos diretos	4.253,69	4.323,70
Impostos indiretos	1.278,03	1.452,23
Taxas		83,35
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		16,53
Outros	71.923,96	18.777,42
Total	77.455,68	24.653,23

“35. Gastos de Depreciação e Amortização”

	2018	2017
Ativos tangíveis		
Edifícios e outras construções	17.258,01	17.258,01
Equipamento básico	11.656,25	12.441,18
Equipamento de transporte	13.230,68	12.305,00
Equipamento administrativo	8.693,39	8.238,01
Outros ativos tangíveis	2.717,83	3.158,53
Total	53.556,16	53.400,73

“36. Juros e Outros Rendimentos Similares”

	2018	2017
Juros obtidos	10.293,01	28.386,97
Dividendos obtidos		
Outros		
Total	10.293,01	28.386,97

“37. Imposto sobre o Rendimento”

	2018	2017
IRC	101.127,41	97.342,82
Tributação autónoma	9.948,09	8.639,18
Derrama		
Total	111.075,50	105.982,00

“38. Compromissos”

Durante o exercício de 2018 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de €70.286,22. Este plano foi alterado,

17

26/09

com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa. Em 31 de dezembro de 2018 as responsabilidades relativas a cauções estão cobertas por depósitos caução, tendo sido canceladas as garantias bancárias anteriormente existentes. Assim existem os seguintes depósitos caução a favor das entidades abaixo indicadas:

Secretaria Geral/ Ministério da Economia	€15.079,00
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€897,84
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€179,57
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€179,57
DGEG/Ministério da Economia	€9.975,96
DGEG/Ministério da Economia (área do Rosário)	€39.000,00
DGEG/Ministério da Economia (área Escádia Grande)	€10.000,00

“39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal”

Em janeiro de 2016 a EDM foi notificada da citação da Ação de Processo Comum nº 2476/16.5T8LSB movido pela Drillcon Ibéria S.A. contra a Almada Mining e EDM, ação com o valor de 1.166.290,64. O objeto da ação é uma dívida comercial contraída pela Almada Mining relativamente a serviços de sondagens. Durante 2018 não se registou evolução neste processo. Já em janeiro de 2019 a EDM foi notificada do início do julgamento em 5 de fevereiro de 2019 estando previstas a audiência de testemunhas da EDM em 21 de março de 2019.

Em dezembro de 2018 a EDM foi notificada da citação do processo nº 171/2018-JPCSaI apresentado por João dos Santos Antunes e Maria Aldina Felizardo Gonçalves Antunes contra a EDM, ação com o valor de €2.500,01. O objeto da ação é o corte/rebaixamento da altura de quatro plátanos existentes em propriedade da empresa e que confinam com a propriedade dos demandantes, por forma a não porem em risco pessoas e bens e também reduzir o lixo nos telhados, caleiras e terreno circundante à habitação. A EDM decidiu apresentar contestação através do seu mandatário jurídico o que concretizou em 4 de janeiro de 2019.

“40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental”

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

Em 2015 o Conselho de Administração da EDM apresentou ao Estado, na sua qualidade de Concedente, uma nova proposta de renovação do Contrato de Concessão por um período de 7 anos. A renovação do contrato foi aprovada em Conselho de Ministros de 10 de setembro de 2015, tendo sido, em 21 de setembro de 2015 publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº81 /2015.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

27
2015

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98
2014	7.122.129,87	6.252.421,74	2.264.530,24
2015	13.663.511,39	12.121.535,41	3.091.225,10
2016	5.018.494,54	3.555.700,84	7.115.070,09
2017	6.885.900,86	6.300.075,86	4.069.819,98
2018	7.174.451,72	5.277.456,31	3.397.872,77

As verbas recebidas para contrapartida nacional dos projetos da Concessão e Verbas Consignadas estão consideradas no passivo, em outras dívidas a pagar, como adiantamentos recebidos sendo utilizadas à medida que os projetos nele contemplados (nomeadamente os projetos relativos à segurança de antigas minas de radioativos) sejam realizados ou concluídos.

“41. Acontecimentos após a data de balanço”

Não foram recebidas informações nem ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que dariam lugar a ajustamentos.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Acionistas

1 - INTRODUÇÃO

A “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, E.P.”, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 148/86, de 18 de junho, em resultado da fusão das empresas “EDMA – Empresa de Desenvolvimento Mineiro do Alentejo, E.P.” e “Ferrominas, E.P.”. Em 1989, pelo Decreto-Lei n.º 313/89, de 21 de setembro, foi deliberada a alteração da sua natureza jurídica, sendo convertida de pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, em pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima, de capitais maioritariamente públicos. A empresa passou assim a denominar-se “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.”.

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., como concessionária em regime exclusivo, no âmbito da Concessão atribuída pelo Estado através do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, assume um papel relevante na elaboração e condução de projetos de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas, os quais constituem a sua principal atividade. Adicionalmente, executa atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais e presta serviços especializados nos domínios dos geo-recursos e do ambiente.

2 - ATIVIDADE FISCALIZADORA

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão subscrito pelo Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e relativas à EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A..

Procedemos ao acompanhamento da atividade de gestão da entidade, com a regularidade necessária e obtivemos as informações mínimas indispensáveis ao desempenho das nossas funções.




3 - CONSIDERAÇÕES

O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da entidade.

Os critérios de valorimetria foram utilizados de modo consistente com exercícios anteriores.

Foi emitida Certificação Legal das Contas, com a data de 13 de março de 2019, contendo as seguintes ênfases:

- (i) *De acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 julho, foram transferidos para a EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., ativos de urânio (U3O8) armazenados na Urgeiriça, a título de prestação acessória de capital do Estado, os quais figuram no balanço em inventários, no montante de 13,7 milhões de euros, valorizados ao custo. Conforme referido na nota 11 do Anexo, é convicção da Administração que o valor escriturado é recuperável na sua quase totalidade, tendo por base os valores de referência divulgados pelo observatório EURATOM, pelo que não foi registada qualquer imparidade.*
- (ii) *Encontram-se registados em ativos intangíveis em curso dispêndios com projetos associados à concessão no valor de 1.308.605 euros, transitoriamente, até ao pedido de reembolso, após o qual o montante passa a figurar em “Outras contas a receber”.*
- (iii) *Os projetos próprios de prospeção e reconhecimento mineiro (Gavião, Argozelo, Escádia Grande e Rosário) apresentam em 31 de dezembro de 2018 o valor global de cerca de 2,7 milhões de euros, escriturados como ativo intangível. O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da viabilidade económica de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem investimentos no valor de 883.332 euros, tendo ocorrido decisão do consórcio deste projeto no sentido de prosseguir com os trabalhos em curso. A recuperação destes investimentos depende da sua futura viabilidade e exploração, que, em conformidade com a “NCRF 16 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais”, deve ser objeto de testes periódicos de imparidade. Com referência a 31 de dezembro de 2018, é convicção do Órgão de Gestão que estes ativos são recuperáveis, dado o seu potencial e viabilidade de exploração, pelo que não se encontram em imparidade.*

- 
- (iv) *Conforme referido na nota 24 do Anexo, resultante de novo estudo atuarial, a Entidade reforçou em €743.308,01 a provisão para encargos com complementos de pensões da Caixa Geral de Aposentações para os ex-trabalhadores da extinta ENU – Empresa Nacional de Urânio, S.A., correção que foi efetuada por contrapartida de resultados transitados.*

A Entidade conta ainda com auditores externos, cujas funções são desempenhadas pela empresa “BDO & Associados, SROC, Lda.”. No seu relatório, datado de 13 de março de 2019, constam as seguintes ênfases:

1. Conforme mencionado nas notas anexas às demonstrações financeiras, o ativo intangível e os outros créditos a receber englobam intervenções com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo, Escádia Grande e Rosário) e valores a receber de uma parceria com a empresa de prospeção mineira ESAN, os quais visam a determinação da pré-viabilidade da exploração mineira nas referidas áreas. Os custos com aqueles trabalhos de prospeção ascenderam a cerca de € 3 300 000 (2017: € 3 000 000) e apresentam riscos de imparidade e/ou incerteza quanto à sua recuperação. De referir que, de acordo com a EDM, os estudos e trabalhos já efetuados nestes projetos evidenciam forte potencial geológico/mineiro tendo a Empresa planeado, para os próximos anos, o reforço de investimentos de desenvolvimento e avaliação a que se devem seguir os estudos de viabilidade da exploração das jazidas já existentes. Dependendo a recuperação daqueles investimentos da viabilidade e subsequente exploração das referidas áreas mineiras, entendeu o órgão de gestão manter os referidos ativos registados ao custo, asserção e pressupostos consistentes com os planos de negócio e de investimentos efetuados e previstos efetuar nas referidas áreas.

2. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa, de forma muito particular, reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.

3. Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas em 2014, por peritos independentes, aos imóveis detidos pela EDM I - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 100 000 (2017: € 6 200 000), nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para aquela

informação financeira. Contudo, não podemos deixar de referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDMI, proveniente de empresas mineiras encerradas, associada à ausência de procura no referido segmento do mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDMI.

4. Conforme se refere nas notas anexas às demonstrações financeiras, na sequência da liquidação da ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA em 2005, foram assumidas responsabilidades, decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de fevereiro, pelo pagamento de encargos com complementos de pensões junto da Caixa Geral de Aposentações, relacionados com os trabalhadores daquela antiga participada (e da extinta Junta de Energia Nuclear). Estes gastos têm vindo a ser reconhecidos por contrapartida de resultados transitados, através de uma provisão para outros riscos e encargos (fundo), atualmente no montante de cerca de € 1 460 000, a qual, após revisão por atuário independente, foi reforçada em € 740 000, essencialmente devido à atualização da tábua de mortalidade (para a TV88/90).

Em cumprimento do artigo 28º do RJSPE e do artigo 86º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que dispõem sobre o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a empresa concentra as suas disponibilidades no IGCP. Relativamente aos investimentos financeiros, a Entidade possui uma participação na subsidiária EDMI (cerca de 792 mil euros) e obrigações da CGD até à sua maturidade (de 600 mil euros), adquiridas em 2009 e com maturidade em 2019, não transacionáveis, conforme relatado e explicitado no Relatório de Gestão.

4 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)

No seguimento da nossa atividade, entendemos terem sido cumpridas as orientações legais vigentes para o setor empresarial do estado (SEE), designadamente as orientações relativas às remunerações vigentes em 2018 e a exigência constante no n.º 1 do artigo 54º do RJSPE, relativo aos relatórios de boas práticas de governo societário.

5 - PARECER

Tendo em conta as considerações expostas somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão, os documentos de prestação de contas, e demais documentos apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 13 de março de 2019

O Fiscal Único

António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registada na OROC sob o nº 69 e registada na CMVM sob o nº 20161405



Representada por Dr. Nuno Magro
Revisor Oficial de Contas n.º 1165 (OROC) e n.º 20160777 (CMVM)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 60.571.711 euros e um total de capital próprio de 51.037.197 euros, incluindo um resultado líquido de 407.867 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes situações:

- (i) De acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 julho, foram transferidos para a EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., ativos de urânio (U_3O_8) armazenados na Urgeiriça, a título de prestação acessória de capital do Estado, os quais figuram no balanço em inventários, no montante de 13,7 milhões de euros, valorizados ao custo. Conforme referido na nota 11 do Anexo, é convicção da Administração que o valor escriturado é recuperável na sua quase totalidade, tendo por base os valores de referência divulgados pelo observatório EURATOM, pelo que não foi registada qualquer imparidade.
- (ii) Encontram-se registados em ativos intangíveis em curso dispêndios com projetos associados à concessão no valor de 1.308.605 euros, transitariamente, até ao pedido de reembolso, após o qual o montante passa a figurar em “Outras contas a receber”.
- (iii) Os projetos próprios de prospeção e reconhecimento mineiro (Gavião, Argozelo, Escádia Grande e Rosário) apresentam em 31 de dezembro de 2018 o valor global de cerca de 2,7 milhões de euros, escriturados como ativo intangível. O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da viabilidade económica de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem investimentos no valor de 883.332 euros, tendo ocorrido decisão do consórcio deste projeto no sentido de prosseguir com os trabalhos em curso. A recuperação destes investimentos depende da sua futura viabilidade e exploração, que, em conformidade com a “NCRF 16 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais”, deve ser objeto de testes periódicos de imparidade. Com referência a 31 de dezembro de 2018, é convicção do Órgão de Gestão que estes ativos são recuperáveis, dado o seu potencial e viabilidade de exploração, pelo que não se encontram em imparidade.
- (iv) Conforme referido na nota 24 do Anexo, resultante de novo estudo atuarial, a Entidade reforçou em €743.308,01 a provisão para encargos com complementos de pensões da Caixa Geral de Aposentações para os ex-trabalhadores da extinta ENU – Empresa Nacional de Urânio, S.A., correção que foi efetuada por contrapartida de resultados transitados.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de

- auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de março de 2019

António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Registada na OROC sob o nº 69 e registada na CMVM sob o nº 20161405

Representada por Dr. Nuno Magro

Revisor Oficial de Contas n.º 1165 (OROC) e n.º 20160777 (CMVM)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, (adiante também designada por EDM ou Empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de € 60 571 711 e um total de capital próprio de € 51 037 197, incluindo um resultado líquido de € 407 867), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme mencionado nas notas anexas às demonstrações financeiras, o ativo intangível e os outros créditos a receber englobam intervenções com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo, Escádia Grande e Rosário) e valores a receber de uma parceria com a empresa de prospeção mineira ESAN, os quais visam a determinação da pré-viabilidade da exploração mineira nas referidas áreas. Os custos com aqueles trabalhos de prospeção ascenderam a cerca de € 3 300 000 (2017: € 3 000 000) e apresentam riscos de imparidade e/ou incerteza quanto à sua recuperação. De referir que, de

acordo com a EDM, os estudos e trabalhos já efetuados nestes projetos evidenciam forte potencial geológico/mineiro tendo a Empresa planeado, para os próximos anos, o reforço de investimentos de desenvolvimento e avaliação a que se devem seguir os estudos de viabilidade da exploração das jazidas já existentes. Dependendo a recuperação daqueles investimentos da viabilidade e subsequente exploração das referidas áreas mineiras, entendeu o órgão de gestão manter os referidos ativos registados ao custo, asserção e pressupostos consistentes com os planos de negócio e de investimentos efetuados e previstos efetuar nas referidas áreas.

2. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa, de forma muito particular, reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.

3. Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas em 2014, por peritos independentes, aos imóveis detidos pela EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 100 000 (2017: € 6 200 000), nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para aquela informação financeira. Contudo, não podemos deixar de referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDMI, proveniente de empresas mineiras encerradas, associada à ausência de procura no referido segmento do mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDMI.

4. Conforme se refere nas notas anexas às demonstrações financeiras, na sequência da liquidação da ENU - Empresa Nacional de Urânio, SA em 2005, foram assumidas responsabilidades, decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de fevereiro, pelo pagamento de encargos com complementos de pensões junto da Caixa Geral de Aposentações, relacionados com os trabalhadores daquela antiga participada (e da extinta Junta de Energia Nuclear). Estes gastos têm vindo a ser reconhecidos por contrapartida de resultados transitados, através de uma provisão para outros riscos e encargos (fundo), atualmente no montante de cerca de € 1 460 000, a qual, após revisão por atuário independente, foi reforçada no exercício em € 740 000, essencialmente devido à atualização da tábua de mortalidade (para a TV88/90).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material



relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 13 de março de 2019



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados, SROC



Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre o Desempenho dos Gestores Executivos

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em conformidade com o Manual veiculado pelo Ministério das Finanças para a elaboração do Relatório do Governo Societário 2018, cumpre ao Órgão de Fiscalização da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., elaborar um relatório, baseado no relatório de boas práticas do governo societário adotadas em 2018 pela Empresa, que aprecia o cumprimento das exigências previstas no Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do referido Decreto-Lei.

RESPONSABILIDADES

As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização. É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração e apresentação anual do relatório de boas práticas de governo societário, do qual conste informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A nossa responsabilidade consiste em analisar e apreciar o conteúdo do referido relatório no que se refere às boas práticas do governo societário.

OBSERVAÇÕES

O Conselho de Administração apresentou ao Acionista uma proposta de contratos de gestão para o mandato 2016-2018, não tendo sido até à data celebrados contratos de gestão.

De acordo com deliberação da assembleia geral de 22 de junho de 2016 foi determinado que não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.



PARECER

Com base no trabalho efetuado, somos da opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., pode considerar-se adequado e que foram aplicadas boas práticas do governo societário, tendo por base (i) a forma como foram desenvolvidas as correspondentes ações durante o período de 2018 e (ii) as mensurações globais aplicadas para a avaliação desse desempenho, sendo atual e completa a informação incluída no documento “Relatório de Governo Societário” referente a 2018.

Lisboa, 13 de março de 2019

O Fiscal Único

António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registada na OROC sob o n.º 69 e registada na CMVM sob o n.º 20161405

Representada por Dr. Nuno Magro
Revisor Oficial de Contas n.º 1165 (OROC) e n.º 20160777 (CMVM)